

Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan

Demonstrações financeiras acompanhadas do relatório do auditor independente

Em 31 de dezembro de 2018



Índice

	Página
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras	3
Relatório da administração	8
Demonstrações financeiras	57
Notas explicativas da Administração às demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018	64

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Grant Thornton Auditores Independentes

Av. Eng. Luís Carlos Berrini, 105 - 12º andar Itaim Bibi, São Paulo (SP) Brasil

T +55 11 3886-5100

Aos Administradores, Conselheiros e Acionistas da
Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan
Porto Alegre – RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos.

1. Reconhecimento de receita não faturada – Notas Explicativas nºs 2.15, 3, 6 e 25

O reconhecimento da receita inclui estimativa referente aos serviços prestados tomando-se como base a média de volume consumido, mas ainda não faturado aos consumidores, com registro no mês efetivo de consumo a partir da última data de leitura, até o final de cada período de reporte.

Em virtude do grau de julgamento da administração para a determinação das premissas utilizadas na mensuração dessa estimativa, consideramos este tema como um principal assunto de auditoria.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Entendimento dos controles internos implementados pela Companhia sobre o processo de reconhecimento de receita não faturada e da metodologia utilizada para cálculo dessa estimativa;
- Recálculo, em base de amostragem, da estimativa de faturamento e confronto com os registros contábeis no encerramento do exercício (e comparação dessa estimativa com a receita faturada no mês subsequente);
- Avaliação se as divulgações nas notas explicativas estão consistentes com as informações e representações obtidas da administração.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia para mensuração e reconhecimento da receita não faturada, estando as informações apresentadas nas demonstrações financeiras consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto daquelas demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

2. Ativos financeiros contratuais, ativos de contrato e intangível – Notas Explicativas nºs 2.4, 2.9, 2.10, 10, 11 e 13

A Companhia registra como ativo intangível e ativos de contrato os gastos decorrentes de contratos de concessões de serviços de saneamento. Os contratos de concessões representam o direito de exploração da infraestrutura, pautado pela interpretação contábil ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (IFRIC 12), o qual prevê a obrigação de construir e/ou operar a infraestrutura (ativo intangível ou ativo de contrato da concessão) para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas em contrato.

Como resultado desse processo de bifurcação dos contratos de concessão, a Companhia reconhece como ativos financeiros as parcelas dos investimentos efetuados que não serão completamente amortizadas ao final do prazo da concessão e serão indenizadas pelo Poder Concedente. Os saldos registrados no ativo intangível representam os investimentos que possuem expectativa de recuperação ao longo das concessões, tomando-se como base o recebimento das tarifas de serviços prestados aos usuários.

Sendo assim, em virtude do grau de julgamento para a determinação do ativo intangível e do ativo de contrato, cuja mensuração também é afetada por elementos subjetivos devido à natureza diversa dos gastos capitalizados como parte da infraestrutura da concessão, bem como o fato de que a utilização de diferentes premissas pode modificar significativamente as perspectivas de realização desses ativos e gerar eventual necessidade de registro de redução ao valor recuperável, esse tema foi considerado um dos principais assuntos de auditoria em nossa auditoria do exercício corrente.

Como o assunto foi conduzido em nossa auditoria

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Recalculamos e analisamos a razoabilidade das taxas de capitalização de juros e margens de construção utilizadas (além do processo de transferência de ativos em construção para a operação);
- Avaliamos os critérios de classificação de gastos como ativo de contrato de concessão e intangível, incluindo aquelas relacionadas ao método de percentual de conclusão das obras;

- Testamos as adições do ativo de contrato de concessão e intangível para avaliação da natureza do gasto e a correta classificação, bem como avaliamos a natureza dos gastos capitalizados como ativo de contrato de concessões e sua aplicabilidade aos critérios estabelecidos pelos contratos de concessões e normas contábeis vigentes;
- Recalculamos, com o apoio de nossos especialistas em finanças corporativas, o ajuste a valor presente dos ativos financeiros contratuais e das amortizações do ativo intangível reconhecidas no exercício pela Companhia;
- Desafiamos, com o apoio de nossos especialistas em finanças corporativas, as premissas utilizadas pela administração, visando corroborar se existiriam premissas não consistentes e/ou que deveriam ser revisadas, bem como avaliamos a metodologia e premissas adotadas pela administração para identificação de indicadores de perda no valor dos ativos financeiros e intangível;
- Avaliamos se as divulgações nas notas explicativas estão consistentes com as informações e representações obtidas da administração.

Com base nos procedimentos efetuados, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia para a contabilização dos contratos de concessão, estando as informações apresentadas nas demonstrações financeiras consistentes com as informações analisadas em nossos procedimentos de auditoria no contexto daquelas demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstração do valor adicionado

A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018, elaborada sob a responsabilidade da administração da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos na NBC TG 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nessa norma e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício comparativo

O exame das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, cujos valores correspondentes estão apresentados para fins de comparação, foi conduzido sobre a responsabilidade de outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria sem modificação em 12 de março de 2018 e com os seguintes parágrafos de ênfases: **a) Seguros:** ausência de cobertura de seguros em vigência que garanta indenização em caso de eventual sinistro; **b) Fundação Corsan – Funcorsan:** não recebimento do relatório do auditor independente referente às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e indicação de que o relatório do atuário apontava situação deficitária e equilíbrio técnico ajustado deficitário.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 03 de dezembro de 2021

Octavio Zampirolo Neto
CT CRC 1SP-289.095/O-3

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1



RELATÓRIO DA
ADMINISTRAÇÃO E
SUSTENTABILIDADE
2018





Disposições Iniciais

Atendendo às disposições da legislação societária, normas aplicáveis e estatutárias, bem como ao disposto na Lei 13.303/2016, a Companhia Riograndense de Saneamento submete o Relatório da Administração e Sustentabilidade à apreciação dos acionistas e da sociedade.

Mensagem da Administração

Por mais de 50 anos a Corsan vem sendo o braço executor das políticas públicas de saneamento no Rio Grande do Sul, com responsabilidade, constância e resiliência frente à alternância de cenários socioeconômicos vivenciada ao longo dos tempos. São compromissos pétreos da Companhia garantir água potável de qualidade nas torneiras de quase dois milhões de famílias, universalizar o acesso da população ao esgotamento sanitário, contribuir para a preservação do meio ambiente e a promoção da saúde pública. São princípios da empresa a eficiência nos processos, a efetividade nos resultados, a transparência na gestão e a sustentabilidade econômica, social e ambiental.

Disposição, fôlego e coragem para honrar os compromissos, enfrentar os desafios e abrir caminho para o futuro jamais faltaram à Corsan. Nessa perspectiva, o Relatório da Administração e Sustentabilidade 2018 vem prestar contas à sociedade não apenas a respeito dos frutos colhidos no ano que findou, mas também das sementes lançadas e do solo preparado para os próximos anos.

Alguns destaques:

Água universalizada – como manter essa conquista? No último ano, foram investidos R\$ 100 milhões em melhorias nos sistemas de abastecimento, para garantir a regularidade e ampliar a oferta de água para a população. Um bom exemplo a destacar são as 60 mil famílias beneficiadas pelas melhorias realizadas em sistemas da serra e da região metropolitana.

Universalização em esgotamento sanitário – o que fazer para acelerar? Em 2018, foram investidos R\$ 200 milhões em esgoto na modalidade separador absoluto e, embora a maioria das obras esteja em andamento, foi possível ofertar 23 mil novas ligações no ano. Em paralelo, a Corsan estruturou uma Parceria Público-Privada inédita no estado, a qual garantirá recursos para universalizar o atendimento na região metropolitana em onze anos. Além disso, a Companhia investiu pesado na modelagem de alternativas menos dispendiosas do que o separador absoluto, como a solução individual, ideal para atender a regiões menos adensadas demograficamente.

Recursos para investir – onde prospectar em tempos de crise? Apesar de o país ainda sofrer o impacto da crise econômica e da conseqüente diminuição da oferta de dinheiro no mercado, a Corsan obteve sucesso na captação de recursos, efetivando a contratação de R\$ 360 milhões junto ao BNDES.

Otimização dos processos – onde é possível melhorar? Dentre as iniciativas de melhoria dos processos que pontuaram o ano de 2018, destaca-se o resultado positivo do projeto piloto de gestão de custos, cujo foco foi a adoção do custo referência como balizador para a elaboração orçamentária, e o resultado foi a economia de R\$ 1 milhão para o orçamento de combustíveis em 2019.

Transparência e conformidade – o que a sociedade espera da gestão pública? No último ano, consolidou-se a cultura da ética e da transparência na empresa, por meio da adequação à Lei de Acesso à Informação – LAI, bem como das políticas de conformidade e integridade, gestão de riscos corporativos, governança, controles internos, relacionamento com fornecedores, distribuição de dividendos, etc. Esse comprometimento expressa a maturidade da organização no que diz respeito ao controle social, inspirando confiança aos investidores, aos consumidores e às partes interessadas.

1 A Corsan

Criada nos anos 1960 como a primeira companhia pública de economia mista do país, a Corsan tem como objeto a realização de estudos, projetos, construções, operações, exploração e ampliação dos serviços públicos de abastecimento de água potável e de esgotamento sanitário. O capital da empresa é aberto, e o controle acionário está a cargo do Estado do Rio Grande do Sul, detentor de 99,99% do capital social.

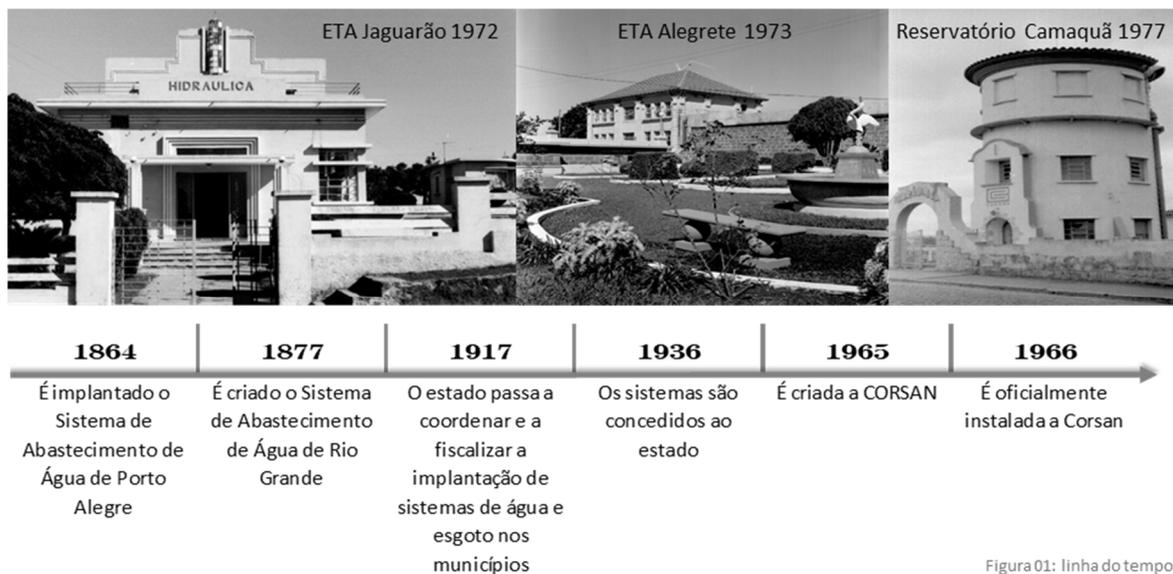


Figura 01: linha do tempo

Hoje, mais de **6 milhões de pessoas** bebem água da Corsan. Nas suas casas, no trabalho, na escola, nos espaços de convivência e utilidade pública. A Companhia está presente nas 25 bacias hidrográficas do estado, atende a 317 municípios com **96,5% de NUA** (Nível de Universalização de Água), contribui para a preservação dos recursos hídricos e tem o compromisso de promover a sustentabilidade socioambiental em cada região onde atua.

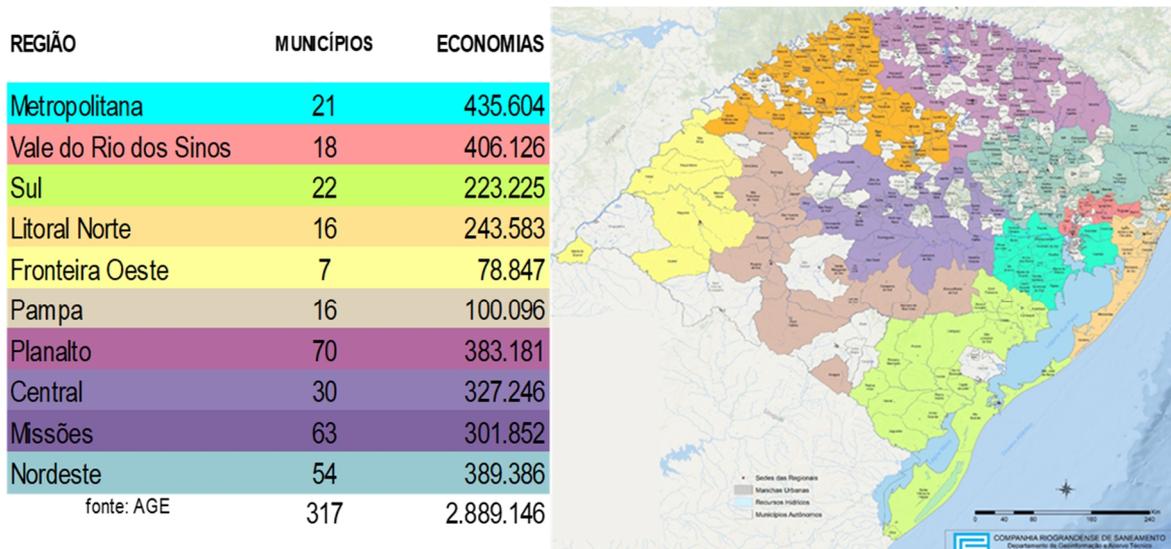


Figura 02: Economias por Regional

Com relação ao esgotamento sanitário, universalizar o acesso tem sido o principal desafio da empresa nos últimos anos. Se, por um lado, menos de 15% da população urbana está conectada à rede pública, por outro lado, as obras de infraestrutura e a pesquisa de soluções alternativas avançam a cada ano. A Corsan prospecta sistematicamente recursos financeiros e parcerias para suportar os pesados investimentos em sistemas do tipo separador absoluto nas regiões mais adensadas, ao mesmo tempo em que intensifica a modelagem dos sistemas misto e individual nas regiões com perfil socioambiental condizente.

1.1 Estrutura Organizacional, Governança & Transparência

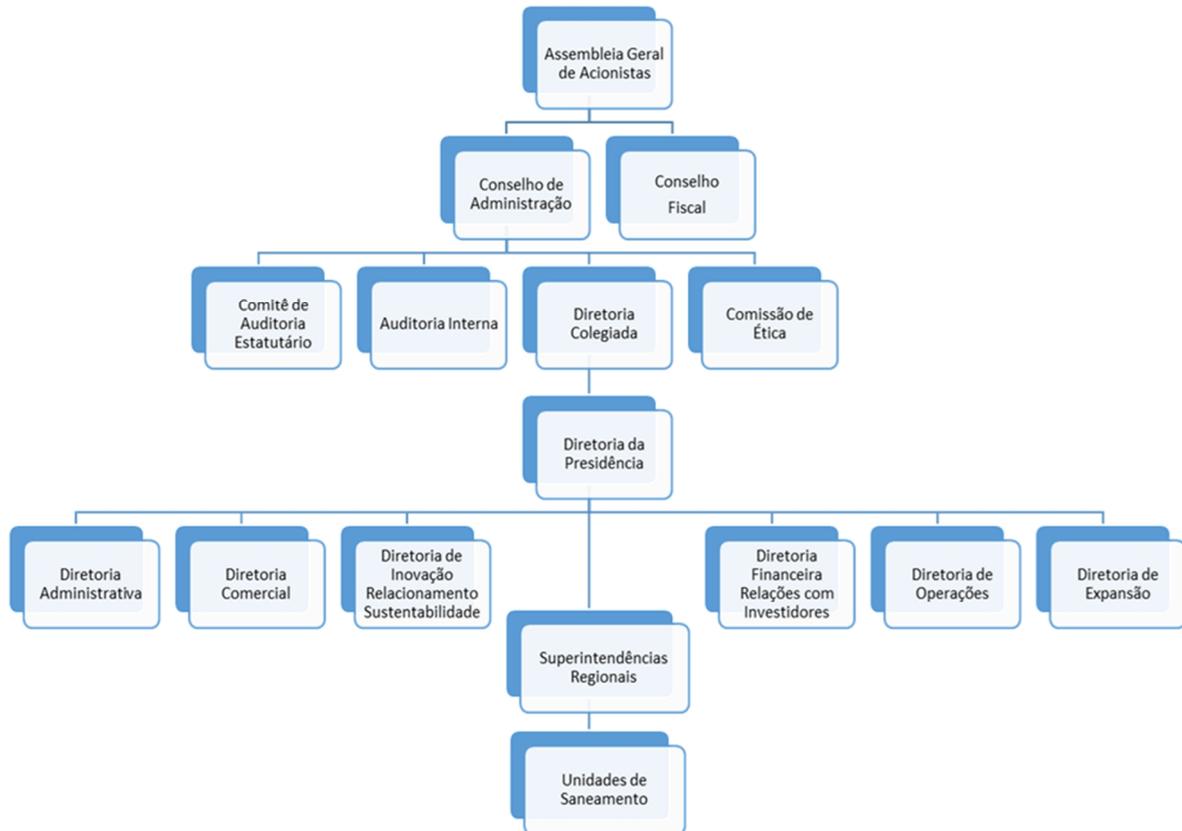


Figura 03: estrutura organizacional

Do ponto de vista da tomada de decisão sobre os negócios da empresa, a gestão hierarquiza-se a partir da Assembleia Geral de Acionistas, verticalizando-se nas instâncias do Conselho de Administração e da Diretoria Colegiada, ambos flanqueados pelos devidos órgãos fiscalizatórios e de controle. A partir da Diretoria da Presidência, o poder decisório se horizontaliza em seis diretorias ao mesmo tempo autônomas e interdependentes.

No âmbito executivo, as deliberações das diretorias são conduzidas pelas respectivas superintendências funcionais. No entanto, a Diretoria da Presidência transcende o corporativo e, além das funcionais, conta com dez superintendências regionais cujo propósito é articular as vocações das diferentes regiões do estado (litoral, fronteira oeste, centro, missões, metropolitana, sul, serra, planalto médio, pampa e rio dos Sinos) buscando o equilíbrio do sistema na sua integralidade. Dessa configuração regionalizada decorre a interiorização da execução das políticas da empresa. Todos os atos da gestão convergem para os municípios, onde se situam as Unidades de Saneamento. Lá os serviços são efetivamente prestados, as rotinas comerciais e operacionais são executadas, e os usuários são atendidos.

Quanto à governança corporativa, o modelo adotado pela Corsan tem como referência as boas práticas estabelecidas pelo Instituto Brasileiro de Governança Corporativa - IBGC, pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE e pela Bolsa Brasil Balcão - B3, atendendo aos requisitos da legislação vigente, em especial à Lei Federal 13.303/2016 - Lei das Estatais. Sob essa perspectiva, a Companhia vem utilizando um conjunto de mecanismos de incentivo e controle para assegurar que as decisões da Administração sejam tomadas em linha com o planejamento estratégico, observando os princípios da governança, da transparência, da equidade, da prestação de contas (*accountability*) e da responsabilidade corporativa. Como exemplo, cabe sublinhar a configuração do Comitê de Auditoria Estatutário, composto por três integrantes externos à empresa, independentes, recrutados por meio de edital público, no cumprimento dos requisitos técnicos e de integridade.

De acordo com o que prescreve a Lei das Estatais, a Corsan adota estruturas autônomas, porém interdependentes, de auditoria interna, gestão de riscos, controles internos e *compliance*. No que se refere à auditoria interna, são auditados os atos das diretorias e respectivas unidades organizacionais, bem como da Fundação Corsan. A gestão de riscos e controles internos identifica os principais riscos à consecução dos propósitos corporativos, e estabelece normativas e propostas de reformulação estrutural da Companhia. No tocante à *compliance*, o foco consiste em consolidar o Programa de Conformidade em todos os níveis da organização.

Desde a implementação da governança corporativa na Corsan, muito se avançou em termos de diretrizes para melhoria contínua dos produtos e processos. Os frutos dessa caminhada podem ser percebidos nas principais políticas instituídas na empresa até aqui.



Figura 04: Políticas da Empresa

Ética e Integridade

Visando a implantar mecanismos e procedimentos internos de integridade previstos na Lei Federal 13.303/2016, e em aderência às boas práticas de Governança Corporativa, a Corsan elaborou a Política de Conformidade e Integridade, aprovada pelo Conselho de Administração. A Política consiste inicialmente na implementação de diretrizes e procedimentos de combate à corrupção e na apuração de denúncias e irregularidades. Entre as ações do Programa de Integridade, destacam-se a criação do Código de Conduta Ética Profissional da Corsan, da Comissão de Ética e do Canal de Denúncias.

A Política de Conformidade e Integridade, aliada aos demais instrumentos de controle interno da Companhia, contribui de forma efetiva para a identificação e mitigação de riscos de atos lesivos praticados contra a empresa, tais como desvios, fraudes e irregularidades. O instrumento aplica-se a todos os colaboradores, administradores e conselheiros da Companhia, bem como aos fornecedores, prestadores de serviços, autoridades públicas, representantes de agências reguladoras, enfim, ao universo de *stakeholders* da organização.

O Canal de comunicação com a Comissão de Ética está disponível no e-mail comissaodeetica@corsan.com.br, para o encaminhamento de denúncias, com garantia de anonimato e independência nas apurações. Também se encontra em fase final de implantação a nova ferramenta Central de Manifestações, via adequada para que os cidadãos encaminhem notícias de atos ou condutas contrários à ética e/ou à Lei.

Além da Política de Conformidade e Integridade, o Código de Conduta Ética é um instrumento que visa a nortear os empregados e partes interessadas quanto aos valores morais e éticos estabelecidos pela Corsan. A exigência do cumprimento ao disposto em tais instrumentos é estabelecida nos editais de licitação e nos contratos celebrados com a Companhia.

A Comissão de Ética da Corsan foi criada em 2016, sendo responsável por zelar pela atualização, aplicação, apuração e divulgação do Código. Atua também como órgão consultivo da direção da Companhia e, de forma educativa, orientando sobre comportamentos éticos e possíveis implicações pela não observância das regras que devem prevalecer nas relações interpessoais. As solicitações de orientação são dirigidas à Comissão por meio do e-mail comissaodeetica@corsan.com.br, do *link* disponível no site da Empresa, de ligações telefônicas e por carta. Além disso, quando necessário, outros canais de comunicação, como a Central de Informações e o Fale Conosco, repassam denúncias à Comissão, de forma identificada ou anônima.

Transparência

Lei de Acesso à Informação - www.corsan.com.br: A Corsan disponibiliza sistematicamente em seu *site* todas as informações previstas na Lei 12.527, de 18 de novembro de 2011, bem como outros dados de interesse público de acordo com as melhores práticas de conformidade e transparência adotadas no mercado. Trata-se de um amplo conjunto de informações que abrangem instrumentos e políticas de gestão da empresa; indicadores econômico-financeiros e demonstrações contábeis; normativos de interface com o consumidor, gastos com pessoal e pagamentos efetuados; acompanhamento de processos administrativos, programas, ações e projetos estratégicos, respostas a perguntas frequentes da população, etc.

Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento – SNIS – www.snis.gov.br: Vinculado à Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades, este é o maior portal de informações do setor de saneamento do país. A Corsan fornece anualmente ao SNIS dados de caráter operacional, gerencial, financeiro e de qualidade relativos aos serviços de água e esgoto.

Acordo de Resultados do Governo do Estado do RS: Instrumento utilizado para estabelecer e monitorar os compromissos dos órgãos de governo, representados por ações planejadas, indicadores e metas a serem cumpridos anualmente. Em 2018, a Corsan foi avaliada por meio de um conjunto de 15 indicadores, cujo monitoramento deu-se em ciclos bimestrais, totalizando cinco ciclos no ano.

1.2 Indicadores Econômico-Financeiros: externalidades e desempenho

O ano de 2018 foi marcado por externalidades que exerceram impacto no desempenho econômico-financeiro da Corsan. Embora a receita bruta direta tenha apresentado crescimento, este não foi suficiente para sobrepujar fatores como a variação dos preços da energia elétrica devido à incidência de bandeiras tarifárias, impactando o segundo maior custo de exploração da empresa; bem como o comportamento da taxa de juros sobre a provisão para benefício pós-emprego.

Ainda no domínio das externalidades, mais um exemplo a sublinhar é a baixa adesão dos usuários ao sistema de esgoto, a qual gera defasagem entre o custo fixo dos sistemas disponíveis e a respectiva receita marginal. Em contrapartida, ante o compromisso da universalização, a empresa implantou a cobrança pela disponibilidade a título de política de incentivo à conexão, cujo efeito prático poderá ser avaliado com mais precisão no exercício de 2019, visto que o processo está sob efeito dos prazos normativos.

O enfrentamento desses e outros fatores levou a Companhia a adequar sua estratégia em diversas frentes, desde a busca de alternativas de eficiência energética até a remodelagem de fundos municipais de gestão compartilhada no sentido de tornar esses instrumentos mais consistentes com a urgência da universalização em esgotamento sanitário. Esta última iniciativa, não obstante tenha gerado desembolsos iniciais maiores, acarretará duplo benefício: economia a longo prazo com a redução de aportes futuros, e mais celeridade na universalização.

Por outro lado, ainda que a Corsan tenha o *status* de executora das políticas públicas de saneamento do estado, as obrigações e responsabilidades exclusivamente inerentes a essa condição não foram suficientes para impactar de forma significativa o resultado do exercício de 2018.

Consideradas as externalidades, a condição de agente público e a capacidade de resiliência da empresa, os principais indicadores econômico-financeiros da Corsan são apresentados em um espectro mais amplo neste relatório: de 2015 a 2018.

Gráfico 01: Receita Operacional Bruta Direta (milhares de R\$)

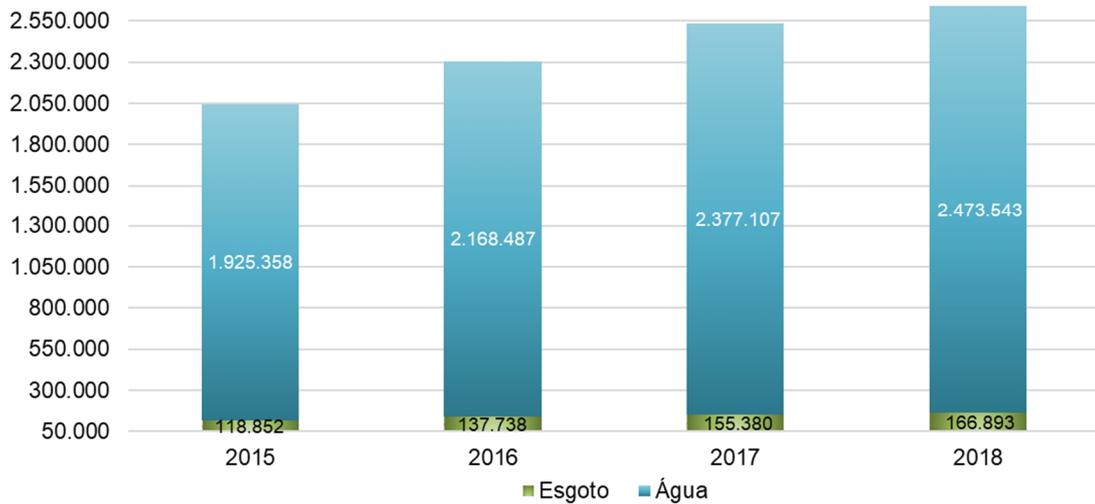
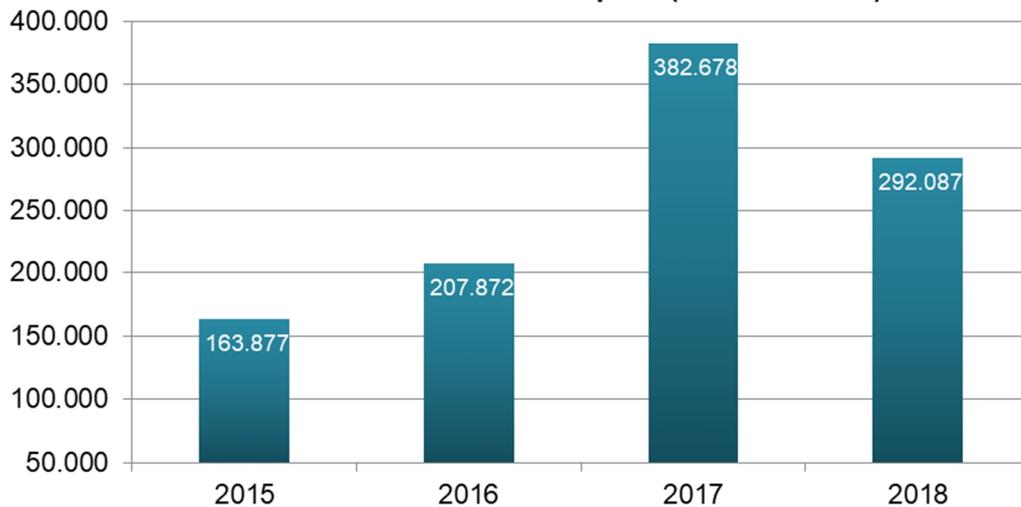


Gráfico 02: Lucro Líquido (milhares de R\$)



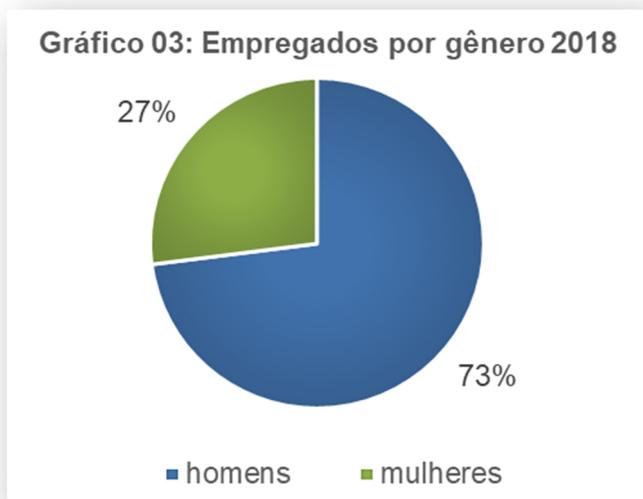
Composição do LAJIDA (milhares de R\$)

	2015	2016	2017	2018
Lucro Antes da Contribuição Social e do Imposto de Renda	220.072	254.784	505.919	387.672
(+) Despesas Financeiras	95.336	75.536	75.870	60.552
(-) Receitas Financeiras	(90.291)	(119.633)	(116.330)	(104.198)
(+) Depreciações e Amortizações	96.918	105.443	118.298	128.553
LAJIDA	322.035	316.130	583.757	472.579
Margem Líquida (Lajida/Receita Operacional Líquida)	15,48%	13,39%	22,76%	17,54%

Tabela 01: LAJIDA

1.3 Indicadores Sociais: a força da Corsan está nas pessoas

A força de trabalho é um dos maiores patrimônios da Corsan, pois a presença diária da Companhia nas vidas dos usuários é indissociável da ação humana, mesmo que remota e imperceptível no mais das vezes. Ainda que fazer saneamento implique oferecer à população infraestrutura de instalações e equipamentos, e que muitos processos sejam automatizados, a mão humana é determinante para dar cadência adequada à máquina. O olhar humano é fundamental para avaliar e decidir diante da multiplicidade de variáveis sociais, econômicas e ambientais que se impõem a todo instante, no *aqui e agora*.



Hoje os 5.900 homens e mulheres que trabalham na Corsan, na maioria usuários dos serviços da Companhia nas cidades onde vivem, têm sob sua responsabilidade desde a operação de estações de tratamento e laboratórios, até a manutenção da infraestrutura, a execução das obras de universalização, o relacionamento com o cliente, a pesquisa e o desenvolvimento de soluções sustentáveis para as mais diversas comunidades. Isso demanda anos de preparo e uma vida de comprometimento.

Mais do que dedicar tempo de vida e conhecimento para construir uma carreira, quem trabalha na Corsan incorpora a missão de cuidar de quase 3 milhões de famílias, dentre as quais, quase sempre a sua própria.

Gráfico 04: Empregados por grau de instrução 2018

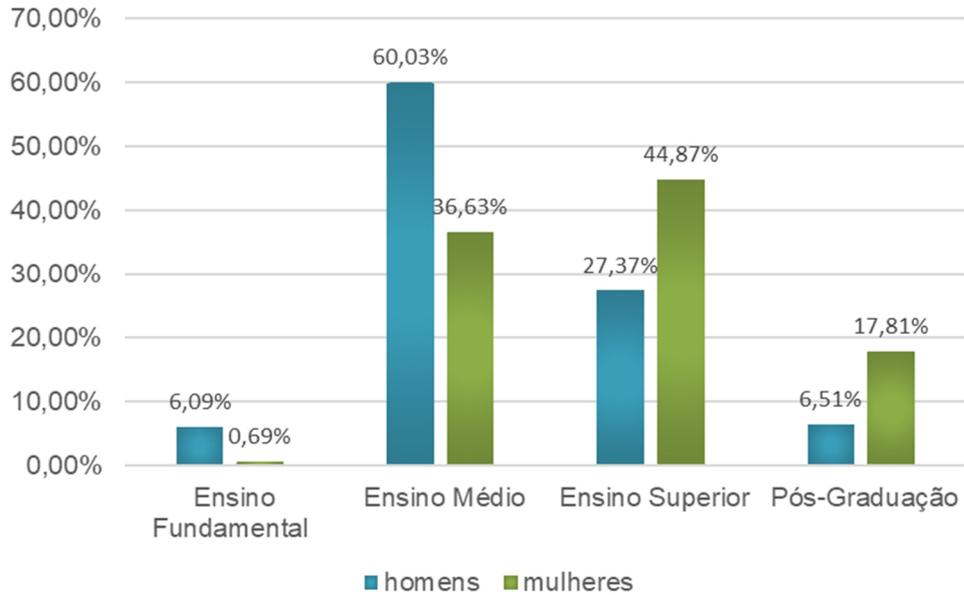
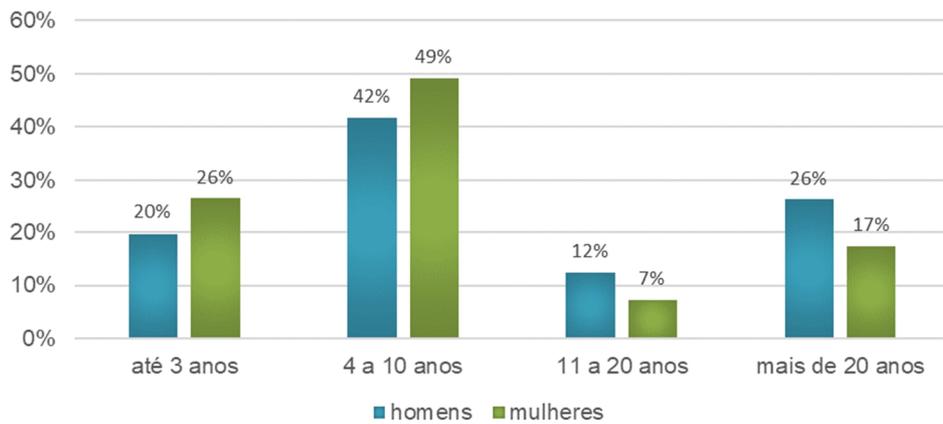


Gráfico 05: empregados por tempo de serviço 2018



Gestão de Pessoas e do Conhecimento

A política de gestão de pessoas da Corsan está assentada no respeito à individualidade e ao coletivo, na compatibilização com as estratégias do negócio e no incentivo a trajetórias profissionais que agreguem vantagens competitivas para a Companhia. Com esse propósito foi implementado o *Quadro dos níveis de complexidade das atribuições e responsabilidades*, um novo marco na progressão profissional, valorizando competências e resultados. Foram estabelecidas complexidades para diferentes grupos de acordo com as principais atividades que o empregado realiza no seu dia a dia. Após a etapa de autoavaliação, as competências são validadas por uma comissão de certificação, cujo processo se destaca pelo formato participativo e transparente. A certificação iniciou-se em 2018 e será concluída em 2019.

Trilha de desenvolvimento: a partir das competências específicas das áreas e das competências transversais da empresa, alinhadas aos cargos e à matriz de educação corporativa, as trilhas de desenvolvimento orientam o aprendizado do empregado. Nesse sentido, os conteúdos têm três tipos de abordagem: a teoria, a habilidade e a autonomia. O objetivo é formar um profissional atento e capaz de analisar o contexto do mercado, prospectando e promovendo as mudanças internas, a cidadania corporativa e as competências essenciais para o sucesso do negócio em todos os níveis da organização. É o caminho flexível para a constante qualificação e para a construção do trajeto até o atingimento dos objetivos da Companhia.

Portal da Universidade Corporativa: canal de acesso e repositório de toda a gestão do conhecimento da empresa. Por meio desse canal, o funcionário terá acesso à sua trilha de desenvolvimento, aos programas, cursos e conteúdos disponibilizados no formato de ensino à distância, *chats*, fóruns de debates, pesquisa ao acervo literário e demais informativos. Integrado ao processo sucessório da empresa, o profissional poderá se preparar para novas funções de confiança. Além disso, ações de desenvolvimento e gestão do conhecimento no nível da cadeia de valor onde a empresa está inserida poderão ser promovidas através do portal, alcançando usuários, fornecedores e demais partes interessadas.

2 Relacionamento com o cliente: a Corsan mais perto, mais ágil, mais fácil

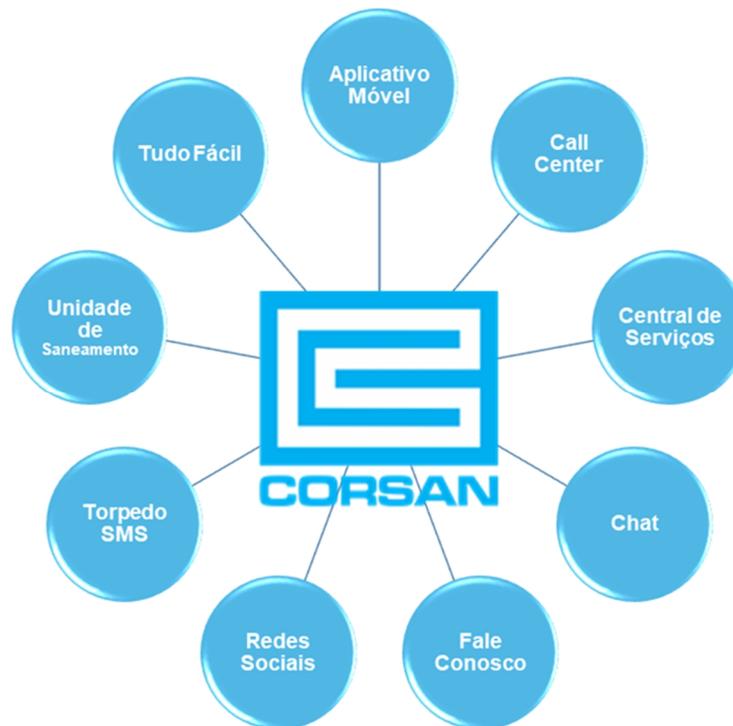


Figura 05: Canais de Relacionamento

Unidades de Saneamento nos municípios: principal posto de atendimento presencial da Corsan, onde todo atendimento realizado gera protocolo, proporcionando segurança e acompanhamento da demanda pelo usuário nos diversos canais de relacionamento. Além disso, as 40 maiores Unidades dispõem de sistema de gerenciamento de filas, para mais agilidade e comodidade da população. Mesmo não prestando serviços na capital, a Companhia mantém um posto de atendimento presencial para os seus clientes na **Central Tudo Fácil** do governo do estado, situada no centro de Porto Alegre.

Call Center: disponibiliza atendimento à população 24 horas por dia, sete dias por semana, pelo telefone 0800 646 6444. Esse número é acessível gratuitamente para telefones fixos e móveis de todo o estado do Rio Grande do Sul.

App Corsan para smartphones: atendimento facilitado, com diversas funcionalidades tais como visualização das faturas pendentes e o código de barras para pagamento; situação do abastecimento; informação de falta d'água no imóvel; informação de vazamentos de água ou esgoto; histórico de solicitações e protocolos, etc.

www.corsan.com.br – o site oficial da Corsan:

- **Central de Serviços:** emissão da segunda via da fatura, laudos da qualidade da água distribuída, certidão negativa de débito, acompanhamento de solicitações, situação de abastecimento, perguntas frequentes, entre muitos outros serviços.
- **Chat:** atendimento em tempo real por meio de bate-papo, com comodidade e acessibilidade para deficientes auditivos.
- **Fale Conosco:** atendimento via formulário específico, enviado automaticamente para a área de relacionamento com o cliente e gerando um número de protocolo.
- **Projeto Cards:** *folders* virtuais, publicados no *site* e nas redes sociais oficiais da Corsan, oferecendo conteúdo útil para os clientes, confeccionado a partir da análise de diversos atendimentos realizados nos canais de relacionamento.
- **Carta de Serviços:** contém todos os serviços prestados pela Companhia, as formas de acesso a esses serviços, os compromissos e padrões de qualidade de atendimento ao público.

Redes Sociais oficiais da Corsan: permitem que os usuários revelem seus gostos e necessidades, e que a empresa tenha uma boa compreensão das demandas atuais do setor, atingindo um segmento diferente daquele que utiliza os demais canais de relacionamento.

Torpedo SMS: mensagem de texto via celular que gera agilidade para disseminação de informações sobre interrupção de abastecimento de água, comunicados sobre serviços, dicas, avisos de débitos e *status* das solicitações realizadas.

Presença nas comunidades

Operação Verão: a tradicional mobilização da Corsan para oferecer serviços de qualidade a moradores e veranistas do litoral gaúcho contempla uma série de ações especiais: reforço das equipes, ampliação do horário de atendimento nas unidades, instalação e manutenção de chuveirinhos nas praias, apoio a projetos culturais, esportivos e de lazer, etc. Muitos são os balneários beneficiados: Litoral Sul, Litoral Norte, Costa Doce, entre outros.

Semana da Água: durante a Semana Estadual e Interamericana da Água, que ocorreu de 29 de setembro a 5 de outubro de 2018, a Corsan promoveu diversos projetos e atividades ambientais em municípios de todo o estado. Com o tema **ÁGUA SEGURA = VIDA SAUDÁVEL**. *Esgoto tratado, água protegida*, a Semana foi oficialmente aberta no município de Santo Ângelo, com o Festival Boas Ideias.

Jovens Embaixadores do Saneamento: realizado no sítio Quinta da Estância, no município de Viamão, o projeto beneficiou dez mil estudantes de escolas públicas estaduais e municipais de Alvorada, Cachoeirinha, Canoas, Eldorado do Sul, Esteio, Gravataí, Guaíba, Sapucaia do Sul e Viamão. O propósito da ação foi sensibilizar os jovens para a importância do saneamento e o papel de cada indivíduo na preservação dos recursos hídricos.

Desafio de Inovação: em parceria com a Procergs e o Instituto de Pesquisa Científica da PUC/RS - Tecnopuc, a Corsan promoveu um evento inédito no setor público gaúcho: reuniu pessoas de diferentes áreas do conhecimento, durante uma jornada de doze horas, com o objetivo de refletir sobre o futuro do saneamento e o impacto das soluções tecnológicas na prestação de serviços públicos, compartilhar ideias criativas e construir soluções inteligentes do ponto de vista do relacionamento da Companhia com a sociedade. Como resultado, serão desenvolvidos os projetos *Burocracia ralo a baixo* e *Corsan mais perto*, ambos voltados para simplificar a interface da empresa com os usuários.

3 Sustentabilidade Socioambiental: mais do que política, compromisso

3.1 O meio ambiente como responsabilidade de cada um

A sustentabilidade tem como ponto de partida uma perspectiva holística das necessidades humanas, baseada em ações do presente que não afetem negativamente o futuro, respeitando as condições essenciais à vida com qualidade e dignidade. A sustentabilidade socioambiental, por sua vez, fundamenta-se em três eixos interdependentes: o meio ambiente, a sociedade e a economia. A responsabilidade de manter coesa essa interrelação está inscrita nos valores da Corsan, na identidade organizacional da empresa, refletida em cada produto entregue, em cada serviço prestado.

A essência da sustentabilidade, no entanto, não se limita aos produtos e serviços que a Companhia entrega para a sociedade. A própria empresa, os seus processos, os empregados e gestores, tudo faz parte de um mesmo coletivo, da construção cotidiana de uma solidariedade que nasce primeiro dentro de casa para depois chegar a todos os cantos do estado. Para tornar mais tangível essa práxis, canalizando-a para objetivos mais efetivos, instituiu-se a Política da Sustentabilidade Socioambiental da Corsan, aplicável não apenas ao público interno, mas também a clientes, fornecedores, pessoas e instituições que tenham interface com a empresa. As responsabilidades abrangem toda a estrutura organizacional, desde o Conselho de Administração e a Diretoria até as Superintendências Regionais e as Unidades de Saneamento.

No horizonte tanto do longo quanto do curto prazo, são nítidos os benefícios da institucionalização da sustentabilidade socioambiental: a promoção sistematizada de atividades de educação para práticas sustentáveis dentro e fora da empresa; a disseminação dessa cultura e da responsabilidade das partes envolvidas; o consequente enraizamento do conceito de sustentabilidade.

Reciclagem & Logística Reversa de Resíduos

Cada vez mais a Corsan se volta para a gestão responsável dos resíduos gerados pelos seus processos produtivos e de apoio, investindo em pesquisas sobre reaproveitamento, reciclagem e reutilização de materiais. O cuidado com o meio ambiente se reflete nas rotinas da empresa: as lâmpadas fluorescentes são enviadas para descontaminação e reciclagem, os resíduos eletroeletrônicos são destinados a empresas recicladoras especializadas, vidros inservíveis são encaminhados para reciclagem, materiais metálicos sucateados (motores bomba, quadros de comando, transformadores, tubos, válvulas, etc.) são entregues para reciclagem do metal. Quanto ao lodo produzido nas estações de tratamento de água e de esgoto, têm sido realizados estudos para gerenciá-los de forma mais sustentável, inclusive aproveitando os efluentes tratados para usos mais nobres.

Além dos próprios processos, a Companhia é responsável pelos fornecedores e prestadores de serviços quanto à adequada destinação dos resíduos. Por isso, nos editais de licitação é determinado que seja obedecida a legislação ambiental vigente e que seja apresentada a comprovação de locais devidamente licenciados para a disposição final. Nessa esteira, é utilizada a engenharia reversa na destinação dos hidrômetros inservíveis, com foco na redução do impacto ambiental e na geração de retorno financeiro. A entrega das carcaças metálicas gera abatimento na aquisição de novos medidores, e os fornecedores, por sua vez, comprometem-se em reciclar todos os componentes dos equipamentos, apresentando certificado de coprocessamento.

Simple na sua execução, mas essenciais para a sustentabilidade ambiental, inúmeras outras ações são realizadas rotineiramente pelos empregados e visitantes de todas as unidades organizacionais da Corsan. Desde a separação e destinação adequada do lixo até a configuração das impressoras para utilização de frente e verso da folha, muitos são os exemplos individuais que refletem uma postura de comprometimento com a qualidade dos espaços de convivência e seu entorno.

Educação Ambiental & Trabalho Técnico Social

A educação ambiental é uma prática cada vez mais consolidada na Corsan, disseminada nas unidades organizacionais da empresa por meio de atividades internas e externas dedicadas a todas as faixas etárias. Hoje dezenas de funcionários estão capacitados e motivados para realizar ações que vão desde visitas guiadas a estações de tratamento até palestras em escolas e espaços públicos, beneficiando crianças, adolescentes e adultos, técnicos e leigos, cidadãos das mais diversas esferas da sociedade. Em cada interação, são consideradas as características da localidade, são valorizados os cidadãos e seus hábitos regionais, para que a cultura da sustentabilidade tenha alicerce no sentimento de pertencimento à comunidade. Os principais temas abordados nos eventos dizem respeito ao consumo de água tratada, ao uso racional, à nobreza e à finitude desse bem, assim como à importância do adequado tratamento do esgoto.

No âmbito das obras de implantação e ampliação de sistemas de água e de esgoto, é desenvolvido o Trabalho Técnico Social junto às comunidades beneficiadas, com o propósito de preparar as populações para receber e usufruir dos benefícios do saneamento de forma consciente e cidadã. A ação se dá em três momentos distintos: antes do início das obras, para conhecer a comunidade beneficiária; durante as intervenções de engenharia, para informar a população sobre o andamento e a importância da obra para a saúde e o meio ambiente; após a conclusão e funcionalidade das obras, buscando sensibilizar as pessoas para a efetivação das ligações.

Em 2018, foram realizadas 455 atividades, envolvendo diretamente 22 mil pessoas em 30 municípios.

Gestão de Recursos Hídricos

Para fins de gestão de recursos hídricos, o Rio Grande do Sul divide-se em três regiões hidrográficas: Região do Uruguai, Região do Guaíba e Região do Litoral. Essa segmentação é determinada de acordo com o relevo, que separa geograficamente as regiões conforme o escoamento da água superficial. As regiões foram posteriormente subdivididas em 25 bacias hidrográficas, com a finalidade de facilitar a gestão ao delimitar

uma região menor, favorecendo as características únicas de cada local.

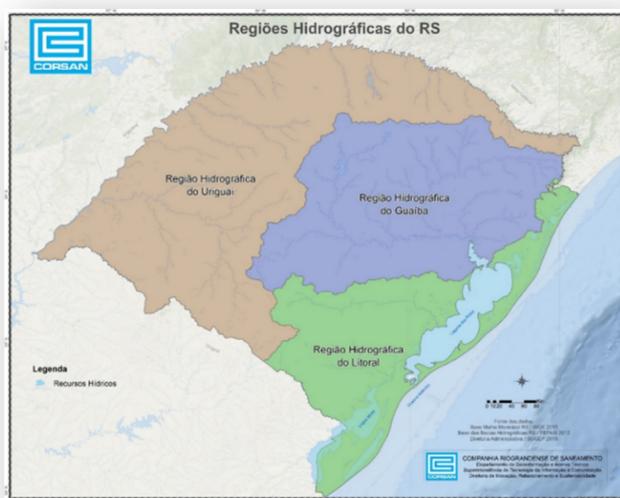


Figura 06: regiões hidrográficas RS

A Lei Estadual 10.350/1994 estabeleceu a formação dos Comitês de Bacia Hidrográfica, instituições que gerenciam os recursos hídricos de cada bacia. Os comitês atuam como organismos colegiados, incluindo em sua composição os usuários finais de água, operando em um modelo democrático segundo o qual a população tem acesso à tomada de decisão, pois todo ator da sociedade tem o direito de participar e se manifestar. Nos

comitês, muitas decisões importantes sobre a bacia são avaliadas, envolvendo questões de partilha de uso da água e atividades pertinentes à despoluição. As decisões são tomadas com base na votação de representantes da população, os quais dão voz aos usuários em geral, a organizações da sociedade civil e ao poder público. A Corsan conta com 55 representantes nos comitês, os quais participam das reuniões dos colegiados e de grupos de trabalho específicos.

Além da presença nos Comitês de Bacia, a Companhia desenvolve continuamente ações conjuntas com os diversos entes do estado voltados para o uso sustentável dos recursos hídricos. Merece destaque a ação institucional junto à então denominada Secretaria Estadual do Meio Ambiente (SEMA) no que se refere à previsão do tempo, o que vem auxiliando a Corsan a se precaver em situações de estiagem. Além disso, cabe sublinhar a mobilização da empresa para que as legislações que disciplinam a conduta do abastecimento continuem sob a responsabilidade do estado.

Também os avanços tecnológicos contribuem para a gestão dos recursos hídricos. Nesse horizonte de pesquisa, a Corsan vem desenvolvendo projeto de aquisição de *softwares* específicos para o processamento de informações hidrogeológicas, uma vez que grande parte do abastecimento de água no estado se dá por meio de águas subterrâneas. Além disso, a empresa conta com equipamento de perfilagem ótica, poderosa ferramenta para tomada de decisões técnico-operacionais na gestão de poços.

3.2 Tarifa Consumo: estímulo ao uso racional da água

Operar sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário dentro dos padrões de qualidade exigidos pela legislação e pelo mercado, remunerar acionistas, realizar investimentos para universalização, enfim, todos os esforços para que a sociedade tenha acesso ao saneamento dependem essencialmente da tarifa. Mas, além do equilíbrio econômico financeiro da empresa, a cobrança por serviços como o abastecimento de água, por exemplo, tem o condão de sensibilizar o cidadão para o uso racional e para o controle do próprio consumo, evitando o desperdício de uma reserva finita ainda que natural.

Em nome dessa sustentabilidade ao mesmo tempo econômica e ambiental, a Corsan pratica a tarifa consumo composta, segundo a qual cada usuário paga conforme o volume de água que consumir.

O modelo é composto pois se constitui de uma parcela variável e uma invariável:

- Denomina-se Serviço Básico a parcela invariável, a qual se destina à cobertura dos custos de manutenção da infraestrutura necessária para que o usuário tenha água onde e quando necessitar (estações de tratamento, redes de distribuição, pontos de atendimento, etc.).
- A parcela variável, por seu turno, subdivide-se em Serviço de Água, Serviço de Esgoto e Disponibilidade do Sistema de Esgoto. Os valores de ambos os serviços e da disponibilidade são determinados de acordo com o consumo de água medido no imóvel, pois, quanto maior o volume, maior o gasto com insumos para a produção/tratamento/distribuição da água e coleta/tratamento do esgoto.

A parcela variável da tarifa é um poderoso instrumento a serviço do consumo consciente, pois o controle sobre o que paga está nas mãos do usuário. Além disso, para coibir eventual desperdício, são aplicados exponenciais crescentes sobre os consumos excessivos desde que injustificados.

Por outro lado, para que a tarifa consumo cumpra o seu papel, a universalidade e a acuidade da micromedição são essenciais. Não basta que todas as ligações ativas estejam hidrometradas, é vital investir sistematicamente no adequado dimensionamento e na manutenção preventiva/corretiva do parque de hidrômetros. Quanto à manutenção corretiva, são substituídos os aparelhos danificados e/ou violados à medida que as ocorrências se apresentam na rotina das Unidades de Saneamento. Quanto à manutenção preventiva, todo medidor que atinge a idade de cinco anos de uso passa a fazer parte do programa de renovação do parque (padrão de vida útil segundo a portaria 246/00 do INMETRO). Entre 2015 e 2018, foram investidos **R\$ 86 milhões** na aquisição de **1,4 milhão de hidrômetros**, destinados à instalação em novas ligações e à substituição de equipamentos em uso há mais de cinco anos.

Além do parque de hidrômetros, a Corsan investe constantemente na qualidade da leitura, cuja eficiência ultrapassa os 98% (a quebra ocorre devido a impossibilidades como cão feroz, portão fechado, etc.), bem como na segurança das informações coletadas nos quase dois milhões de imóveis visitados por mês. O processo de leitura, emissão e entrega da fatura ao cliente, automatizado e simultâneo desde 2002, migrou em 2018 da tecnologia *Mobyle EDA - Enterprise Digital Assistant para Android Tablets*. A modernização oferece aos agentes de campo um equipamento mais moderno, amigável e de fácil utilização, bem como possibilita à gestão desenvolver novas ferramentas de controle, garantindo a segurança dos dados registrados, e a confiabilidade dos processos.

3.3 Segmentação da carteira de clientes: equilíbrio, inclusão & fomento

Em torno de 90% das economias atendidas pela Corsan são residências. No entanto, por uma questão de modicidade, é preciso que a tarifa seja o mais aderente possível às particularidades dos principais perfis de atividade socioeconômica. Nesse sentido, a estrutura tarifária da Companhia estratifica-se em três categorias: **Social, Básica e Empresarial**.

Economias em Cadastro 12/2018

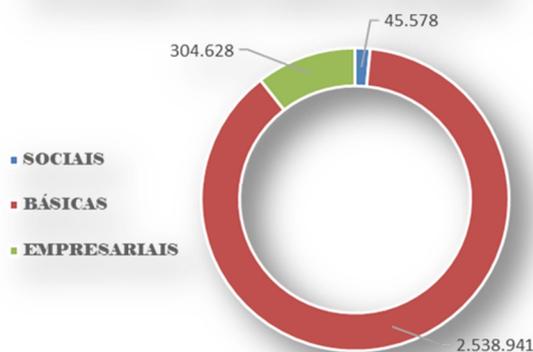


Figura 07: economias em cadastro (fonte CCG)

A **Categoria Social** é composta de residências e bicas públicas. Tem como diferencial o subsídio de 60% concedido a imóveis ocupados por famílias de comprovada baixa renda.

A **Categoria Básica** abrange todas as demais residências em cadastro.

A **Categoria Empresarial** contempla a atividade econômica em geral – comércios, indústrias e órgãos públicos. Destaca-se o fomento aos pequenos comércios por meio da subcategoria Comercial C1, cujo valor equivale ao da tarifa residencial básica.

De acordo com a fotografia do cadastro em dezembro de 2018, menos de 2% das residências enquadra-se em perfil socioeconômico condizente com a necessidade de subsídio social. Por outro lado, 50% das economias da categoria empresarial preenchem os parâmetros para C1. Restringindo o universo à atividade comercial, os subsidiados crescem para 60%, o que evidencia o sucesso dessa política de incentivo ao empreendimento de pequeno porte, cuja principal contribuição para a sociedade é a geração de empregos.

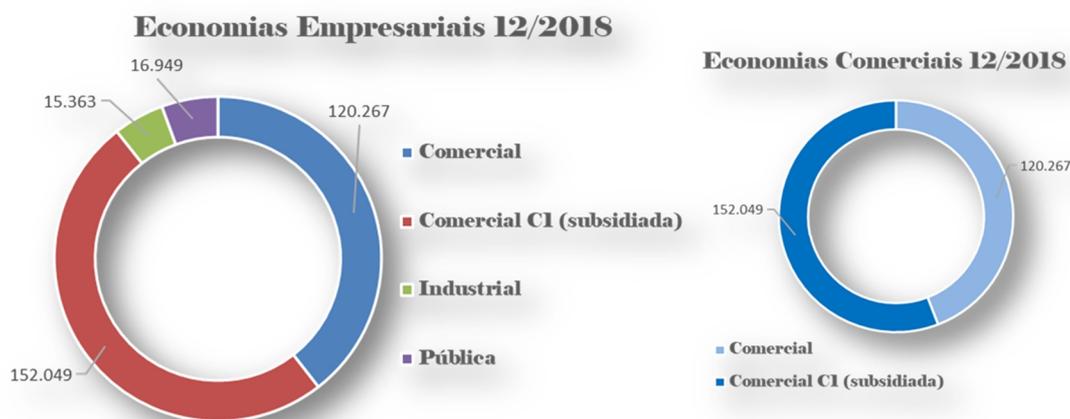


Figura 08: economias empresariais (fonte CCG)

É fato que a categorização da base de clientes equilibra a diversidade de perfis socioeconômicos, contribuindo para a justiça tarifária, a mitigação da vulnerabilidade social e o desenvolvimento econômico das comunidades. Como a sociedade é um organismo dinâmico, o cadastro deve acompanhar esses movimentos com igual agilidade. Nesse horizonte, a Corsan mantém o processo de revisão de cadastro específico nas economias atendidas, o qual se dá simultaneamente à realização da leitura dos hidrômetros, obedecendo a programação prévia. No ano de 2018, o ingresso de quase 30 mil economias por revisão representou um incremento de 1,43% no cadastro.

3.4 Subsídio cruzado: sustentabilidade em três eixos

Deter a concessão dos serviços de água e esgoto em 317 dos 497 municípios gaúchos implica fornecer água potável e tratamento de esgoto com a mesma **qualidade e regularidade** a cada um dos seis milhões de usuários independentemente do perfil socioeconômico, do porte da localidade ou de sua posição geográfica. Além disso, a tarifa que sustenta a prestação dos serviços deve respeitar os princípios da **modicidade** e da **justiça social**.

A exemplo das demais concessionárias estaduais do setor, a principal ferramenta de que a Corsan lança mão para operar saneamento no modelo de múltiplas concessões é o **compartilhamento** de todos os recursos disponíveis. O que, em termos práticos, se dá por meio do **subsídio cruzado** entre segmentos de serviços (água e esgoto), entre categorias tarifárias, e entre municípios.

Atualmente são compartilhados, direta ou indiretamente, cerca de R\$ 5 bilhões em ativos nominais, capital intelectual altamente especializado, insumos, materiais, máquinas e equipamentos, enfim toda uma infraestrutura tangível e intangível sem a qual não seria possível captar, tratar e distribuir água e tampouco coletar, tratar e destinar esgoto. As interdependências dessa infraestrutura vão além do simples cruzamento entre matriz de custos e receita auferida em cada município.

Atender a todos com a mesma qualidade, inclusive aos que vivem nas regiões mais remotas, requer pesada infraestrutura de ativos, compartilhada entre as localidades, para obter o máximo de aproveitamento com o mínimo de custo a ser repassado ao usuário final.

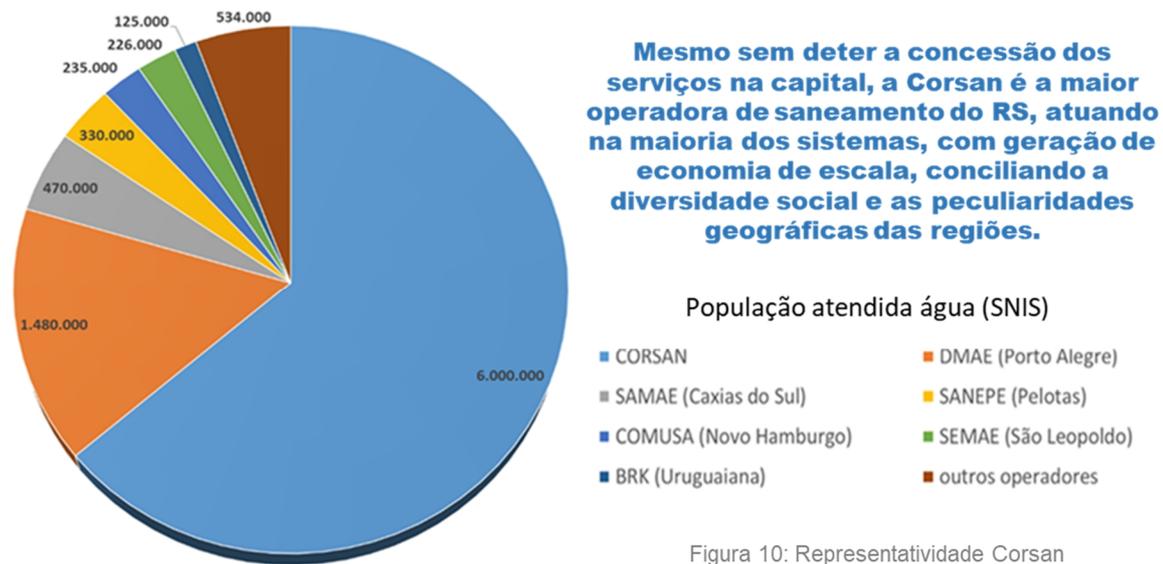
Ativos	Entregas	Resultado	Reconhecimento
27 mil km de rede de água	540 milhões de m ³ de água potável disponibilizada/ano	2,9 milhões de economias atendidas	80% de aprovação pela população
178 estações de tratamento de água			
218 pontos de captação superficial de água			
770 pontos de captação subterrânea de água			
1.880 km de rede de esgoto	47 milhões de m ³ de esgoto tratado/ano		
56 estações de tratamento de esgoto			
238 laboratórios	Controle da Qualidade		
35 coordenadorias operacionais	Eficiência nos Serviços		
292 pontos de atendimento presencial	Presença local		

Figura 09: ativos e entregas

4 Horizonte concorrencial & estabilidade contratual

Embora a exploração do saneamento básico seja uma concessão pública, historicamente protagonizada por estatais, tem-se aberto espaço a operadores privados, como é o caso de Uruguaiana e São Gabriel, no Rio Grande do Sul. Nessa perspectiva, tendo em vista modernizar a Lei do Saneamento para oportunizar aos empreendedores privados investirem com mais segurança jurídica no setor, o Governo Federal editou a Medida Provisória 868/2018. Na prática, a Medida impõe ao titular dos serviços a obrigação de publicar edital de chamamento para obter a proposta mais eficiente e vantajosa para a prestação descentralizada dos serviços de saneamento. Na hipótese de não haver interessados, o titular procederá à assinatura de contrato de programa com dispensa de licitação, conforme o disposto Lei 8.666/1993.

Do ponto de vista do subsídio cruzado, solução adotada pelas empresas estaduais para atender com isonomia a sistemas superavitários e deficitários, a descentralização pretendida pela MP 868/2018 representa uma ruptura inédita e irreversível. Além disso, a Medida traz em seu bojo uma significativa consequência por conta da alienação do controle acionário da estatal prestadora de serviços públicos: havendo anuência dos titulares do saneamento (municípios) pela continuidade dos contratos de programa vigentes, esses instrumentos passariam a ser válidos no escopo da nova composição acionária. Nesse horizonte suscetível a radicais mudanças na configuração das concessões, a Corsan reconhece o desafio incontornável de se estruturar para participar de licitações em nível regional e não apenas em âmbito local, a exemplo do município de Santa Cruz do Sul, certame do qual a Companhia foi vencedora.



Apesar da hegemonia no estado, incluindo a maior parte da região metropolitana de Porto Alegre, a Corsan não atua na capital nem em municípios relevantes como Pelotas, Caxias do Sul, São Leopoldo e Novo Hamburgo, onde o saneamento está a cargo das prefeituras.

A respeito de Novo Hamburgo, é importante registrar que a Corsan detinha a concessão do saneamento até 1998, quando ocorreu a municipalização, por iniciativa do poder concedente. A Companhia requereu judicialmente a indenização pelo patrimônio, e o ressarcimento pelas dívidas e financiamentos pertinentes à prestação dos serviços. Hoje, tendo em vista o ganho de causa e a expedição dos respectivos precatórios, os processos encontram-se aguardando pagamento, com quitação prevista para ocorrer até o final do ano de 2024, em regime especial de precatórios.

Dentre os 317 municípios atendidos pela Corsan, 93% possuem a delegação dos serviços firmada em Contrato de Programa, nos termos da Lei 11.445/2007. Os demais possuem Contratos de Concessão, no modelo anterior à Lei do Saneamento. Analisando a representatividade na receita, os municípios com Contrato de Programa detêm 97% da arrecadação total. Os 3% restantes da receita, vinculados a concessões que ainda não migraram para Contrato de Programa, são na maioria contratos com vigência até o ano de 2029. Por conseguinte, menos de 1% da receita advém das 12 concessões por ora precárias, mas já em adiantado processo de negociação. Estima-se a regularização contratual até o final de 2019, em decorrência da necessidade de que os Planos Municipais de Saneamento Básico estejam devidamente instituídos.



Figura 11: perfil das concessões

5 Ambiente regulado: pluralidade & equilíbrio

Segundo o atual marco regulatório do saneamento, é prerrogativa do município delegar a um ente regulador, com independência orçamentária e decisória, a mediação das relações entre a concessionária e os usuários. Os limites dessa regulação alcançam a homologação de tarifas, a definição de padrões e a fiscalização da qualidade dos serviços, a fiscalização do cumprimento das metas e compromissos dos planos de saneamento e dos contratos de programa, além da arbitragem de conflitos com os clientes.



Figura 12: municípios por regulador

A Lei do Saneamento prevê que a sustentabilidade econômico-financeira dos serviços prestados seja assegurada por uma receita tarifária suficiente para cobrir os custos operacionais eficientes e para remunerar de forma adequada o capital prudentemente investido. Em contrapartida a concessionária deve atuar com eficiência e prudência, reservando aos clientes o direito de pagar uma tarifa justa e de receber o serviço nos níveis de qualidade estabelecidos pela legislação e pelo contrato de concessão ou de programa. Nessa perspectiva, a referida Lei estabelece que as tarifas sejam atualizadas por meio de reajustes e revisões periódicas ou extraordinárias. Os reajustes ocorrem anualmente, enquanto as revisões tarifárias periódicas ocorrem a cada cinco anos, conforme estipulado nos contratos de programa. A revisão tarifária tem por finalidade primordial determinar a receita necessária para custear a prestação dos serviços, realizar os investimentos e remunerar o capital. O processo consiste em, conjuntamente com o regulador, reavaliar a estrutura de custos, contrapondo a receita requerida à geração de valor para as partes interessadas (os acionistas, os clientes, a sociedade). Trata-se, portanto, do principal instrumento de reequilíbrio financeiro de que dispõe a concessionária.

A Corsan realiza revisões tarifárias desde 2009, época em que havia apenas um regulador estadual para todo o sistema. Em decorrência da atual pluralidade de reguladores, o processo passou a ser segregado por agência, o que tem implicado índices de reajuste diferentes para municípios por conta da assimetria entre as bases tarifárias. Para 2019, a Companhia negociará a revisão com cinco agências, de acordo com modelo adotado nas revisões anteriores, cujos principais pilares são, além da recomposição da matriz de custos, a recuperação e remuneração do capital investido e a revisão das tarifas indiretas.

6 Estratégia para o Futuro: Identidade & Planejamento

O Planejamento Estratégico da empresa é a ferramenta por meio da qual se estabelecem pontos de partida e se vislumbram pontos de chegada em um horizonte essencialmente dinâmico. Planejar é olhar para a estrada que ainda não se abriu. Antever os contornos do alvo a atingir, o traçado do caminho a percorrer, a velocidade a imprimir, e os riscos a enfrentar. É o instrumento que a gestão utiliza para definir objetivos concretos e canalizar ações para atingi-los em determinado período de tempo, com base em diagnósticos internos e externos, análises estruturais e conjunturais, e monitoramento sistemático.

Do ponto de vista do arranjo institucional, o Planejamento da Corsan alinha-se às orientações do Governo do Estado a fim de compatibilizar a estratégia da Companhia com as políticas governamentais. Do ponto de vista da metodologia, é adotado o *Balance Scorecard* – BSC, modelo consolidado no mercado, cujo primeiro passo é definir Missão, Visão e Valores da organização.

MISSÃO: Prestar serviços de excelência em saneamento básico nos segmentos e na área em que atua, cumprindo o seu papel social, ambiental e econômico, gerando valor às partes interessadas.

VISÃO 2016-2019: Em 2019, manter a Universalização da cobertura de água e atender 30% da população urbana com a utilização do sistema de esgotamento sanitário de modo sustentável e com a garantia da satisfação dos clientes.

VISÃO 2030: Em 2030, ser reconhecida pela universalização dos serviços de abastecimento de água, por atender 70% da população urbana utilizando o sistema de esgotamento sanitário, pela excelência dos seus serviços e produtos e pela consolidação de novos negócios.

VALORES: Sustentabilidade - Responsabilidade social - Ética - Transparência - Produtividade, segurança e eficiência - Gestão compartilhada - Valorização das pessoas - Integração entre as áreas

Figura 13 – Identidade Organizacional

A partir da identidade organizacional, e de ampla análise dos ambientes interno e externo, foram definidos os objetivos estratégicos da empresa sob quatro perspectivas: financeira, clientes, processos e aprendizagem & crescimento. Na qualidade de ferramenta dinâmica e aderente aos movimentos tanto do mercado quanto da organização, o BSC prevê o contínuo monitoramento da execução dos objetivos, bem como a revisão de toda a estratégia a cada quatro anos. O Planejamento Estratégico da Companhia para o período de 2016 a 2019 está representado pelo seguinte Mapa Estratégico:

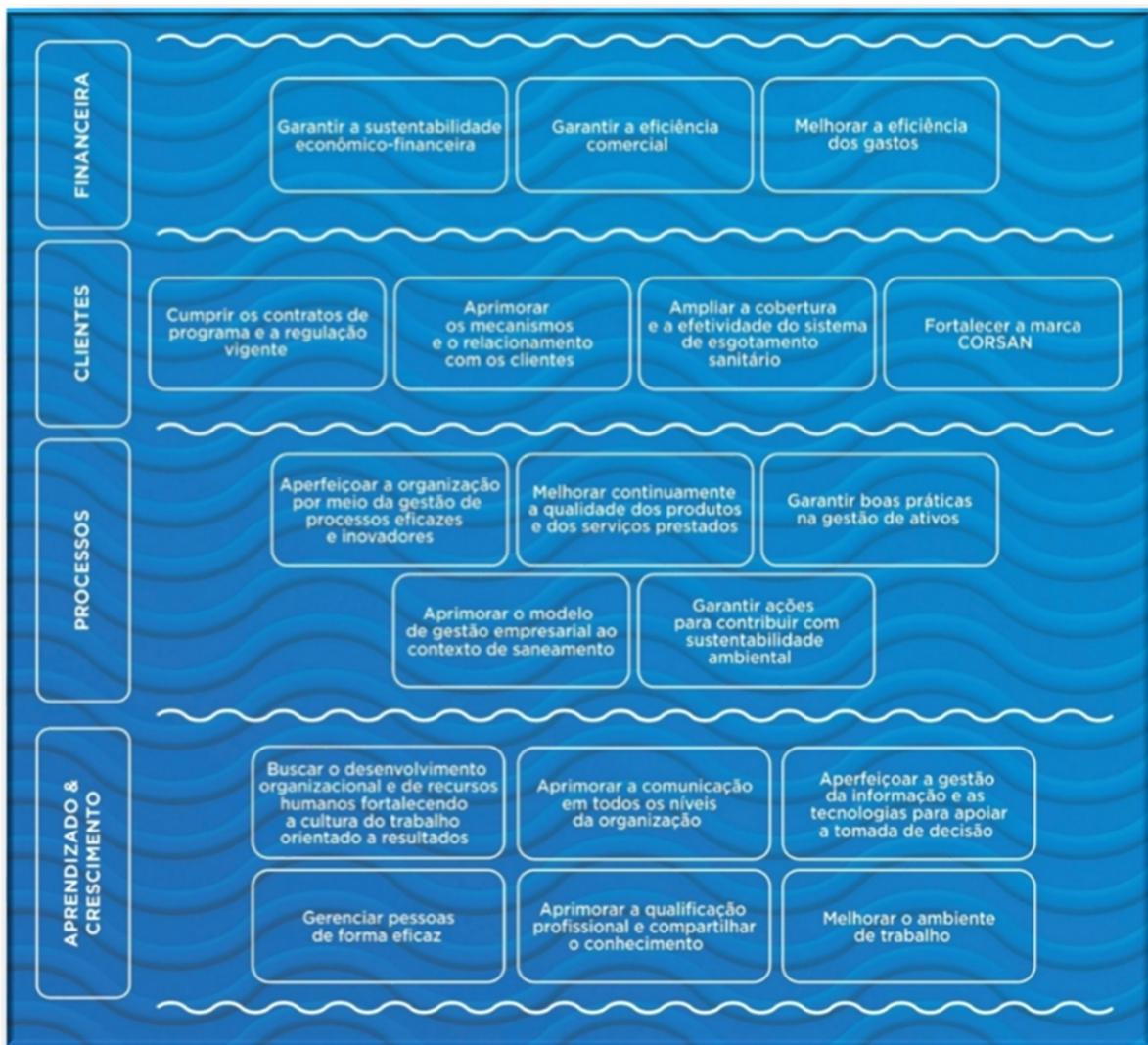


Figura 14 – Mapa Estratégico

As ações para o atingimento dos objetivos estratégicos, representadas por iniciativas estratégicas, desdobram-se sob duas concepções de responsabilidade:

- Corporativa – para a qual é utilizada prioritariamente a metodologia de projetos estratégicos, projetos operacionais e programas;
- Regional – por meio de planos de ação anuais de todas as unidades organizacionais vinculadas às Superintendências Regionais.

Monitoramento da Estratégia

Os Objetivos Estratégicos são monitorados por meio de um conjunto de 42 indicadores, segregados pelas quatro perspectivas, que representam uma dimensão de resultados a serem alcançados por meio de ações. Os ciclos de monitoramento dos indicadores permitem avaliar a estratégia e fazer ajustes, quando necessário. Esse processo, realizado com intervalos de dois meses, consiste no cotejamento entre os resultados obtidos e as metas definidas para cada indicador, bem como a construção de análises de desempenho capazes de apoiar as tomadas de decisão da alta administração.

A partir de 2018, passou a ser elaborado um informativo mensal, com a finalidade de divulgar os resultados e o desempenho da Companhia em relação ao Planejamento Estratégico, disseminando e incentivando o público interno. Destaca-se a atuação positiva dos indicadores diretamente relacionados à universalização e à qualidade dos serviços prestados.



Figura 15: Monitoramento do Planejamento

Projetos Estratégicos

Desde 2016 a Corsan vem tratando questões estratégicas transversais do ponto de vista da estrutura organizacional por meio de projetos convergentes do ponto de vista das entregas para a sociedade. Com esse propósito, foi estruturada uma área para gerenciamento de projetos no modelo *Project Management Office – PMO*, a qual hoje gerencia e monitora uma carteira de 48 projetos, alinhados aos Objetivos Estratégicos conforme as Perspectivas do Mapa Estratégico. A exemplo dos Indicadores Estratégicos, os Projetos Estratégicos são monitorados em ciclos cujo propósito é acompanhar, controlar, avaliar e reportar o desempenho, de modo a assegurar que os seus objetivos sejam atingidos.



Na perspectiva financeira, os projetos são direcionados para melhoria na estrutura tarifária, na gestão do fluxo de caixa, na gestão de perdas, no combate às fraudes e ligações clandestinas e na eficiência no consumo de energia elétrica.



Na perspectiva clientes, o portfólio tem foco na universalização dos serviços, por meio do Plano de Expansão de Água e Esgoto da Corsan, além da estruturação de processos vinculados às metas dos Planos Municipais de Saneamento Básico, aos compromissos dos Contratos de Programa, aos Fundos Municipais de Gestão Compartilhada.



Na perspectiva processos, os projetos voltam-se para implantação de sistemas como ERP corporativo e o Sistema Móvel de Serviços, da criação e implantação de centros de controle operacional, além da gestão de resíduos sólidos e do processo simplificado e unificado de licenciamento ambiental.



Na perspectiva aprendizagem e crescimento, têm espaço as iniciativas de inovação tecnológica, como videoconferência, georreferenciamento, gestão eletrônica de documentos, bem como a gestão do conhecimento orientado a resultados e o sistema de planejamento, orçamento e gestão estratégica.

Figura 16: Projetos Estratégicos

7 Água universalizada: manter todo dia o que se conquistou em décadas

Mesmo tendo conquistado a universalização já há muitos anos, a Corsan permanece atenta ao crescimento das populações atendidas, nem sempre linear por conta de fatores econômicos, sociais e ambientais não previsíveis quando da instalação dos sistemas. Para manter, é preciso crescer, remodelar-se sempre, para que não falte água onde e quando as pessoas mais precisam, ou seja, em casa todos os dias.

Se o ano 2017 foi marcado pela conclusão da transposição do Rio do Cravo, garantindo água para o município de Erechim e região, em 2018 a Companhia não parou de investir em melhorias, inclusão e controle.

Melhorias em Sistemas de Abastecimento

Dentre os R\$ 100 milhões investidos em 2018, destacam-se, a título de ilustração, melhorias em dois sistemas, com grande retorno do ponto de vista da regularidade do abastecimento.

Município	Melhorias em Sistemas de Abastecimento	Investimento	Famílias Beneficiadas
Gravataí	Adução de água tratada de 1,89 km, para reforço no abastecimento do bairro Morada do Vale.	R\$ 1.034.594	1.859
Cachoeirinha	Adução de água tratada de 3,5 km, para maior oferta de água para o sistema Vista Alegre e entorno, uma vez que, em períodos de intenso consumo de água, a ETA Cachoeirinha e o seu principal centro de reservação enfrentavam sobrecarga.	R\$ 3.791.499	40.934
Gramado	Reservatório de 3.000 m ³ na aldeia do Papai Noel, para aumento da capacidade de reservação do sistema de distribuição da cidade, atuando em conjunto com os reservatórios localizados no bairro Serrano, disponibilizando mais água nos períodos de alto consumo.	R\$ 4.027.211	19.297

Tabela 02: Melhorias SAA

Automação e Centros de Controle Operacional – CCO

De modo a atender melhor os sistemas de abastecimento e prevenir faltas d'água, vêm sendo aplicadas modernas tecnologias de controle à distância dos níveis dos reservatórios, operação de estações de bombeamento, pressões das redes e vazões. A partir de sensores eletrônicos instalados em pontos estratégicos da rede distribuidora, os dados são coletados e enviados a Centros de Controle Operacional - CCO. As informações, visualizáveis instantaneamente e armazenadas em meio digital, propiciam análises mais profundas do sistema e rápidas tomadas de decisão, o que permite, inclusive, antecipar as ações técnicas corretivas antes mesmo da comunicação de problemas pelos usuários. Além dos 41 CCO instalados nos maiores sistemas (58 municípios), está sendo implantado o Centro de Controle Operacional Corporativo, sediado em Porto Alegre, que permitirá o acompanhamento e a operação de todos os sistemas dotados de CCO no estado.

Sistema de Cadastro Técnico Georreferenciado

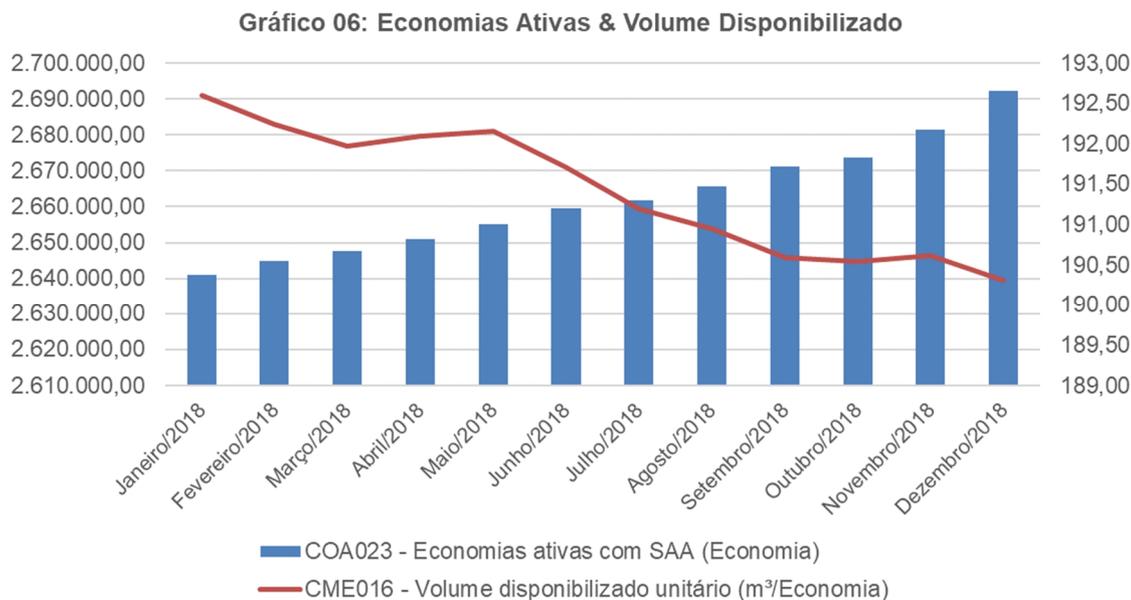
Atualização do cadastro de redes da Corsan e implantação de um sistema que pode ser acessado com facilidade e utilizado nas atividades de manutenção de redes. Como resultado, haverá mais segurança nas atividades técnicas e redução no tempo de atendimento ao cliente. O projeto pode ser resumido em três conjuntos de ações: tecnologia - atualizar e ampliar o conhecimento técnico e especializado das redes, reservatórios, estações de bombeamento; mapeamento e atualização cadastral; normativas para orientar as rotinas de cadastro técnico. O georreferenciamento e a atualização da base cadastral permitiram avançar no desenvolvimento do Geoportal, valiosa e robusta ferramenta, disponível na intranet corporativa da empresa, que permite a integração de informações comerciais e operacionais com elementos cadastrais. É possível rapidamente identificar itens da rede e também, ao traçar uma linha poligonal, saber qual é o volume consumido da área, quais são os grandes consumidores e a situação do parque de hidrômetros, entre outras funcionalidades.

Regularização de Ligações Clandestinas em Áreas de Ocupação

Em especial nos grandes centros urbanos, existem muitas áreas de ocupações subnormais que se abastecem de modo precário. Nessas ocupações, as canalizações são assentadas sem os cuidados técnicos necessários, são frequentes os vazamentos e as faltas d'água, e grandes os riscos de contaminação. Em face dessa realidade, a Corsan, por meio de um projeto estratégico específico, busca atender à população de baixa renda, mediante ações que abrangem aspectos técnicos e educativos: ao mesmo tempo em que se assentam redes e ramais dentro das melhores técnicas construtivas, são realizados trabalhos socioambientais nas comunidades. Um dos efeitos mais importantes do projeto é a melhoria da saúde e a conseqüente redução da mortalidade infantil, visto que a utilização de água segura contribui para a diminuição de doenças de veiculação hídrica. Além disso, o projeto leva dignidade e inclusão social aos moradores através da formalização do cadastro da residência na base da prefeitura municipal, bem como o recebimento de contas individuais no sistema Corsan, fato que lhes amplia o crédito no comércio local.

Gestão das Perdas de Água

O tema *gestão de perdas*, e sua direta vinculação com a sustentabilidade, tem sido o condutor de diversas ações por parte da Direção e do corpo técnico da Corsan. Cada vez mais são estimuladas pesquisas e práticas que proporcionem melhor utilização dos recursos hídricos disponíveis, maior aproveitamento das tecnologias, menor consumo de energia, enfim, todo um conjunto de estratégias para preservação da natureza e garantia de pleno atendimento aos usuários. Nessa perspectiva vem sendo desenvolvido o Plano Integrado de Gestão de Perdas, cujo objetivo inicial é constituir e implantar uma política de gestão de perdas e um programa de ações que integre as diversas áreas da Corsan, bem como realizar ações imediatas para a redução de perdas nos sistemas atendidos. Dentre os elementos-chave na gestão de perdas, destacam-se a macromedição, a substituição de redes, a setorização, o controle e redução de pressões, a pesquisa de vazamentos e a capacitação dos empregados. Desse tratamento transversal à questão das perdas, muitos resultados positivos já podem ser observados. Mesmo diante do crescimento da população atendida, o volume disponibilizado por economia reduziu-se, e o índice de perdas por ligação de água apresenta tendência de retração.



Segundo Lambert e Lalonde (ABES,2005 e 2015), o crescimento das perdas de água ocorre naturalmente. Sob essa ótica, caso a Corsan não tivesse tomado medidas para o controle e a redução, o seu Índice de Perdas por Ligação cresceria 60 L/dia/Lig ao ano, em vez de apresentar tendência de queda.

Plano de Segurança da Água – PSA

Assegurar o fornecimento de água com constância e qualidade é compromisso assumido desde a criação da Corsan. No entanto, sistematizá-lo sob a forma de Plano de Segurança da Água - PSA é uma demanda recente para os sistemas de abastecimento da empresa. Muito embora o primeiro estudo com uma visão contingencial tenha sido realizado em 2009, atualmente a perspectiva é mais ampla, e o então plano de contingência passou a ser um componente do PSA.

Os Planos são instrumentos de mapeamento e priorização dos riscos desde a captação até o consumidor, com base nas diretrizes da Organização Mundial da Saúde. O objetivo é controlar a poluição das fontes de água e minimizar focos de contaminação no manancial; otimizar a remoção ou inativação de contaminantes durante o tratamento, armazenamento e distribuição; melhorar as práticas de gestão e operação para tornar mais eficiente a comunicação e o conhecimento das partes interessadas sobre toda a cadeia de abastecimento e sua vulnerabilidade; estimular a colaboração entre os principais grupos de interessados e os responsáveis pela operação do sistema; informar e priorizar as necessidades de melhorias de infraestrutura física e recursos; mitigar o risco de paradas, vazamentos e suspensões repentinas do abastecimento.

Em função da complexidade envolvida na elaboração do PSA, optou-se por segregar o desenvolvimento e implantação nos 18 municípios inicialmente beneficiados em três grupos, de acordo com as características dos mananciais e o porte dos sistemas.

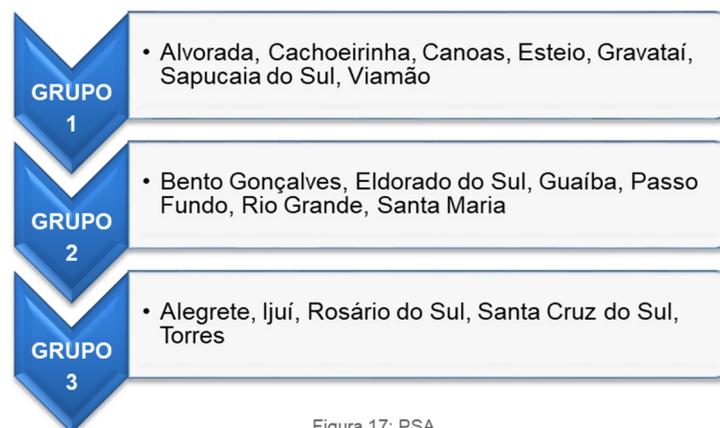


Figura 17: PSA

8 Esgotamento sanitário: enfrentando o desafio da universalização

Ainda que os recursos já não sejam abundantes para fazer saneamento, e que os investimentos em infraestrutura de esgoto tenham um retorno financeiro a longo prazo, a Corsan não se desvia do compromisso de universalizar o acesso ao esgotamento sanitário nas comunidades onde atua. Somente no ano de 2018, a Companhia investiu cerca de R\$ 200 milhões em obras com recursos próprios e financiados. Um montante considerável que resultou em frentes de obra por todo o estado, e na oferta de aproximadamente 23 mil novas ligações em diversos municípios. Além das obras, muitas alternativas estão em andamento na empresa, mobilizando parceiros, inovando em soluções e sensibilizando a sociedade a fazer parte do enfrentamento ao desafio da universalização.

Parceria Público-Privada na região metropolitana de Porto Alegre

Reconhecida nacionalmente como segunda colocada no segmento *modelagem do ano* da *PPP Awards & Conference Brazil*, a mais importante premiação de parcerias público-privadas do país, a PPP da Corsan consiste na contratação de parceiro privado, na modalidade de concessão administrativa, para operação dos serviços de esgotamento sanitário, gestão do parque de hidrômetros e identificação e eliminação de fraudes pelo prazo de 35 anos, incluindo a complementação das obras de infraestrutura necessárias para atingimento da meta de 87,3% de atendimento em esgoto, no prazo de até 11 anos, e manutenção desta ao longo do período da concessão. Os estudos de impacto evidenciaram que, além de uma alternativa de alavancagem de recursos de terceiros para execução das obras de infraestrutura, o modelo proporcionará ganhos em efetividade operacional e contribuirá, em médio prazo, na redução da Razão Operacional (ROP). O projeto está em adiantada fase de aprovação por parte das casas legislativas municipais, o que permite estimar para 2019 as etapas de licitação e contratação dos serviços.

A universalização nos nove municípios (Canoas, Esteio, Sapucaia do Sul, Gravataí, Cachoeirinha, Alvorada, Viamão, Guaíba e Eldorado do Sul) contribuirá com o aumento de 15,77% no NUE corporativo, beneficiando a população atual de 1,2 milhões de habitantes da área urbana da região, com a melhoria nos indicadores de saúde pública e na qualidade dos recursos hídricos.

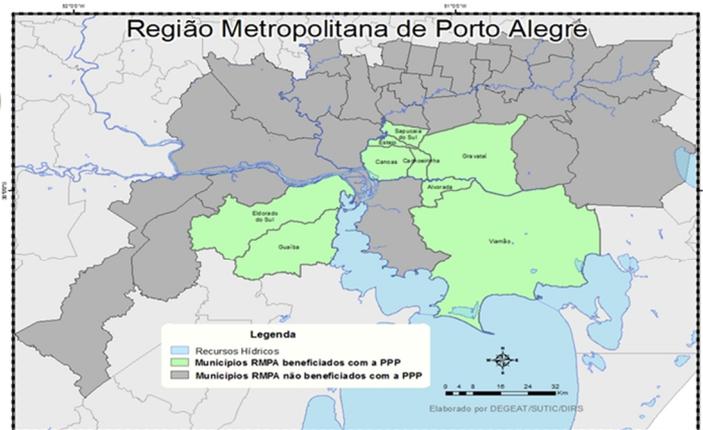
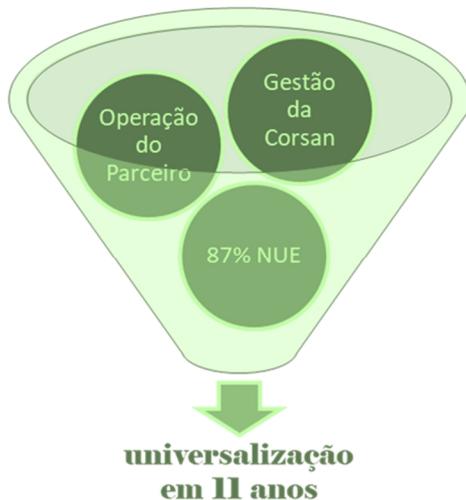


Figura 18: PPP na RMPA

Solução Individual e Esgoto Misto

Considerando os grandes investimentos financeiros necessários para a execução de sistemas de esgotamento sanitário do tipo separador absoluto, além da complexidade das obras, a Corsan busca opções menos dispendiosas e que aproveitem, em certa medida, a infraestrutura existente, a exemplo da solução individual e do sistema misto.

Quanto à solução individual, essa tradicional modalidade no Rio Grande do Sul, é considerada satisfatória pelo PLANSAB quando as fossas são controladas, construídas e operadas adequadamente. No ano de 2017 iniciaram-se estudos para operar a limpeza programada de fossas, visto que assumir a limpeza e executar o serviço na frequência ideal vem a garantir que o lodo seja destinado de maneira ambientalmente correta. No âmbito dessa iniciativa, durante a temporada de verão 2017/2018 foi realizado um projeto piloto no balneário de Atlântida Sul, mediante o qual uma amostragem de residências foi beneficiada, e o respectivo lodo foi destinado à ETE II de Xangri-Lá. A partir daquele aprendizado, foram definidos os parâmetros operacionais e comerciais, e mapeados os processos, comprovando a vantajosidade da alternativa e seu amplo potencial de incorporação ao sistema público de saneamento.

Durante o ano 2018 foram intensificadas as ações junto a todas as agências reguladoras para aprovar o novo serviço, cujo caráter compulsório ao usuário contribuirá decisivamente para a universalização do esgotamento sanitário em localidades onde não é viável, por ora, o separador absoluto. Uma vez regulamentada, a limpeza de fossas programada ensejará aditivos nos Contratos de Programa e nos Planos Municipais de Saneamento Básico, bem como adaptações nas estações de tratamento para recebimento dos lodos, alteração das respectivas Licenças de Operação, contratação de caminhões e construção de centrais de lodo a fim de otimizar a logística do atendimento.

Em paralelo à regulamentação da limpeza de fossas programada, a Corsan está em vias de ofertar à população a limpeza de fossa sob demanda do usuário. Todavia, diferentemente da limpeza de fossa programada, a modalidade sob demanda não é considerada serviço público e tampouco é contabilizada nos índices de universalização. Trata-se de um negócio regido pelas leis de mercado, cuja adesão não é compulsória.

No que se refere ao sistema misto, a Corsan elegeu o município de Osório para um projeto piloto nessa modalidade. Para tanto, foi executada rede coletora do tipo misto, prevendo utilização da rede de drenagem pluvial da cidade para receber os efluentes de esgoto cloacal. Os efluentes, hoje ainda descartados diretamente na Lagoa do Marcelino, serão tratados na ETE de Osório, a qual foi construída pela Companhia. Do ponto de vista da operação, o projeto está em fase de obtenção de licenciamento ambiental.

Cobrança pela Disponibilidade do Sistema de Esgotamento Sanitário

A Corsan investe fortemente na expansão do sistema de esgotamento sanitário, além de promover ações de conscientização ambiental em paralelo à realização das obras. Entretanto, frustram-se os investimentos em infraestrutura na medida em que os usuários resistem à conexão ao sistema, dando à questão ambiental e de saúde pública uma dimensão meramente econômica e individual. Para superar esse desafio, a Companhia implantou, de forma gradativa em 2017 e 2018, com apoio do Ministério Público e a chancela dos entes reguladores, a cobrança pela disponibilidade do sistema de esgoto, na qualidade de uma política de consequências para a não conexão. Resumidamente, o imóvel que não se ligar à rede pública, pagará uma tarifa 100% mais cara do que o conectado, tornando-se um poluidor pagador. Na prática, os usuários são notificados e têm prazo de 120 dias para providenciar a ligação. Expirado o prazo, inicia-se a cobrança, de forma gradativa e escalonada. Se a cobrança não for suficiente para estimular a ligação, esses imóveis serão informados aos órgãos competentes, como a Vigilância Sanitária e o Ministério Público. Chegou-se ao final de 2018 com a cobrança pela disponibilidade implantada em 22 municípios. As 17.000 notificações emitidas no período ensejaram a efetivação de aproximadamente 8.800 ligações de esgoto.

9 Investimentos & Captação de Recursos

Investimentos Planejados e Realizados

Investimentos Realizados (milhares de R\$)

Investimentos Realizados em 2018	
SEGMENTO	VALORES
Sistema de Abastecimento de Água	100.246
Sistema de Esgotamento Sanitário	203.403
Desenvolvimento Institucional, Operacional e Comercial	60.476
Total Investimento	364.125

Fonte: Contabilidade

Tabela 03: Investimentos Realizados

Plano de Investimentos Plurianual (milhares de R\$)

Plano de Investimentos Plurianual								
Fonte/Período	2019	2020	2021	2022	2023	2024	2025	Total
Contrapartida	43.744	41.463	40.092	22.822	15.088	11.763	33.448	208.421
Financiado	102.144	147.142	181.223	174.891	128.351	114.134	203.134	1.051.019
Próprio	224.322	148.319	58.511	18.691	12.648	16.779	27.790	507.060
Repasse	73.130	88.621	72.574	83.489	61.502	75.670	80.990	535.976
Total	443.340	425.546	352.399	299.893	217.589	218.346	345.363	2.302.476

Fonte: AGE PCP/PLP

Tabela 04: Investimentos Projetados

Captação de Recursos

Com base nas metas para universalização dos serviços de esgotamento sanitário estabelecidas no Plano de Expansão da Corsan, estimou-se a necessidade de investimentos na ordem de R\$ 10,8 bilhões. Uma vez que esse volume de recursos excede a disponibilidade de caixa da empresa, vêm sendo intensificados esforços na obtenção de financiamentos. Além dos recursos captados em anos anteriores e já em utilização, bem como das captações ainda em contratação, destaca-se em 2018 a contratação de oito novas operações junto ao BNDES, seis na modalidade FINEM e duas por meio do Programa Avançar Cidades Fase 1, no montante de R\$ 360 milhões.

RECURSOS CONTRATADOS E EM UTILIZAÇÃO	
PAC	<p>Programa de Aceleração do Crescimento: recursos federais (OGU, FAT e FGTS) destinados a implantação, ampliação e melhorias nos sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, estudos e projetos em água e esgoto, além de modernização operacional. A captação dos recursos iniciou-se em 2007, com o PAC1, e estendeu-se até 2014, com o PAC2 4ª Seleção.</p> <p>Água: projetos e ampliação de sistemas em diversos municípios</p> <p>Esgoto: projetos e ampliação/implantação de sistemas em diversos municípios</p>
IN 14 MCIDADES	<p>Instrução Normativa do Ministério das Cidades N° 14/2014: recursos do FGTS contratados para ampliação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário em diversos municípios. Todos os pleitos contemplados estão contratados.</p> <p>Água: Gravataí</p> <p>Esgoto: Imbé, Tramandaí, Xangri-lá, Pedras Altas, Rio Grande, Capão da Canoa</p>
FOCEM	<p>Fundo para Convergência Estrutural do Mercosul: recursos internacionais destinados ao sistema de esgotamento sanitário do município de Aceguá.</p> <p>Esgoto: Aceguá</p>
RECURSOS EM CAPTAÇÃO OU CONTRATAÇÃO	
PROSASUL BID	<p>Programa de Melhoramento dos Serviços de Saneamento do Rio Grande do Sul: o objetivo principal do Programa é a melhoria da qualidade de vida das populações beneficiadas, mantendo a cobertura dos serviços de abastecimento de água, preservando o meio ambiente, aumentando a segurança hídrica e assegurando o fortalecimento da gestão operacional e institucional da Corsan.</p> <p>Componente 1: Melhorias e Ampliação dos Sistemas de Abastecimento de Água</p> <p>Componente 2: Sustentabilidade Operacional & Institucional</p>
AVANÇAR CIDADES	<p>Programa Avançar Cidades - Saneamento para Todos: recursos federais (FAT/FGTS) destinados à ampliação de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, bem como controle de perdas de água, em diversos municípios.</p> <p>Fase 1: recursos contratados em 2018</p> <p>Fase 2: recursos pleiteados, aguardando seleção</p>
FINEM BNDES	<p>Financiamento Empresa: recursos do FAT, contratados para ampliação de sistemas de esgotamento sanitário em diversos municípios, telemetria e renovação do parque de hidrômetros.</p> <p>Esgoto: Campo Bom, Santa Maria/Camobi, Torres, Jaguarão, Rio Grande e Xangri-lá</p> <p>Telemetria e Hidrômetros: diversos municípios</p>

Tabela 05: Captação de Recursos

10 Otimização de processos para resultados cada vez mais efetivos

Planejamento Corporativo

Instituído em 2018, o Planejamento Corporativo permite a gestão integrada e compartilhada das ações da empresa, possibilitando que cada área envolvida dirija pessoas, esforços e recursos para atingir objetivos de forma interdependente, transparente e efetiva. Com o uso das funcionalidades desenvolvidas no Sistema de Planejamento, Orçamento e Gestão Estratégica – SISPLAN (ferramenta oriunda de projeto estratégico), o processo balizará as ações que possuem interface com os compromissos assumidos junto ao poder concedente e a outros entes, com origem nos instrumentos contratuais, Planos Municipais de Saneamento Básico – PMSB e nas demandas institucionais. O método consiste no desdobramento em planos de ação dos compromissos assumidos, bem como no monitoramento da execução e na prestação de contas.

Atualmente em fase de implantação, o Planejamento Corporativo teve início com o assentamento e classificação de aproximadamente 21 mil compromissos oriundos dos instrumentos contratuais e planos de saneamento vigentes. A partir do assentamento dos dados, foram desenvolvidos projetos piloto em Santa Cruz do Sul e Santa Maria, abrangendo treinamento das equipes locais, seminários integrados e demais recursos para o desdobramento dos compromissos. A próxima etapa consiste em expandir o Planejamento para as demais localidades, o que será operacionalizado pelas Superintendências Regionais, com apoio do corporativo.

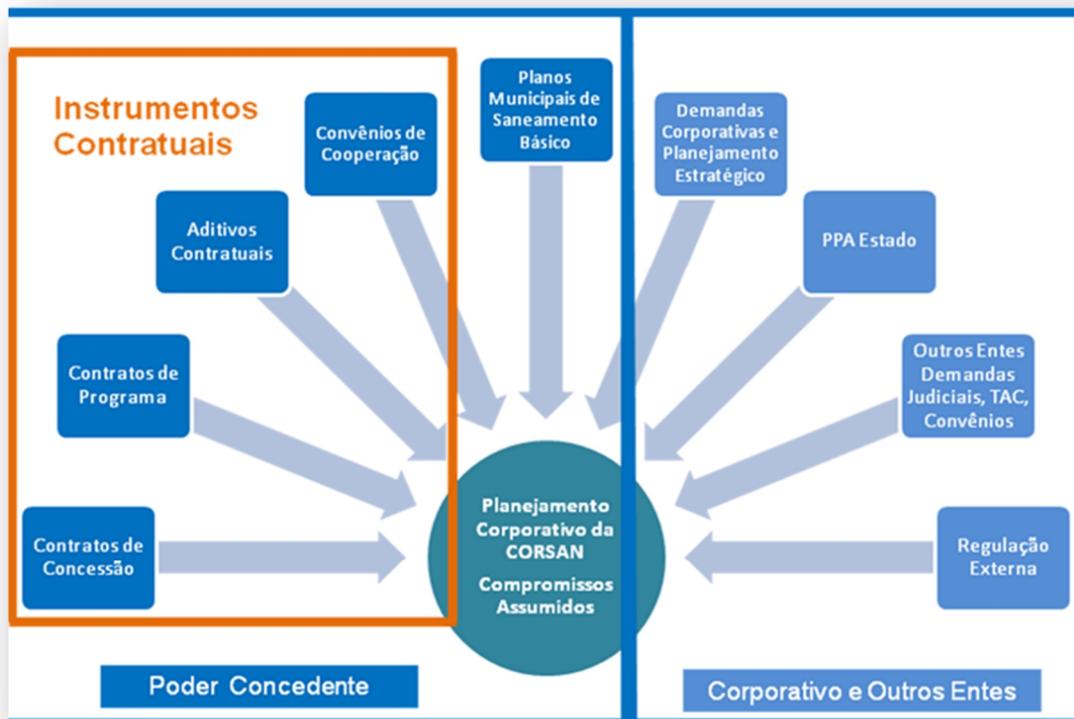


Figura 19: Vertentes do Planejamento Corporativo

Gestão de Custos

Com base na metodologia de Gerenciamento Matricial de Despesas – GMD e no Sistema de Gestão de Custos – SISGEC (ambos resultados de projetos estratégicos), foi implantado o projeto piloto da Gestão de Custos na Corsan, cujo propósito, inédito na empresa, é adotar o custo referência como balizador na elaboração do orçamento anual.

Ao longo do segundo semestre de 2018, foram realizados estudos em três naturezas orçamentárias: diárias, combustíveis e locação de veículos. Durante o processo, todas as Unidades de Saneamento da Companhia foram classificadas em grupos de acordo com características similares, a partir dos quais foram estabelecidas metas de redução dos custos unitários. Para as Unidades acima da meta, a segunda etapa consistiu na elaboração de planos de ação corretivos e sua posterior execução e monitoramento. Destaca-se o sucesso do piloto na natureza de combustíveis, cujas medidas adotadas com suporte da ferramenta de telemetria Frotalog refletiram-se na economia de R\$ 1 milhão por meio da redução de quase 8% no valor orçado para 2019.

Para o próximo ano, a meta é expandir a gestão para as demais naturezas orçamentárias, visto que a consolidação desse processo contribui decisivamente para a redução da Razão Operacional – ROP, além da melhoria dos níveis de produtividade.

Gestão da Carteira de Contas a Receber

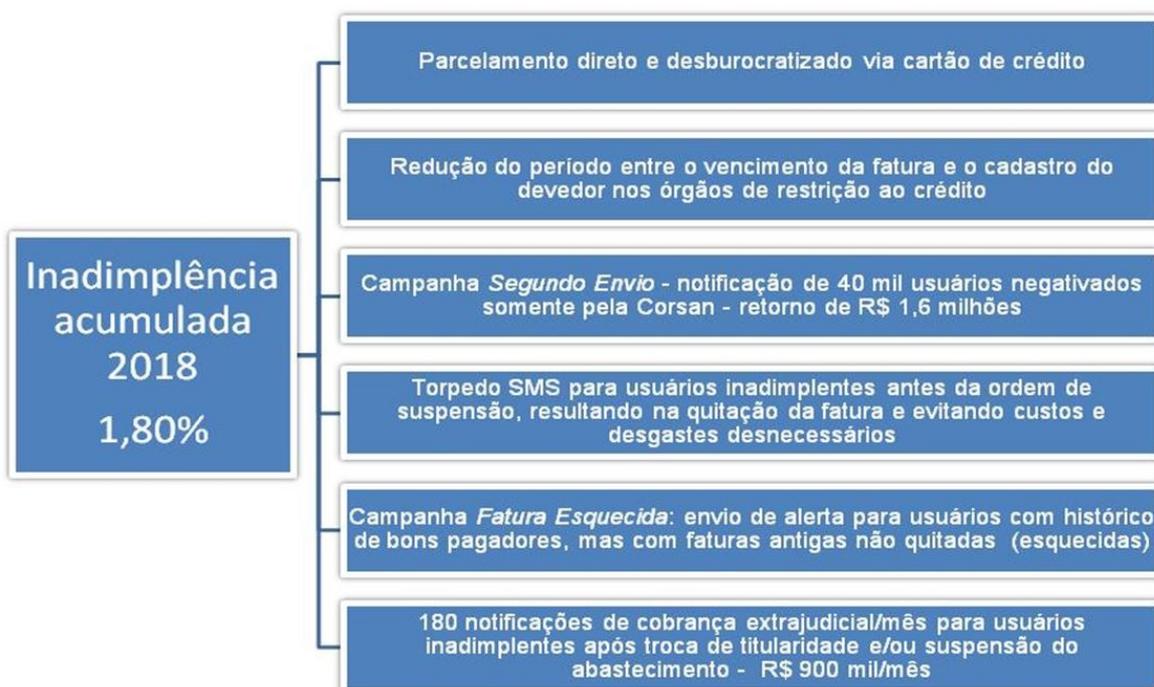


Figura 20: Gestão de Contas a Receber

Eficiência Energética

Considerando que a rubrica *Força* é o segundo maior custo dentro da Despesa de Exploração da Corsan, é imprescindível o permanente controle dos contratos de energia, a fim de que a tarifa seja a mais adequada possível ao perfil operacional de cada unidade consumidora. Nessa perspectiva, 2018 foi marcado por importantes iniciativas:

Ambiente de Contratação Livre – ACL: em 2018 foi licitada consultoria para contratação em ACL. Iniciadas as atividades em 2019, a migração das unidades da Companhia com viabilidade de entrada no Ambiente de Contratação Livre possibilitará economia superior a 20% nas faturas de energia elétrica.

Geração Distribuída: foram aprofundados os estudos sobre a Geração Distribuída para que, já em 2019, sejam implantadas usinas de maior porte para suprir as unidades da Corsan atendidas em Baixa Tensão, a tarifa de energia mais cara paga pela Companhia. Destaca-se o projeto de uma Usina de 112 kWp (quilowatt pico) a ser implantada em Santa Maria, bem como o Termo de Referência para a contratação de uma Usina de 990 kWp a ser implantada na região da fronteira oeste do estado.

Controle automatizado de faturas de energia: foi desenvolvido um novo *software* para controle de faturas de energia, com ganho de eficiência na análise dos dados das mais de 2.800 contas de energia mensais da empresa. O *software* fornece diagnóstico de inconsistências já no carregamento das informações, permitindo a geração de relatórios para avaliação de questões tanto operacionais (problemas de reativos excedentes, demandas de ultrapassagem, etc.) quanto comerciais (erros de faturamento, contratação mais adequada, etc.). Futuramente o sistema também será capaz de gerar indicadores de eficiência energética, para melhor avaliação da eficácia das ações e do potencial de retorno das unidades consumidoras.

Disseminação da cultura da eficiência energética: sistematicamente têm sido realizadas videoconferências mobilizando engenheiros eletricitistas das superintendências regionais da Corsan no sentido de difundir e compartilhar as boas práticas de eficiência adotadas dentro e fora da empresa. Dentre outras atividades, os participantes são estimulados a elaborar projetos para otimizar a operação das estações de tratamento em horários de ponta.

Capacitação em análise de faturas de energia elétrica: importante conquista no ano de 2018 foi a implantação de capacitação para análise de faturas, na modalidade EAD. No primeiro módulo do curso de Gestão de Energia foram treinados 34 empregados. A previsão para 2019 é tornar a capacitação continuada, abrindo mais turmas e desenvolvendo mais módulos.

Apoio em situações de contingenciamento: destaca-se o apoio na especificação e contratação de novos painéis de acionamento para o Primeiro Recalque em São Francisco de Paula (Poço da Faca), que atende as cidades de Canela e Gramado, contribuindo para melhorar o abastecimento daqueles municípios no final do ano.

Migração para Tarifa Branca: em alinhamento com as atuais disposições regulatórias, a Companhia realizou ajustes de unidades consumidoras atendidas em *Baixa Tensão* para a modalidade *Tarifa Branca*, a qual insere os horários de ponta e intermediário nas contratações. Embora o impacto total ainda não tenha sido estimado, uma amostragem indicou redução de pelos menos 15% na tarifa total das unidades migradas para essa modalidade.

Plano de Controle de Manutenção Corporativo

O Plano de Controle de Manutenção Corporativo – PCM abrange a gestão da manutenção civil e eletromecânica a fim de mitigar situações corretivas, priorizar a manutenção preventiva, aumentar a disponibilidade dos sistemas, reduzir custos diretamente associados ao reparo de sistemas e indiretamente associados ao consumo de energia e produtos químicos, melhorar o controle de materiais e equipamentos em estoque, em conformidade com os Contratos de Programa e os Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB). Em 2018, foi criado um projeto estratégico para implantação de PCM nos 42 maiores sistemas da Corsan. Atualmente encontra-se em execução um projeto piloto no município de Canoas.

Política para gestão da manutenção civil: metodologia de gestão das estruturas hidráulicas dos sistemas de água e de esgoto, baseada em uma política preventiva, com inspeções periódicas e planejamento de intervenções a partir de análise de risco e priorização. O objetivo do Plano é que a área de operação e manutenção tenha domínio sobre o estado de deterioração das estruturas hidráulicas, permitindo estabelecer prioridades e planejamento das ações voltadas à sua recuperação.

Política para gestão da manutenção eletromecânica: estratégia para garantir disponibilidade e produzir resultados, tendo como missão manter a funcionalidade dos sistemas e equipamentos a fim de contribuir para a garantia do atendimento aos requisitos dos processos dos sistemas de água e esgoto.

Informatização de Estações de Tratamento de Água e de Esgoto

A informatização das estações de tratamento (com *link* de dados, telefonia, computadores e sistemas) proporciona agilidade na comunicação e segurança nos processos. Disponibilizar informações *on line* sobre os parâmetros de água analisados, resultados de ensaios e de consumo de produtos químicos, reduzir a transcrição em papel e sua margem de erro e demora, tudo isso se traduz na racionalização do consumo e no ganho de qualidade do produto final.

Hoje, com a informatização de 58 Estações de Tratamento de Água, é possível monitorar remotamente e em tempo real, em diversos pontos do estado, características da água como o nível de turbidez, além da dosagem de produtos como cloro e flúor.

11 Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação – PD&I

Novos Contaminantes
Ampliação do conhecimento sobre contaminantes emergentes (fármacos, produtos de higiene e cuidado pessoal) e de novos agrotóxicos presentes na água bruta captada, bem como ampliação e modernização de métodos analíticos e capacitação do corpo técnico dos laboratórios.
Ecotoxicologia
Determinação da toxicidade dos principais contaminantes emergentes detectados em águas brutas superficiais, bem como análise de respostas biológicas de organismos (biomarcadores) diante da exposição a esses contaminantes, com potencial de subsidiar os órgãos competentes para que a emissão de tais substâncias seja regulamentada em âmbito estadual e nacional.
Processos Oxidativos Avançados e Remoção de Íons Fluoreto de Água Subterrânea
Desenvolvimento de sistema piloto para a remoção dos metais selênio, arsênio e vanádio, e de íons fluoreto da água subterrânea provinda de poços de abastecimento, a fim de melhorar as condições dessas fontes, tornando-as disponíveis para consumo humano.
Estudo de Pré-tratamento de Água
Desenvolvimento de estudo sobre pré-tratamento, pois a qualidade da água bruta vem decaindo, tornando-se incompatível com o tratamento para consumo. A adoção de pré-tratamento tem potencial de reverter a qualidade de água aos padrões existentes quando os atuais sistemas foram concebidos, aumentando sua vida útil e possibilitando aumento de vazão.
Rede de Telemetria e Sistema Inteligente de Relacionamento
Desenvolvimento de um sistema inteligente e sustentável de gestão da água, abrangendo desde a coleta de dados por telemetria até a transformação dos dados em informação, a qual será disponibilizada para sistemas gerenciais e de relacionamento com o cliente final por meio de um <i>chatbot</i> .
Eletrocoagulação-flotação em ETA
Aplicação do tratamento de eletrocoagulação-flotação em estação de tratamento de água, em escala piloto, e comparação dos métodos quanto à eficiência, custo e sustentabilidade, com o propósito de buscar alternativas de tratamento de água aliado a um novo produto.
ETA 4.0
Compartilhamento de conhecimento e tecnologia voltada à automação dos processos analíticos realizados nas estações de tratamento de água, por meio de módulos de controle e dosagem de alcalinizante, de coagulante, de cloro e de flúor, além da vinculação das informações ao Centro de Controle Operacional – CCO Corporativo.
Novos Coagulantes
Estudos sobre o processo de obtenção de coagulantes à base de alumínio e de ferro, utilizando reatores em escala de bancada, a fim de se avaliar a flexibilização de matéria prima, otimizando custos e produtos químicos.

Tabela 06: PD&I Água

Abatimento de Cargas
Elaboração de estudos sobre o abatimento de cargas orgânicas por tratamento de efluentes domésticos para a região metropolitana de Porto Alegre, para quantificar e caracterizar a qualidade da água nos trechos do Rio Gravataí, Rio dos Sinos e Rio Guaíba.
Métodos de Genômica e Cromatografia
Desenvolvimento de métodos cromatográficos para acompanhar o manejo de solos de fazendas de lodo da Superintendência de Tratamento de Efluentes Líquidos do Polo Petroquímico do Sul, visando a reduzir o acúmulo dos poluentes prioritários.
Subsídios Técnicos para Cortinamento de ETE
Geração de subsídios técnicos para a implantação de cortinas vegetais no entorno de estações de tratamento de esgoto, e criação de estruturas orgânicas capazes de minimizar os impactos paisagísticos e sensoriais consequentes da operação dessas estações.
Respirometria on-line
Aplicação de um sistema de respirometria <i>on-line</i> para avaliar o desempenho da ETE, bem como prever o impacto de novos efluentes na operação, propondo estratégias de economia de energia e predição de manutenção.
Potencial do Uso Agrícola de Lodos de ETA e ETE
Amostragem, caracterização e avaliação do potencial para uso agrícola de lodos de estações de tratamento de água e de esgoto, permitindo estimar a dose crítica desses lodos para aplicação como condicionador de solo ou substrato para plantio.
Água de Reúso
Avaliação do tratamento do efluente unificado por osmose reversa e eletrodialise, a fim de contribuir com tecnologias limpas aplicadas ao saneamento ambiental, qualificando os efluentes.
Geração de Energia Limpa
Implantação de um sistema híbrido de geração de energia elétrica por meio de painéis fotovoltaicos e de um aerogerador eólico.
O Futuro que Queremos
Desenvolvimento de aplicativos voltados à educação infantil e ao ensino fundamental, para a construção de um movimento sociocultural com raízes na sustentabilidade, especificamente quanto à preservação da água.

Tabela 07: PD&I Esgoto, Reciclagem, Energia e Educação

12 Prêmios e Certificações: a Corsan que a sociedade (re)conhece



Prêmio Nacional de Qualidade em Saneamento - PNQS (ABES): As regionais Sul e Litoral conquistaram o Troféu Quíron Bronze no Nível 1 - Compromisso com a Excelência. As regionais Planalto, Sinos, Central e Fronteira foram finalistas no Nível 2 - Rumo à Excelência.



ISO 9001: Obtida certificação de 13 Estações de Tratamento de Água, 9 Estações de Tratamento de esgoto, 10 Coordenadorias Operacionais de Serviços de manutenção e eletromecânica. Mantida a certificação dos processos de contabilidade.



ISO-IEC 17025: Certificação dos Laboratórios Centrais de Água e de Esgoto e o laboratório do Sítel, que trata os resíduos industriais do Polo Petroquímico.



ISO 14001: Certificação do Sistema de Gestão Ambiental do tratamento de efluentes líquidos do Polo Petroquímico do Sul.



Prêmio Responsabilidade Social 2018 (Assembleia Legislativa do RS): A Corsan foi vencedora, pelo segundo ano consecutivo, na categoria Entidades Governamentais.



Valor 1000 (Jornal Valor Econômico): Nesse *ranking*, que premia as melhores empresas em 25 setores, a Corsan vem crescendo em destaque, conquistando as posições 242 em 2016 e 241 em 2017.



500 Maiores do Sul 2018 (Revista Amanhã): A Corsan destacou-se na posição 34 do *ranking* de Grandes & Líderes, o qual avalia as 500 maiores empresas da região sul do Brasil.



100 Maiores de RS 2018 (Revista Amanhã): Dentre as 100 maiores empresas do RS, a Corsan se destacou com a posição 15 no ranking Grandes & Líderes.



Marcas de quem Decide 20ª Edição (Jornal do Comércio & Qualidata): A Corsan é a empresa pública mais lembrada e a segunda preferida do estado.

Figura 21: premiações e reconhecimentos

Relacionamento com Auditores Independentes

Em atendimento à Instrução CVM nº 381, de 14 de janeiro de 2003, os serviços de auditoria independente foram contratados junto à empresa Audilink e Cia. Auditores, cujo contrato foi renovado por mais doze meses. A política de atuação da Companhia quanto à contratação de serviços não relacionados à auditoria externa fundamenta-se nos princípios que preservam a independência do auditor. Cumpre registrar que os auditores externos realizaram serviços exclusivamente relacionados à auditoria das demonstrações financeiras.

Agradecimentos

A Corsan agradece aos acionistas, ao Governo do Estado, à Secretaria de Obras, Saneamento e Habitação (secretaria à qual a Companhia estava então vinculada), aos clientes, aos empregados, aos fornecedores, aos entes reguladores e fiscalizadores, às instituições financeiras e às entidades de classe pela excelência no relacionamento, o que tornou possíveis os êxitos obtidos no exercício 2018.



BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
ATIVO			
CIRCULANTE		<u>637.436</u>	<u>602.429</u>
Caixa e equivalentes de caixa	5	66.164	79.703
Contas a receber de clientes	6	342.051	326.980
Estoques	7	82.261	76.457
Tributos a recuperar	8.c	9.775	2.646
Depósitos judiciais	21	129.338	109.135
Outros créditos	9	7.847	7.508
NÃO CIRCULANTE		<u>4.579.828</u>	<u>4.183.301</u>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO		<u>2.651.852</u>	<u>1.234.608</u>
Aplicações financeiras	5, 16	66.965	59.968
Contas a receber de clientes	6	7.285	3.409
Aplicações no caixa único do Estado	24.a	6.915	3.823
Depósitos em garantia	16	-	3.341
Créditos fiscais diferidos	8.a	454.428	403.498
Depósitos judiciais	21	259.420	218.494
Ativos financeiros contratuais	10	365.781	458.612
Indenização por desapropriação	-	87.877	76.605
Ativos de contratos	11	1.396.320	-
Indenizações contratuais	-	1.989	-
Outros créditos	9	4.872	6.858
INVESTIMENTOS	-	923	923
IMOBILIZADO	12	121.625	104.196
INTANGÍVEL	13	1.805.428	2.843.574
TOTAL ATIVO		<u>5.217.264</u>	<u>4.785.730</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



BALANÇO PATRIMONIAL
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
PASSIVO			
CIRCULANTE		<u>753.818</u>	<u>754.557</u>
Empréstimos e financiamentos	15	65.811	56.793
Debêntures	16	9.232	9.146
Fornecedores	17	113.736	118.284
Impostos e contribuições	-	53.321	49.184
Parcelamentos de impostos e contribuições	18	14.471	13.260
Dívidas com Fundação Corsan	24.i	21.332	36.456
Salários e encargos a pagar	-	72.593	69.888
Provisão para riscos tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas	21	144.596	117.882
Participação nos resultados	-	25.727	31.051
Dividendos e juros sobre o capital próprio	24.a	222.613	241.196
Outros débitos	19	10.386	11.417
NÃO CIRCULANTE		<u>2.320.969</u>	<u>2.017.173</u>
Empréstimos e financiamentos	15	545.261	386.995
Debêntures	16	13.924	22.644
Fornecedores	17	-	136
Parcelamentos de impostos e contribuições	18	43.415	53.039
Dívidas com Fundação Corsan	24.i	18.914	48.539
Contratos de repasse	20	21.331	9.232
Provisão para riscos tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas	21	687.753	560.216
Provisão para benefício pós-emprego	22	982.864	928.411
Débitos fiscais diferidos	8.b	7.507	7.961
PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>2.095.294</u>	<u>1.982.089</u>
Capital social	23.a	1.635.145	939.148
Reservas de capital	23.b	17.148	17.148
Reservas de lucros	23.e	499.554	1.035.607
Outros resultados abrangentes	23.c	(56.553)	(9.814)
Adiantamento para futuro aumento de capital	23.f	47.183	31.911
PATRIMÔNIO LÍQUIDO E ADIANTAMENTO PARA FUTURO AUMENTO DE CAPITAL		<u>2.142.477</u>	<u>2.014.000</u>
TOTAL PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>5.217.264</u>	<u>4.785.730</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	Nota	2018	2017
RECEITA LIQUIDA DE VENDA DE BENS E SERVIÇOS	25	2.693.600	2.565.181
Custos das vendas, serviços e de construção	26	<u>(1.781.746)</u>	<u>(1.585.867)</u>
LUCRO BRUTO		911.854	979.314
RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS		(567.828)	(513.855)
Despesas comerciais	26	(131.361)	(111.940)
Despesas administrativas	26	(504.012)	(420.688)
Outras receitas operacionais	26	93.776	46.352
Outras despesas operacionais	26	(26.231)	(27.579)
LUCRO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		344.026	465.459
RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO	27	<u>43.646</u>	<u>40.460</u>
Receitas financeiras		104.198	116.330
Despesas financeiras		<u>(60.552)</u>	<u>(75.870)</u>
LUCRO ANTES DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL E DO IMPOSTO DE RENDA		387.672	505.919
Corrente	8.a	(123.287)	(162.005)
Contribuição social		(34.601)	(45.114)
Imposto de renda		(88.686)	(116.891)
Diferido	8.a	27.702	38.764
Contribuição social diferida		7.343	10.272
Imposto de renda diferido		20.359	28.492
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>292.087</u>	<u>382.678</u>
LUCRO BÁSICO POR AÇÃO			
PN		0.48480	0.63516
ON		0.44072	0.57741
LUCRO DILUÍDO POR AÇÃO			
PN		0.48480	0.63516
ON		0.44072	0.57741

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO
NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

	<u>2018</u>	<u>2017</u>
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	292.087	382.678
Outros resultados abrangentes	(46.739)	(157.677)
Realização da reserva de reavaliação	(1.649)	(1.755)
Ganho (perda) atuarial - Fundação CORSAN	(68.318)	(236.246)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	23.228	80.324
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO	<u>245.348</u>	<u>225.001</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

Nota	Reservas de capital			Reservas de lucros					Total patrimônio líquido	Adiantamento para futuro aumento de	Patrimônio líquido e adiantamento para futuro aumento de capital
	Capital social	Auxílios para obras	Doações e subvenções para investimentos	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Reserva de retenção de lucros	Outros resultados abrangentes	Lucros/prejuízos acumulados			
Saldos em 31 de dezembro de 2016	939.148	9.262	7.886	87.762	1.659	695.997	147.863	-	1.889.577	19.330	1.908.907
Integralização de Capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	-	-	-	-	-	-	-	12.581	12.581
Realização da reserva de reavaliação	-	-	-	-	-	-	(1.755)	1.755	-	-	-
Ganhos e perdas atuariais	-	-	-	-	-	-	(155.922)	-	(155.922)	-	(155.922)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	382.678	382.678	-	382.678
Destinações propostas à Assembleia Geral Ordinária:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	-	-	-	-	-	(123.974)	(123.974)	-	(123.974)
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	(10.270)	(10.270)	-	(10.270)
Constituição de reservas	-	-	-	19.134	95	230.960	-	(250.189)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2017	939.148	9.262	7.886	106.896	1.754	926.957	(9.814)	-	1.982.089	31.911	2.014.000
Saldos em 31 de dezembro de 2017	939.148	9.262	7.886	106.896	1.754	926.957	(9.814)	-	1.982.089	31.911	2.014.000
Integralização de Capital	695.997	-	-	-	-	(695.997)	-	-	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital	23.f	-	-	-	-	-	-	-	-	15.272	15.272
Realização de reservas	23.c	-	-	-	-	-	(1.649)	1.649	-	-	-
Ganhos e perdas atuariais	-	-	-	-	-	-	(45.090)	-	(45.090)	-	(45.090)
Lucro líquido do período	-	-	-	-	-	-	-	292.087	292.087	-	292.087
Destinações propostas à Assembleia Geral Ordinária:	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Juros sobre o capital próprio	23.d	-	-	-	-	-	-	(133.792)	(133.792)	-	(133.792)
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Constituição de reservas	23.e	-	-	14.604	582	144.758	-	(159.944)	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2018	1.635.145	9.262	7.886	121.500	2.336	375.718	(56.553)	-	2.095.294	47.183	2.142.477

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

	2018	2017
Fluxo de caixa das atividades operacionais:		
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	387.672	505.919
Ajustes para reconciliação:		
Depreciação e amortização	128.553	118.298
Baixa de imobilizado e intangível	1.020	285
Provisão para devedores duvidosos	(2.264)	(4.293)
Provisão para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	129.207	99.406
Provisão para benefício pós-emprego	(13.865)	(8.342)
Juros e variações monetárias	84.157	88.355
Rendimento sobre aplicações financeiras de curto prazo	3.342	(7.184)
Ajuste a valor presente sobre clientes	(5.067)	461
Ajuste a valor presente sobre ativos financeiros	(41.298)	(42.454)
Margem na construção de obras - contratos de concessão	(3.246)	(4.491)
Provisão para tributos diferidos (COFINS/PASEP)	(454)	(5.135)
Lucro líquido ajustado	<u>667.757</u>	<u>740.825</u>
Variações nos ativos e passivos		
Variações nos ativos:		
Aumento de contas a receber de clientes	(11.616)	(22.427)
Aumento (redução) de estoques	(5.804)	18.658
Aumento de depósitos judiciais	(61.128)	(55.387)
Aumento de rendimentos SIAC	(3.092)	(3.666)
Aumento de indenização por desapropriação	(11.272)	(9.100)
Aumento de depósitos em garantia	(69)	(232)
Aumento (redução) de outros créditos	(506)	5.217
Variações nos passivos:		
Redução de fornecedores	(4.684)	(7.924)
Aumento (redução) de impostos e contribuições	4.218	(33.067)
Redução (aumento) de impostos e contribuições - parcelamento	(14.093)	66.299
Redução de dívidas com Fundação CORSAN	(52.999)	(34.368)
Aumento de férias e encargos a pagar	2.705	2.298
Redução de participação nos resultados	(5.324)	(943)
Redução (aumento) de outros débitos	(1.031)	65
Caixa proveniente das operações	<u>503.062</u>	<u>666.248</u>
Imposto de renda e contribuição social pagos	(130.333)	(164.570)
Empréstimos e financiamentos - pagamento de juros	(31.979)	-
Caixa líquido das atividades operacionais	<u>340.750</u>	<u>501.678</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento:		
Aplicações financeiras	(6.929)	(39.591)
Aquisição de bens do ativo imobilizado	(39.840)	(29.039)
Custos de construção - contratos de concessão	(249.708)	(227.837)
Outras aquisições intangível	(78.253)	(100.715)
Caixa líquido das atividades de investimento	<u>(374.730)</u>	<u>(397.182)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento:		
Empréstimos e financiamentos - captação	248.390	77.359
Empréstimos e financiamentos - pagamento	(92.481)	(127.370)
Debêntures - pagamento	(10.464)	(10.772)
Contratos de repasse - Governo Estadual/FUNASA/ANA	16.189	-
Dividendos/juros sobre capital próprio - pagamento	(152.375)	(62.410)
Adiantamento para futuro aumento de capital	11.182	12.581
Caixa líquido das atividades de financiamento	<u>20.441</u>	<u>(110.612)</u>
Redução (aumento) líquido de caixa e equivalentes de caixa	<u>(13.539)</u>	<u>(6.116)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	66.164	24.470
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	79.703	30.586
Variação de caixa e equivalentes de caixa	<u>(13.539)</u>	<u>(6.116)</u>
Itens que não afetam caixa (Nota 2.2)		
Transferências entre ativo financeiro e intangível	89.232	82.423
Transferências entre estoque e intangível	8.652	10.375
Juros capitalizados	23.075	23.922
Transferência entre contratos de repasse e AFAC	4.090	-
Reclassificação aplicações financeira de liquidez imediata para caixa e equivalentes	55.233	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

	2018	2017
Receitas	2.993.297	2.821.739
Vendas de mercadorias e serviços	2.690.473	2.551.384
Receitas de construção	252.955	232.328
Provisão para devedores duvidosos	2.264	4.294
Outras receitas	47.605	33.733
Insumos adquiridos de terceiros	(1.146.088)	(904.303)
Custos dos serviços	(928.113)	(773.300)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(196.125)	(136.238)
Outros	(21.850)	5.235
Valor adicionado bruto	1.847.209	1.917.436
Depreciação e amortização	(128.553)	(118.298)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	1.718.656	1.799.138
Valor adicionado recebido em transferência	115.677	128.822
Receitas financeiras	104.198	116.330
Doações e subvenções	11.479	12.492
Valor adicionado total a distribuir	1.834.333	1.927.960
Distribuição do valor adicionado		
Pessoal e encargos	969.304	952.716
Remuneração	687.989	640.815
FGTS	33.935	31.849
Benefícios	221.235	232.421
Fundo de previdência	26.145	47.631
Impostos, taxas e contribuições	483.434	488.761
Federal	466.424	473.707
Estadual	15.061	13.045
Municipal	1.949	2.009
Remuneração de capitais de terceiros	89.508	103.805
Despesas financeiras	60.552	75.870
Aluguéis	28.956	27.935
Remuneração de capitais próprios	292.087	382.678
Juros sobre o capital próprio	133.792	123.974
Dividendos	-	10.270
Lucros retidos	158.295	248.434
Total do valor adicionado distribuído	1.834.333	1.927.960

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras



1. CONTEXTO OPERACIONAL

1.1) Informações sobre a Companhia

A Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan (“Companhia”) é uma sociedade de economia mista e de capital aberto, regida pela Lei das Sociedades Por Ações, constituída com base na Lei nº 5.167, de 21 de dezembro de 1965, regulamentada pelo Decreto nº 17.788, de 04 de fevereiro de 1966, e alterada pela Lei nº 13.435, de 05 de abril de 2010, e pela Lei nº 14.833, de 04 de janeiro de 2016. A Companhia passou a operar de forma efetiva a partir de 28 de março de 1966.

O acionista controlador da CORSAN é o Estado do Rio Grande do Sul, que detém 99,99% do seu capital social, estando a Companhia vinculada à Secretaria do Meio Ambiente e Infraestrutura.

O objeto da Companhia é o de realizar a construção, a operação, a exploração mercantil e a ampliação de instalações concernentes aos serviços públicos de fornecimento de água potável e coleta de esgotos sanitários; a realização de estudos, pesquisas e projetos no intuito do constante desenvolvimento de suas atividades operacionais, bem como o exercício de outras atividades afins e correlatas permitidas por lei, concernentes à atividade de prestação de serviços de saneamento básico e participação em outras sociedades.

Atua em 317 municípios do Rio Grande do Sul com sistemas de abastecimento de água e, concomitantemente, em 295 municípios com contratos firmados de sistemas de coleta e tratamento de esgoto. Em 294 municípios, as operações decorrem de Contratos de Programa, conforme regulamentado na Lei nº 11.445/07. Em 31 de dezembro de 2018, há 12 contratos cujos prazos de concessão expiraram, estando todos em fase de negociação para renovação dos serviços concedidos, mediante Contratos de Programa.

1.2) Informações por segmento

Os segmentos operacionais são determinados de forma consistente com os relatórios internos do principal gestor das decisões operacionais da Companhia, que no caso da Corsan é a Diretoria Colegiada, em relação a tomada de decisões estratégicas, alocação de recursos e avaliação do desempenho.

A prestação de serviços da Companhia tem características e natureza semelhantes, bem como a mesma categoria de clientes. A Administração entende, com base na prestação de serviços simultâneos de abastecimento de água e tratamento de esgoto, em conjunto com o ambiente regulatório em que está inserida, que atua sob um único segmento de negócios, que é a prestação de serviços de saneamento básico.



1.3) Capital Circulante Líquido Negativo

A Companhia presta serviços sob regime de concessão pública, sendo o contrato de programa o instrumento legal que rege as relações entre as partes. O prazo médio de concessão gira em torno de 25 a 30 anos, que seria o prazo de recuperabilidade dos investimentos realizados.

Nesse sentido, ao realizar investimentos em curto espaço de tempo (entre 5 a 10 anos), a Companhia precisa buscar fontes de recursos no mercado, os quais muitas vezes têm o prazo de pagamento/quitação inferior ao prazo de recuperabilidade destes investimentos.

O capital circulante líquido negativo apresentado em 31 de dezembro de 2018 é reflexo do perfil de negócios da Companhia, que tem como característica o endividamento de curto prazo, enquanto a geração de caixa se dá no ativo não circulante. Essa geração de caixa permite à Companhia cumprir com seus compromissos de curto prazo.

2. POLÍTICAS CONTÁBEIS

2.1) Declaração de conformidade e base de preparação

As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018 foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e têm maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na nota 3.

A autorização para emissão destas demonstrações financeiras pela Diretoria, bem como a aprovação pelo Conselho de Administração, ocorreu no dia 03 de dezembro de 2021.

Demonstração do valor adicionado

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), é requerida pela legislação societária brasileira e peças práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. A DVA foi preparada de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações financeiras.



2.2) Caixa e equivalentes de caixa

São compostos pelo caixa, depósitos bancários e investimentos de curtíssimo prazo e alta liquidez, utilizados para cumprimento das obrigações de curto prazo da Companhia.

A Companhia considera equivalente de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação.

2.3) Contas a receber de clientes

Inclui os serviços medidos e faturados, ainda não recebidos, e as receitas decorrentes do abastecimento de água e da coleta de esgoto, ainda não faturadas, contabilizadas por estimativa pelo regime de competência.

2.4) Ativos financeiros contratuais

A Companhia reconhece um crédito a receber do poder concedente (municípios) quando possui direito incondicional de receber caixa ao final da concessão a título de indenização pelos investimentos efetuados e não recuperados por meio da prestação de serviços relacionados à concessão. Estes ativos financeiros estão registrados pelo valor presente do direito e são calculados com base no valor líquido dos ativos construídos pertencentes à infraestrutura que serão indenizados pelo poder concedente, descontados com base na taxa do custo médio ponderado do capital da Companhia.

Estes créditos a receber são classificados no ativo não circulante, tendo como base a data de encerramento das concessões.

2.5) Provisão para perdas esperadas

As perdas esperadas foram calculadas com base em critério técnico, segundo avaliação das contas a receber de usuários do serviço de água e esgoto, e a experiência que a Companhia tem sobre o nível de perdas no passado.

A política de recuperação de créditos praticada pela Companhia, contempla a interrupção dos serviços prestados aos clientes inadimplentes, a provisão é constituída com base nos valores a receber de consumidores residenciais, comerciais, industriais, Poder Público Federal e Municipal vencidos há mais de 180 dias.

A Companhia não constitui provisão para perdas na realização de créditos do setor Estadual e dos Municípios que têm participação na Companhia por se tratarem de partes relacionadas e controlador (no caso do Estado) e devido ao histórico de regularização de débitos através de encontro de contas.



2.6) Estoques

Os materiais em almoxarifado são destinados ao consumo e à manutenção de sistemas de água e esgoto e encontram-se classificados no ativo circulante, visto que sua expectativa de utilização é de doze meses. A avaliação é realizada pelo custo médio de aquisição, e não excede o valor líquido realizável.

2.7) Investimentos

Os investimentos se referem a participações em outras empresas, sem influência significativa, e estão demonstrados pelo custo de aquisição deduzido de provisão para desvalorização, quando aplicável.

2.8) Imobilizado

O ativo imobilizado da Companhia está composto, substancialmente, por terrenos, prédios, veículos, sistemas de esgotos próprios e ligados à atividade industrial privada e outros bens que não estão vinculados à concessão pública. Os bens classificados no ativo imobilizado estão registrados pelo custo de aquisição ou construção. Quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo será reconhecido no valor contábil do imobilizado. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração do resultado, quando incorridos. A depreciação é calculada de forma linear ao longo da vida útil do ativo, a taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens, como segue:

	<u>Vida útil do imobilizado</u>
Edifícios	25 anos
Máquinas	10 anos
Veículos	5 anos
Sistemas de esgoto próprios	25 anos
Demais bens móveis	10 anos

Um item de imobilizado é baixado quando vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado do seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo (calculado como sendo a diferença entre o valor líquido da venda e o valor contábil do ativo) são incluídos na demonstração do resultado no exercício em que o ativo for baixado.

O valor residual e a vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos periodicamente, e ajustados de forma prospectiva, quando for o caso.

Custos de empréstimos diretamente relacionados com a aquisição, construção ou produção de um ativo, que necessariamente requer um tempo significativo para ser concluído, são capitalizados como parte do custo do correspondente ativo até estar devidamente instalado e pronto para sua utilização.



2.9) Ativos de contratos

Conforme determinado pelo CPC 47/IFRS 15 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01(R1)/IFRIC 12 - Contratos de Concessão, devem ser classificados como ativos de contrato durante o período de construção e transferidos para o Ativo Intangível somente depois de concluídos.

São reconhecidos os custos incorridos com materiais, mão-de-obra direta e indireta e outros gastos que a empresa efetuar na construção e instalação, até o momento em que os bens entram em operação. Após a conclusão, os bens são transferidos para o ativo intangível, quando amortizáveis dentro de um contrato de programa; para o ativo financeiro, para seus valores subsequentes; e para o ativo imobilizado, para ativos próprios ligados a atividades-meio operacionais.

Os gastos indiretos reconhecidos, são apropriados aos custos capitalizáveis indiretos e rateados de acordo com as entradas mensais atribuídas aos serviços técnicos operacionais ligados aos projetos e obras.

2.10) Ativos intangíveis

Concessões

A Companhia possui contratos de concessão pública de serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário denominados contratos de programa. Os contratos de programa são firmados com os municípios e representam um direito de cobrar os usuários dos serviços públicos, via tarifação, controlada pelas Agências Reguladoras dos Serviços Públicos Delegados, durante o prazo de vigência.

A Companhia reconhece como um ativo intangível esse direito de cobrar dos usuários pelos serviços prestados de abastecimento de água e esgotamento sanitário durante o período de concessão, em linha com a interpretação ICPC 01 Contratos de Concessão.

O ativo intangível é determinado como sendo o valor residual da receita de construção auferida para a construção ou aquisição da infraestrutura realizada pela Companhia, reconhecidos conforme nota 2.15, deduzida do valor alocado no ativo financeiro. O registro é realizado de acordo com o modelo bifurcado (ativo intangível e ativo financeiro). Neste modelo, a Companhia registra parte no ativo intangível a outra parte do valor no ativo financeiro na extensão em que a vida útil econômica dos bens registrados no ativo intangível ultrapassa o prazo do contrato. O ativo financeiro representa o valor remanescente do ativo intangível, ajustado a valor presente, a ser reembolsado à Companhia pelo poder concedente no final do prazo do contrato.

A amortização do ativo iniciará quando a infraestrutura estiver em seu local e na condição necessária para ser operada pela Companhia, sendo cessada quando o ativo tiver sido totalmente consumido, baixado ou deixar de integrar a base de cálculo da tarifa de prestação de serviços de concessão, o que ocorrer primeiro. Os bens patrimoniais são amortizados de forma linear de acordo com os prazos dos contratos ou pela vida útil dos mesmos, dos dois o menor.



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

As taxas que levam em consideração a vida útil estimada dos bens estão indicadas a seguir:

	<u>Vida útil do intangível</u>	<u>Prazo médio de concessão</u>
Sistemas de água	60 anos	25 anos
Sistemas de esgoto	60 anos	25 anos
Bens de uso geral	10 anos	25 anos

Impairment de ativos não financeiros

Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida quando o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o valor justo de um ativo menos seus custos de alienação e o seu valor em uso.

Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa – UGCs).

Em virtude da interdependência dos sistemas e da metodologia de subsídio cruzado, aplicável às localidades e à prestação de serviços de saneamento básico, que faz com que a tomada de decisões na Companhia seja centralizada e baseada nas informações consolidadas da Corsan, a Administração entende possuir uma única Unidade Geradora de Caixa (UGC).

2.11) Instrumentos financeiros

Os principais ativos financeiros em 31 de dezembro de 2018 e 2017 reconhecidos pela Companhia são: caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras, contas a receber de clientes e ativos financeiros contratuais. Os principais passivos financeiros são: contas a pagar a fornecedores, empréstimos e financiamentos, debêntures e dívidas com a Fundação Corsan, e contratos de repasse.

Classificação

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias de mensuração:

- Mensurados ao valor justo (seja por meio de outros resultados abrangentes ou por meio do resultado).
- Mensurados ao custo amortizado.

A classificação depende do modelo de negócio da entidade para gestão dos ativos financeiros e os termos contratuais dos fluxos de caixa.



Para os ativos financeiros mensurados ao valor justo, os ganhos e perdas são registrados no resultado. Para investimentos em instrumentos patrimoniais que não são mantidos para negociação, dependerá da opção irrevogável, no reconhecimento inicial, por contabilizar o investimento patrimonial ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

Reconhecimento e desreconhecimento

Os ativos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos e a Companhia tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios da propriedade.

Mensuração

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura um ativo financeiro ao valor justo acrescido, no caso de um ativo financeiro não mensurado ao valor justo por meio do resultado, dos custos da transação diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro. Os custos de transação de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são registrados como despesas no resultado.

Impairment

A Companhia avalia, em base prospectiva, as perdas esperadas de crédito associadas aos títulos de dívida registrados ao custo amortizado. A metodologia de *impairment* aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito.

Para as contas a receber de clientes, se aplica a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48/IFRS 9 e reconhece as perdas esperadas ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis.

2.12) Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente (legal ou não formalizada) em consequência de um evento passado, sendo provável que recursos econômicos sejam requeridos para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor da obrigação possa ser feita.

Provisões para riscos tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar o litígio/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados.



As provisões são revisadas e ajustadas periodicamente levando em consideração alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

2.13) Benefícios pós-emprego concedidos aos empregados

A Companhia é patrocinadora da Fundação Corsan, entidade fechada de previdência complementar, cuja principal finalidade é a de manter planos de suplementação de aposentadorias, pensões e demais prestações asseguradas pela previdência oficial aos participantes. O plano de benefícios da Fundação Corsan é do tipo “benefício definido” e a avaliação é procedida por atuário independente.

De acordo com os critérios estabelecidos pela Deliberação CVM nº 695, de 2012, a Companhia reconheceu no passivo não circulante os efeitos das obrigações com o plano de benefícios, pelo regime de competência.

Ganhos e perdas atuariais são reconhecidos em “outros resultados abrangentes” no patrimônio líquido, como requerido no CPC 33(R1) e IAS 19 – Benefício a Empregados.

Os custos de serviços passados são reconhecidos como despesa, de forma linear, ao longo do período até que o direito aos benefícios seja adquirido.

O ativo ou passivo de planos de benefício definido a ser reconhecido nas demonstrações financeiras corresponde ao valor presente da obrigação pelo benefício definido (utilizando uma taxa de desconto com base em títulos de longo prazo do Governo Federal), menos custos de serviços passados ainda não reconhecidos e menos o valor justo dos ativos do plano que serão usados para liquidar as obrigações. Os ativos do plano são ativos mantidos pela Fundação Corsan.

2.14) Impostos e contribuições

Imposto de renda e contribuição social corrente

Ativos e passivos tributários correntes do exercício e de anos anteriores são mensurados ao valor a recuperar ou a pagar para as autoridades fiscais. As alíquotas de imposto e as leis tributárias usadas para calcular o montante são aquelas que estão em vigor conforme normas estabelecidas para as empresas que têm como base de apuração o lucro real.

Os tributos são contabilizados pelo regime de competência e as alíquotas utilizadas são de 15%, mais adicional de 10% para o imposto de renda e 9% para contribuição social.

Imposto de renda e contribuição social correntes relativos a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido são reconhecidos no patrimônio líquido. A administração periodicamente avalia a posição fiscal das situações nas quais a regulamentação fiscal requer interpretação e estabelece provisões quando apropriado.



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

Imposto de renda e contribuição social diferidos

De acordo com o CPC 32(R2) e o IAS 12, vêm sendo registrados os tributos diferidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Tributos diferidos ativos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias dedutíveis, créditos e perdas tributários não utilizados, na extensão em que seja provável que o lucro tributável esteja disponível para que as diferenças temporárias dedutíveis possam ser realizadas, e créditos e perdas tributários não utilizados possam ser utilizados.

O valor contábil dos tributos diferidos ativos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo tributário diferido venha a ser utilizado.

Os itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que o originou, no resultado ou diretamente no patrimônio líquido.

Tributos diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos.

Imunidade de impostos federais

Em virtude do posicionamento do Supremo Tribunal Federal acerca da extensão da imunidade tributária, relativa ao Imposto de Renda e Contribuição Social, às sociedades de economia mista prestadoras de serviços públicos essenciais, a Companhia, em 17 de dezembro de 1993, ajuizou Ação Ordinária Declaratória Cumulada com Repetição de Indébito para se beneficiar da referida imunidade através do Processo 93.00.15146-5/RS ou 0015146-22.1993.4.04.7100. O referido processo foi julgado de forma monocrática pela Ministra Rosa Weber, RE 342.314/RS, assegurando apenas a imunidade de impostos federais à Corsan, afastando a imunidade em relação às contribuições sociais. Em 31 de dezembro de 2018, o processo encontrava-se na fluência de prazo recursal junto ao Supremo Tribunal Federal.

Impostos sobre serviços

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

	<u>Alíquotas</u>
COFINS - Contribuição para Financiamento da Seguridade Social	7,60%
PASEP - Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público	1,65%



2.15) Reconhecimento da receita

Prestação de serviços

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber principalmente pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos.

As receitas ainda não faturadas são calculadas com base na receita projetada, à qual aplica-se o percentual correspondente aos dias de consumo que irão compor o faturamento do mês seguinte, mas que, em obediência ao princípio da competência, são reconhecidos no mês em que houve o efetivo consumo e são contabilizadas na conta de Receitas a faturar. Esta contabilização é efetuada de forma segregada entre serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto.

Contratos de construção

A receita proveniente dos contratos de prestação de serviços de construção é reconhecida de acordo com o CPC 47/IFRS 15 - Contratos de Construção, segundo o método de porcentagem de conclusão (POC). O percentual concluído é definido conforme estágio de execução com base no cronograma físico-financeiro de cada contrato.

Os custos dos contratos são reconhecidos na demonstração do resultado como custo dos serviços prestados, quando incorridos. Todos os custos diretamente atribuíveis aos contratos são considerados para mensuração da receita, que segue o método de custo mais margem. A receita é reconhecida tomando-se como base as margens anuais contratadas, ou estimadas (1,30% em 31 de dezembro de 2018 e 1,97% em 31 de dezembro de 2017).

Receita financeira

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa de juros efetiva. Quando uma perda do valor recuperável é identificada em relação a uma aplicação financeira ou uma conta a receber, a Companhia reduz o valor contábil ao seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa de juros efetiva original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados ao ativo, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa de juros efetiva utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original da aplicação financeira ou das contas a receber.

2.16) Dividendos e juros sobre o capital próprio

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelo Conselho de Administração.



O valor dos juros sobre o capital próprio é tratado como dividendo e é apresentado nas demonstrações financeiras como redução do Patrimônio líquido, conforme Deliberação CVM nº 683/12.

O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado.

As informações de juros sobre o capital próprio estão apresentadas na Nota 23.d.

2.17) Demonstrações dos fluxos de caixa

A Demonstração dos fluxos de caixa (DFC) foi preparada pelo método indireto e reflete as modificações no caixa que ocorreram nos exercícios apresentados, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 (R2)/IAS 7 – Demonstração dos fluxos de caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Os termos utilizados na demonstração dos fluxos de caixa são os seguintes:

Atividades operacionais: referem-se às principais transações da Companhia e a outras atividades que não são de investimento e de financiamento;

Atividades de investimento: referem-se às adições e baixas dos ativos não circulantes e outros investimentos não incluídos no caixa e equivalentes de caixa;

Atividades de financiamento: referem-se às atividades que resultam em mudanças na composição do patrimônio e empréstimos e financiamentos.

2.18) Ajustes a valor presente

Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente.

O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros, e somente registrado, se considerado relevante em relação às informações financeiras tomadas em conjunto.

Em 31 de dezembro de 2018, os ativos financeiros relacionados à concessão de serviços públicos, e as contas a receber de longo prazo foram ajustados a valor presente.



2.19) Conversão de moeda estrangeira

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira são inicialmente registradas à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data da transação. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são reconvertidos à taxa de câmbio da moeda funcional em vigor na data do balanço. Todas as diferenças são registradas na demonstração do resultado.

2.20) Lucro por ação

O cálculo básico de lucro por ação é feito através da divisão do lucro líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias e preferenciais, pela quantidade média ponderada de ações disponíveis durante o período, conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

Não há instrumentos ou acordos para a emissão de ações ordinárias e, conseqüentemente, não há evento que possa diluir os lucros atribuíveis às ações da Companhia e, desta forma, os lucros básico e diluído são de idêntico valor.

2.21) Programa de participação nos lucros e resultados – PPLR

Mensalmente são registradas provisões para reconhecer a despesa referente à participação dos empregados nos resultados. Ao final do exercício são calculados com base em indicadores e metas definidas pela Administração e apropriadas em contas específicas nos grupos de custos dos serviços, despesas comerciais e despesas administrativas.

2.22) Custo de empréstimo

Custos de empréstimos compreendem juros e outros custos diretamente relacionados com a aquisição ou construção de um ativo.

Conforme ICPC 01(R1)/IFRIC 12, a Companhia capitaliza os custos dos empréstimos referentes aos ativos relacionados aos contratos de programa de serviços públicos. Após a finalização da obra os valores são registrados no resultado no período em que ocorrerem.

2.23) Reserva de retenção de lucros

A reserva de retenção de lucros é constituída do saldo remanescente após as destinações para a reserva legal e dividendos obrigatórios e compensação de eventuais prejuízos acumulados.



3. JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PREMISSAS CONTÁBEIS SIGNIFICATIVAS

Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras da Companhia requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data-base das demonstrações financeiras. Entretanto, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo relacionado em períodos futuros.

Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são apresentadas a seguir:

Receitas a faturar

As receitas ainda não faturadas são estimadas a partir da projeção da receita, à qual aplica-se percentual proporcional aos dias de consumo do faturamento do mês subsequente, mas que devem ser reconhecidos no mês de efetivo consumo, sendo contabilizadas na conta de Receitas a faturar. A contabilização é realizada de forma segregada entre serviços de abastecimento de água e coleta de esgoto.

Tributos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Quando necessário, a Administração pode decidir contratar pareceres de especialistas tributários para suportar a tomada de decisão quanto aos valores e momento das tributações de determinadas transações.

Tributo diferido ativo é reconhecido para toda a base negativa de IRPJ e CSLL e para as diferenças temporárias na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização das referidas bases negativas. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do tributo diferido ativo que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras.



Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros

A Companhia efetua o teste de redução ao valor recuperável quando há indícios de que o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos despesas de venda e o valor em uso. A política da Administração se baseia no valor em uso aplicando o modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa são projetados pelo período médio de vigência dos contratos de programa e não incluem investimentos futuros significativos à base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação.

Benefícios de aposentadoria

Os estudos atuariais realizados para dimensionar as obrigações e custos dos benefícios de aposentadoria e assistência à saúde têm a finalidade de atender às exigências de contabilização de passivos/ativos resultantes dos benefícios oferecidos pelas empresas aos seus empregados, considerando o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1), em correlação às Normas Internacionais de Contabilidade – IAS 19.

Os cálculos atuariais efetuados para dimensionar todas estas obrigações são realizados tendo como base parâmetros técnicos (premissas atuariais, demográficas, econômicas e financeiras) que são reavaliados periodicamente visando atestar sua aderência à massa de participantes do plano.

Provisão para riscos tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas

A Companhia reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, ambientais e trabalhistas. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas como base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação.

A Companhia revisa suas estimativas e premissas em um período não superior a um ano, efetuando alterações de acordo com eventos processuais.



4. PRONUNCIAMENTOS IFRS

a) Pronunciamentos IFRS novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2018

A Companhia aplicou, pela primeira vez, determinadas normas e alterações em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018 ou após essa data. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas que ainda não estão em vigor.

A natureza e o impacto de cada uma das novas normas e alterações são descritos a seguir:

CPC48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - Em julho de 2014, o IASB emitiu a versão final da IFRS 9 Instrumentos Financeiros, que substitui a IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e todas as versões anteriores da IFRS 9. A IFRS 9 reúne os três aspectos do projeto de contabilização de instrumentos financeiros: classificação e mensuração, redução ao valor recuperável do ativo e contabilização de *hedge*. A IFRS 9 está em vigor para períodos anuais com início a partir de 1º de janeiro de 2018. A Companhia adotou a nova norma na data efetiva requerida e não fez reapresentação de informações comparativas pois não produziu efeitos materiais nas divulgações ou montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras.

CPC47/IFRS 15 - Receita de contratos com clientes - A IFRS 15 foi emitida em maio de 2014, alterada em abril de 2016 e estabelece um modelo de cinco etapas para contabilização das receitas decorrentes de contratos com clientes. De acordo com a IFRS 15, a receita é reconhecida por um valor que reflete a contrapartida a que uma entidade espera ter direito em troca de transferência de bens ou serviços para um cliente. A nova norma para receita substituiu todos os requisitos atuais de reconhecimento de receita de acordo com as IFRS. A administração da Companhia analisou as suas operações (nota 2.15) e não identificou impactos materiais nas divulgações ou montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras.

CPC 10/IFRS 2 Classificação e mensuração de transações com pagamentos baseados em ações – Alterações à IFRS 2 - O IASB emitiu alterações à IFRS 2 Pagamentos baseados em ações, que abordam três áreas principais: os efeitos das condições de aquisição de direitos sobre a mensuração de uma transação de pagamento baseada em ações liquidada em dinheiro; a classificação de uma transação de pagamento baseada em ações com características de liquidação pelo valor líquido para obrigações relacionadas a impostos retidos na fonte; e o tratamento contábil quando uma modificação nos termos e condições de uma transação de pagamento baseada em ações altera sua classificação de liquidação em dinheiro para liquidação com ações.

Na adoção, as entidades são obrigadas a adotar as alterações sem atualizar períodos anteriores, mas a adoção retrospectiva é permitida se aplicada para as três alterações e os outros critérios forem atendidos. As alterações estão em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2018, sendo permitida a adoção antecipada.

Estas alterações não têm impactos para Companhia, uma vez que ela não adota este tipo de pagamento.



Alterações ao CPC 28/IAS 40 – Transferências de propriedade para investimento - as alterações esclarecem que uma transferência para, ou a partir de propriedades para investimento exige uma avaliação sobre se uma propriedade se enquadra, ou deixou de se enquadrar, na definição de propriedade para investimento, apoiada por evidências observáveis de uma mudança no uso e que uma mudança no uso é possível para propriedades em construção. A administração da Companhia analisou as suas operações e não identificou impactos materiais nas divulgações ou montantes reconhecidos em suas demonstrações financeiras. Estas alterações não têm impactos para Companhia, uma vez que ela não adota este tipo de operação.

Melhorias anuais às IFRS: Ciclo 2014-2016 Alterações ao CPC 18 (R2)/IAS 28 – Investimentos em Coligadas e Joint Venture - as alterações esclarecem que a opção feita por uma organização de capital de risco e outras entidades semelhantes para mensurar investimentos em coligadas e joint ventures ao valor justo por meio do resultado está disponível separadamente para cada coligada ou joint venture, e essa escolha deve ser feita no momento do reconhecimento inicial. Estas alterações não têm impactos para Companhia.

ICPC 21/IFRIC 22 – Transações em Moedas Estrangeiras e Adiantamentos - Descreve como deve ser definida a data da transação, com o objetivo de determinar a taxa de câmbio aplicável ao reconhecimento inicial de um ativo, despesa ou receita quando a contraprestação daquele item tiver sido paga ou recebida antecipadamente em moeda estrangeira, resultando no registro de ativos ou passivos não monetários. Estas alterações não têm impactos para Companhia.

b) Pronunciamentos IFRS emitidos ainda não em vigor em 31 de dezembro de 2018

As normas e interpretações emitidas, mas ainda não adotadas até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia estão abaixo apresentadas. Porém, a Administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras da Companhia quando das respectivas adoções iniciais:

Alterações ao CPC 36 (R3)/IFRS 10 e ao CPC 18 (R2)/IAS 28: Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua associada ou empreendimento controlado em conjunto (joint venture) - As alterações abordam o conflito entre o CPC 36 (R3)/IFRS 10 e o CPC 18 (R2)/IAS 28 no tratamento da perda de controle de uma subsidiária que é vendida ou contribuída a uma associada ou a um empreendimento controlado em conjunto (joint venture). As alterações esclarecem que o ganho ou a perda resultantes da intermediação de venda ou contribuição de ativos que constituem um negócio, conforme definido no CPC 15 (R1)/IFRS 3, entre um investidor e sua associada ou joint venture, são reconhecidos(as) na íntegra. Qualquer ganho ou perda resultantes da intermediação de venda ou contribuição de ativos que não constituam um negócio, no entanto, são reconhecidos(as) somente na extensão das participações de investidores não relacionados na associada ou joint venture. O IASB adiou indefinidamente a data de vigência das referidas alterações, mas uma entidade que adotar as alterações antecipadamente deve aplicá-las prospectivamente.



Entretanto, essas alterações não têm efeito sobre sua posição patrimonial e financeira e desempenho das operações, uma vez que a Companhia não possui diferenças temporárias dedutíveis ou ativos que estejam no âmbito das alterações.

CPC 06/IFRS 16 Operações de arrendamento mercantil - O CPC06/IFRS 16 foi emitido em janeiro de 2016 e substituiu a IAS 17 Operações de arrendamento mercantil, a IFRIC 4 Como determinar se um acordo contém um arrendamento, o SIC-15 Arrendamentos operacionais – Incentivos - e o SIC-27 Avaliação da substância de transações envolvendo a forma legal de arrendamento.

O CPC06/IFRS 16 entra em vigor para períodos anuais iniciados em 1º de janeiro de 2019 e introduz um único modelo de arrendamento, substituindo o conceito de classificação entre arrendamento mercantil operacional e financeiro.

O principal objetivo é definir se existe um arrendamento nos contratos ou se o contrato é uma prestação de serviço. Após esta definição, se um contrato contiver um arrendamento, deverá ser contabilizado no ativo, a ser depreciado e no passivo com apropriação de encargos financeiros.

O arrendamento está presente em um contrato, se o contrato incluir ambos:

- Um ativo identificável especificado explicitamente ou implicitamente. Neste caso o fornecedor não tem a prática de substituir o ativo, ou a substituição não traria nenhum benefício econômico para o fornecedor.
- O direito de controle do uso do ativo durante o contrato. Neste caso, a Sociedade deve ter autoridade para tomada de decisões sobre o uso do ativo e capacidade de obter substancialmente todos os benefícios econômicos pelo uso do ativo.

A norma inclui duas isenções de reconhecimento para arrendatários – arrendamentos de ativos de “baixo valor” (por exemplo, computadores) e arrendamentos de curto prazo (ou seja, com prazo de arrendamento de 12 meses ou menos).

As análises, na identificação e mensuração dos efeitos na data de adoção inicial, identificação das necessidades de modificação dos sistemas informatizados utilizados, desenho e implantação de controles internos, políticas e procedimentos adequados e necessários para coletar e divulgar as informações requisitadas nesse novo pronunciamento, estão sendo feitas com auxílio de especialista externo à Companhia.

Tais análises e modificações estão em processo de finalização na data de preparação destas demonstrações financeiras.

O valor a ser reconhecido que impactará no aumento do ativo e do passivo trará reflexos no resultado econômico e acarretará alteração do EBITDA da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2018, a Companhia possuía 177 contratos e estima um impacto em torno de R\$ 53.880, no balanço patrimonial na data de adoção inicial, em 01 de janeiro de 2019.



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

ICPC 22/IFRIC 23 – Incerteza sobre Tratamento de Tributos sobre o Lucro – em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 01 de janeiro de 2019, clarifica a contabilização quanto há incertezas sobre o tratamento de tributos sobre o lucro. A Companhia está em processo de avaliação dos impactos desta norma.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E APLICAÇÕES FINANCEIRAS

Caixa e equivalentes de caixa

As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa são de curto prazo, de alta liquidez, e prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

	31/12/2018	31/12/2017
Caixa	1	1
Depósitos bancários	28.040	25.749
Aplicações de liquidez imediata	38.123	53.953
Total	66.164	79.703

Aplicações financeiras

As aplicações financeiras de longo prazo totalizam R\$ 63.555 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 59.968 em 31 de dezembro de 2017) e referem-se, substancialmente, a valores dados em garantia para empréstimos contraídos para obras do PAC (Programa de Aceleração do Crescimento) promovido pelo Governo Federal junto aos Bancos Banrisul e Caixa Econômica Federal.

O montante do ativo não circulante tem o seguinte cronograma por ano de vencimento:

Banco	Ano	31/12/2018
Banrisul Garantia Debêntures	2021	3.410
Banrisul Reserva BNDES PAC 1	2023	6.584
Banrisul Reserva BNDES PAC 2	2027	6.706
Caixa Econômica Federal Reserva	2034	50.265
Total		66.965



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	31/12/2018	31/12/2017
Contas a receber vincendas		
Particular	175.086	163.463
Pública	9.146	13.085
Contas a receber vencidas		
Particular	79.048	74.571
Pública	7.444	13.087
Receitas a faturar	82.386	72.221
Total de contas a receber	353.110	336.427
Provisão para perdas esperadas	(3.774)	(6.038)
	349.336	330.389
Circulante	342.051	326.980
Não circulante	7.285	3.409

A movimentação da provisão está demonstrada a seguir:

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo no início do exercício	(6.038)	(10.331)
Adições	(17.836)	(10.619)
Reversões/realização de perda	20.100	14.912
Saldo no final do exercício	(3.774)	(6.038)

A provisão para perdas esperadas foi constituída considerando as a expectativa de perda futura de contas a receber de clientes.

Os valores de contas a receber estão compostos da seguinte forma:

	31/12/2018		31/12/2017	
	Particular	Pública	Particular	Pública
A vencer	175.086	9.146	163.463	13.085
Créditos vencidos - 01 a 30 dias	53.276	3.601	48.196	4.517
Créditos vencidos - 31 a 90 dias	17.341	1.669	16.465	3.513
Créditos vencidos - 91 a 180 dias	6.179	652	6.952	1.977
Créditos vencidos - 181 a 360 dias	1.457	866	1.898	1.548
Créditos vencidos - mais de 360 dias	795	656	1.060	1.532
Total	254.134	16.590	238.034	26.172

O saldo de contas públicas corresponde ao faturamento pela prestação de serviços de água e esgoto para órgãos e autarquias dos poderes federal, estadual e municipal. As faturas do Governo do Estado do Rio Grande do Sul têm sido liquidadas através de pagamentos recíprocos com dividendos e juros sobre capital próprio a pagar.

A conta "Receitas a faturar" se refere aos serviços prestados e não faturados, com base no consumo médio de cada rota de faturamento, aplicado ao período entre a data da última leitura e o final do mês (nota 2.15).



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

7. ESTOQUES

	31/12/2018	31/12/2017
Tubulações de água e esgoto	59.135	59.064
Materiais de tratamento/laboratório	5.167	2.972
Materiais diversos	17.959	14.421
Total	82.261	76.457

Os materiais em almoxarifado são destinados ao consumo e à manutenção de sistemas de água e esgoto. Os materiais destinados à aplicação em obras são classificados como ativos de contrato em 2018 e intangível em 2017.

8. TRIBUTOS

	31/12/2018	31/12/2017
Classificados no ativo não circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos	454.428	403.498
Classificados no passivo não circulante		
PASEP e COFINS diferidos	7.507	7.961

a) Créditos fiscais diferidos

	31/12/2018	31/12/2017
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias:		
Passivo atuarial	982.864	928.411
Provisões para débitos com exigibilidade suspensa	10.357	7.692
Provisões para riscos fiscais, cíveis e trabalhistas	832.349	678.098
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	3.774	6.038
Provisões para perdas - diversas	9.610	9.610
Provisões reclamações Prefeitura de Novo Hamburgo	58.792	88.514
Contribuições previdenciárias tributadas por regime de caixa	-	26.691
Reserva de reavaliação	(74.239)	(74.259)
Efeitos da adoção do ICPC01 - contratos de concessão	(245.358)	(260.275)
Encargos financeiros capitalizados	(235.913)	(215.040)
Variação cambial tributada por regime de caixa	2.742	(2.091)
Outras provisões e diferenças temporárias	(8.423)	(6.631)
Total das diferenças temporárias	1.336.555	1.186.758
Alíquota vigente	34%	34%
Total de imposto de renda e contribuição social diferidos líquidos	454.428	403.498



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

Conciliação alíquota efetiva

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	387.672	505.919
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de despesa de IRPJ e CSLL, de acordo com a alíquota vigente	(131.808)	(172.012)
Efeito do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes:		
Juros sobre capital próprio	45.489	42.151
Incentivos fiscais	7.776	8.534
Outras diferenças permanentes	(17.042)	(1.914)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	(95.585)	(123.241)
Corrente	(123.287)	(162.005)
Diferido	27.702	38.764
Alíquota efetiva	25%	24%

b) Débitos fiscais diferidos

	31/12/2018			31/12/2017		
	COFINS	PASEP	Total	COFINS	PASEP	Total
RTT	6.168	1.339	7.507	6.541	1.420	7.961
Valor passivo	(6.168)	(1.339)	(7.507)	(6.541)	(1.420)	(7.961)

Os débitos fiscais diferidos, reconhecidos sob o RTT, se referem a diferenças entre créditos de depreciação contábil e fiscal e também ao diferimento de tributos incidentes sob o saldo contabilizado dos precatórios em nome da Companhia.

Criado em 2008, o Regime Tributário de Transição (RTT) tratava de ajustes tributários decorrentes dos novos métodos e critérios contábeis que estavam sendo implantados na época, entre os quais a Lei no. 11.628/2007.

Optativo nos anos-calendário de 2008 e 2009, o Regime Tributário de Transição tornou-se obrigatório a partir de 2010, para todas as empresas. O RTT vigorou até 2015 e, a partir de então, o saldo passou a ser realizado conforme definido na Lei no. 12.973/2014.

c) Impostos e contribuições a recuperar

	31/12/2018	31/12/2017
Imposto de renda a recuperar	8.760	2.646
Contribuição social a recuperar	1.015	-
Total	9.775	2.646



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

9. OUTROS CRÉDITOS

	31/12/2018	31/12/2017
Créditos com prefeituras municipais	839	2.815
Adiantamento de férias	4.081	3.682
Indenizações judiciais a receber	4.434	4.434
Por serviços ou obras prestados a terceiros	1.952	2.025
Valores a compensar	1.037	1.033
Créditos diversos	376	377
	12.719	14.366
Circulante	7.847	7.508
Não circulante	4.872	6.858

10. ATIVOS FINANCEIROS CONTRATUAIS

A Companhia possui, em 31 de dezembro de 2018, R\$ 365.781 a receber do poder concedente (municípios) referentes ao montante esperado de ressarcimento do valor residual da infraestrutura ao final das concessões (R\$ 458.612 em 31 de dezembro de 2017). Este valor foi ajustado ao respectivo valor presente no reconhecimento inicial, tendo sido descontado pelo custo médio ponderado de capital, conforme segue:

	31/12/2018	31/12/2017
Ativos financeiros	953.242	1.209.967
(-) Ajuste a valor presente	(587.461)	(751.355)
Total	365.781	458.612

Movimentação do Ativo Financeiro

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo no início do exercício	458.612	402.336
Constituição/realização de AVP	41.298	42.454
Adições/(Baixas)	(38.304)	(59.856)
Transferências líquidas	(95.825)	73.678
Saldo no final do exercício	365.781	458.612

O ajuste a valor presente (AVP) é contabilizado como conta redutora do ativo financeiro e como acréscimo do ativo intangível. A realização é calculada mensalmente pela mesma taxa de desconto (WACC), gerando uma receita financeira de ajuste a valor presente que acresce o ativo financeiro e uma despesa de amortização que reduz o ativo intangível.



Transferência de bens e serviços da Corsan para o poder concedente

a) Novo Hamburgo: Por força de decisão judicial da 3ª Vara da Fazenda Pública de Porto Alegre, sob o Processo nº 01197704164, a Corsan fez a entrega para a Prefeitura Municipal de Novo Hamburgo, conforme termo de entrega de serviços públicos concedidos, assinado entre as partes em 03/12/98, do sistema de abastecimento de água, equipamentos, instalações e o acervo vinculado e necessário aos referidos serviços. Em 14/12/98, por decisão do Superior Tribunal de Justiça, foi susgado o cumprimento do mandado de intimação para entrega compulsória daqueles serviços, embora já tivessem sido entregues. A ação judicial prosseguiu, então, sob o nº 001/1.05.0286812-4, limitando-se a discutir a indenização em relação ao patrimônio que a Corsan detinha no Município de Novo Hamburgo, afetado à prestação do respectivo serviço. Nesse processo, foi reconhecido o dever do citado município em indenizar a Corsan. Foram expedidos dois precatórios de nº 160981-7 e nº 170853-6 com valores respectivos de R\$ 35.976 e R\$ 130.182 para pagamento da dívida.

Muito embora o precatório estabeleça um valor, o mesmo não permite estabelecer o momento em que o pagamento será realizado. Diante disso, de acordo com o previsto no CPC 25 - Provisões de Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovado pela Deliberação CVM nº 594/09, o ativo contingente foi reconhecido contabilmente, e foi constituída uma provisão para perda líquida do ativo financeiro.

b) Uruguaiana: Em atendimento à decisão proferida pelo Superior Tribunal de Justiça, nos autos das Suspensões de Liminares (SLS) números 1406-RS e 1407-RS, a Corsan fez a transferência da operação dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário e respectivos bens a eles afetados ao município de Uruguaiana, conforme termo de transferência assinado entre as partes, em 24 de junho de 2011. O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2018 totaliza R\$ 24.991 (R\$ 24.991 em 31 de dezembro de 2017). No ano de 2014 foi ajuizada ação sob nº 037/1.14.0003096-5, de cobrança contra o município de Uruguaiana relativo patrimônio que era afetado à execução dos serviços.

c) São Gabriel: Após retomada, pelo Município de São Gabriel, dos serviços de água e esgoto que eram prestados pela Corsan no aludido município, foi ajuizada ação judicial de cobrança relativa ao patrimônio que era afetado à execução dos citados serviços. Essa ação judicial, proposta em 01 de julho de 2014, foi registrada sob o nº 031/1.14.0001512-7 e tramita junto à 1ª Vara Cível da Comarca de São Gabriel, estando ainda pendente de julgamento. O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2018 totaliza R\$ 3.816 (R\$ 3.816 em 31 de dezembro de 2017).

d) Teutônia: Após retomada, pelo Município de Teutônia, dos serviços de água e esgoto que eram prestados pela Corsan no aludido município, foi ajuizada ação judicial de cobrança relativa ao patrimônio que era afetado à execução dos citados serviços. Essa ação judicial, proposta em 02 de julho de 2014, foi registrada sob o nº 159/1.14.0001413-5 e tramita junto à 1ª Vara Judicial da Comarca de Teutônia, estando ainda pendente de julgamento. O saldo deste contrato em 31 de dezembro de 2018 totaliza R\$ 304 (R\$ 304 em 31 de dezembro de 2017).



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

11. ATIVOS DE CONTRATO

Conforme determinado pelo CPC 47/IFRS 15 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados sob o escopo do ICPC 01(R1)/IFRIC 12 - Contratos de Concessão, devem ser classificados como ativos de contrato durante o período de construção e transferidos para o ativo intangível somente depois de concluídos.

Com a adoção desse procedimento, a Companhia passou a registrar no balanço patrimonial, no ativo não circulante, a rubrica Ativos de Contratos. Este montante, anteriormente reconhecido como parte do Ativo Intangível, foi reclassificado, não impactando a demonstração do resultado.

Ativo não circulante	31/12/2017 Divulgado	Reclassificação	Saldo em 01/01/2018
Ativos de contratos	-	1.240.243	1.240.243
Intangível (saldo líquido)	2.843.574	(1.240.243)	1.603.331

Custo	Obras em andamento	Estoques para obras	Total dos ativos de contratos
Saldos em 01/01/2018	1.193.929	46.314	1.240.243
Adições	288.283	445	288.728
Baixas e perdas	(328)	-	(328)
Transferências	(123.064)	(9.259)	(132.323)
Saldos em 31/12/2018	1.358.820	37.500	1.396.320

As adições compreendem R\$ 84.914 para sistemas de água e R\$ 203.369 para sistemas de esgoto.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, 624 obras foram concluídas, sendo transferidas para Ativo Intangível e Ativo Financeiro.

O critério de classificação está descrito na nota 2.9.



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

12. IMOBILIZADO

Custo	Sistemas de esgoto	Bens de uso geral	Obras em andamento	Total do imobilizado
Saldos em 31/12/2017	22.128	349.969	2.111	374.208
Adições	-	38.775	1.065	39.840
Baixas	-	(2.190)	-	(2.190)
Transferências	-	(2.072)	(106)	(2.178)
Saldos em 31/12/2018	22.128	384.482	3.070	409.680

Depreciação

Saldos em 31/12/2017	(18.997)	(251.015)	-	(270.012)
Depreciações	(347)	(19.340)	-	(19.687)
Baixas	-	1.525	-	1.525
Transferências	-	119	-	119
Saldos em 31/12/2018	(19.344)	(268.711)	-	(288.055)

Saldos líquidos em 31/12/2017	3.131	98.954	2.111	104.196
Saldos líquidos em 31/12/2018	2.784	115.771	3.070	121.625

Custo	Sistemas de esgoto	Bens de uso geral	Obras em andamento	Total do imobilizado
Saldos em 31/12/2016	22.128	326.820	384	349.332
Adições	-	27.176	1.863	29.039
Baixas	-	(870)	-	(870)
Transferências	-	(3.157)	(136)	(3.293)
Saldos em 31/12/2017	22.128	349.969	2.111	374.208

Depreciação

Saldos em 31/12/2016	(18.685)	(238.247)	-	(256.932)
Depreciações	(312)	(15.417)	-	(15.729)
Baixas	-	786	-	786
Transferências	-	1.863	-	1.863
Saldos em 31/12/2017	(18.997)	(251.015)	-	(270.012)

Saldos líquidos em 31/12/2016	3.443	88.573	384	92.400
Saldos líquidos em 31/12/2017	3.131	98.954	2.111	104.196

A depreciação do exercício apropriada ao resultado como custo do serviço prestado foi de R\$ 11.800 (R\$ 12.091 em 31 de dezembro de 2017), R\$ 1.847 (R\$ 1.827 em 31 de dezembro de 2017) como despesa comercial e R\$ 6.040 (R\$ 1.811 em 31 de dezembro de 2017) como despesa administrativa.

Sob a rubrica “sistemas de esgotos”, são registrados itens do ativo imobilizado utilizados pela Companhia em atividades próprias ou para prestação de serviços não relacionados à concessão pública, como, por exemplo, tratamento de esgoto de condomínios industriais privados.



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

Sob a rubrica “bens de uso geral”, são registrados terrenos, imóveis, veículos e máquinas utilizados pela Companhia em atividades indiretas necessárias para o funcionamento e consecução das atividades relacionadas à concessão pública.

	Edifícios	Máquinas	Veículos	Demais bens móveis	Total de bens de uso geral
Saldo contábil	142.347	8.422	18.524	215.189	384.482
(-) Depreciação acumulada	(115.231)	(6.303)	(15.816)	(131.361)	(268.711)
Saldos líquidos em 31/12/2018	27.116	2.119	2.708	83.828	115.771

13. INTANGÍVEL

Custo	Sistemas de abastecimento de água	Sistemas de esgoto	Bens de uso geral	Total do intangível
Saldos em 01/01/2018	1.045.531	928.863	162.185	2.136.579
Adições	16.258	2.338	15.958	34.554
Baixas	-	-	(306)	(306)
Transferências	94.596	172.210	9.830	276.636
Saldos em 31/12/2018	1.156.385	1.103.411	187.667	2.447.463

Amortização				
Saldos em 01/01/2018	(300.036)	(170.766)	(62.446)	(533.248)
Amortizações	(54.928)	(40.946)	(12.992)	(108.866)
Baixas	-	-	279	279
Transferências	7	-	(207)	(200)
Saldos em 31/12/2018	(354.957)	(211.712)	(75.366)	(642.035)

Saldos líquidos em 01/01/2018	745.495	758.097	99.739	1.603.331
Saldos líquidos em 31/12/2018	801.428	891.699	112.301	1.805.428

Custo	Sistemas de abastecimento de água	Sistemas de esgoto	Bens de uso geral	Total do intangível
Saldos em 31/12/2016	971.357	863.586	158.759	1.993.702
Adições	17.699	2.020	12.009	31.728
Baixas	-	-	(158)	(158)
Transferências	56.475	63.257	(8.425)	111.307
Saldos em 31/12/2017	1.045.531	928.863	162.185	2.136.579

Amortização				
Saldos em 31/12/2016	(248.689)	(130.373)	(49.674)	(428.736)
Amortizações	(49.739)	(42.012)	(10.818)	(102.569)
Baixas	-	-	123	123
Transferências	(1.608)	1.619	(2.077)	(2.066)
Saldos em 31/12/2017	(300.036)	(170.766)	(62.446)	(533.248)

Saldos líquidos em 31/12/2016	722.668	733.213	109.085	1.564.966
Saldos líquidos em 31/12/2017	745.495	758.097	99.739	1.603.331



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

A amortização do exercício apropriada ao resultado como custo do serviço prestado foi de R\$ 108.866 (R\$ 102.569 em 31 de dezembro de 2017).

Sob a rubrica “bens de uso geral”, são registrados imóveis e equipamentos necessários à administração e manutenção dos sistemas de água e esgoto diretamente relacionados à concessão pública. Tais ativos têm vida útil específica.

O valor dos custos de empréstimos capitalizados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 23.075 (R\$ 23.922 em 31 de dezembro de 2017).

14. SEGUROS

Em função das características de suas operações serem multilocalizadas, com base em programa de gerenciamento de riscos, através de análise de priorização com a análise da baixa probabilidade e pequeno impacto representando pequenos problemas e prejuízos a Companhia não adota política de transferir o risco de sinistro através de contratação de seguros.

15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Instituição	Indexador	Taxa de juro anual	Último vencimento	Circulante		Não circulante	
				31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
BNDES	TJLP	2,61%	15/07/29	38.200	34.982	170.659	173.493
BNDES - FINEM	IPCA-IBGE	2,78%	15/08/38	447	-	50.000	-
BNDES - CG	SELIC AC.	2,50%	15/11/23	297	-	101.014	-
BID - Projeto "Pró-Guaíba"	US DÓLAR	4,16%	26/07/20	14.763	12.878	14.139	24.140
Caixa Econômica Federal	UPR	6,08%	15/07/38	9.977	6.844	189.778	168.169
Prefeitura Municipal de Encantado	UPR	6,00%	06/05/30	144	146	784	838
Prefeitura Municipal de Osório	UPR	6,00%	04/08/30	1.637	1.594	16.384	17.552
Prefeitura Municipal de Torres	UPR	6,00%	05/04/28	346	349	2.503	2.803
Total				65.811	56.793	545.261	386.995

O financiamento com o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID foi contratado com a finalidade de recuperação e gerenciamento ambiental da Bacia Hidrográfica do Guaíba.

Com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, a Corsan firmou 7 Contratos de Financiamento objetivando a implantação, ampliação e modernização de sistemas de abastecimento de água e esgotamento sanitário, a renovação do parque de hidrômetros, ações de automação e telemetria, em diversos municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

A operação de crédito, na modalidade BNDES – CG, foi destinada ao apoio financeiro para capital de giro.

Determinados contratos mantidos com o Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico Social - BNDES possuem cláusulas financeiras que estabelecem metas de desempenho econômico-financeiro, que, se cumpridas, possibilitam à Companhia uma redução em sua taxa de juros contratual. Os juros sobre estes empréstimos são apropriados considerando os impactos decorrentes da aplicação de tais cláusulas.



Demais contratos de financiamento celebrados junto à Caixa Econômica Federal, lastreados em recursos do FGTS oriundos do Programa Saneamento para Todos, foram destinados à ampliação e modernização dos sistemas de esgotamento sanitário e abastecimento de água em diversos municípios do Estado do Rio Grande do Sul.

Os contratos com as Prefeituras Municipais de Encantado, Osório, Sapiranga e de Torres foram firmados junto à Caixa Econômica Federal, onde a Companhia figura como Interveniente Anuente – Agente Promotor (responsável pela execução, acompanhamento e fiscalização das ações propostas no financiamento), visando à construção e ampliação do esgotamento sanitário dos respectivos municípios.

Cláusulas contratuais restritivas – covenants e garantias

A Corsan firmou empréstimos e financiamentos com condições contratuais específicas, que exigem o cumprimento de cláusulas restritivas (*covenants*) com base em determinados índices financeiros e com periodicidade de apuração semestral e anual, conforme estabelecido nos respectivos termos. Alguns contratos preveem que, no caso de descumprimento desses índices, a Companhia apresente garantias reais adicionais ao credor ou restabeleça os índices financeiros previstos nos contratos em determinado prazo.

As garantias oferecidas pela Corsan nas referidas operações foram estabelecidas sob a forma de Penhor dos Direitos Emergentes da Concessão e Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios, operacionalizadas através da constituição de contas bancárias específicas para a manutenção de saldos em aplicação (Conta Reserva) e fluxo de valores (Conta Vinculada), durante a vigência dos contratos.

Em eventual descumprimento dos índices financeiros ou nos níveis de garantia pactuados, além dos limites de aceitação dos credores, poderá ser decretado o vencimento antecipado das dívidas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2018 um *covenant* específico ao Contrato 12.2.0524.1 BNDES não foi atendido. A contraparte, de acordo com o contrato, tem a prerrogativa de solicitar, a partir de 90 dias de sua comunicação, o aumento do nível de garantias antes de notificar a Companhia quanto ao vencimento antecipado da dívida. Devido ao fato de a citada solicitação de aumento do nível de garantias não ter sido realizada pela contraparte (nem solicitação de vencimento antecipado da dívida), tendo sido concedido *waiver* refletindo a negociação entre as partes, a administração considera que o passivo da dívida está adequadamente classificado nas demonstrações financeiras.



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

O montante do passivo não circulante tem o seguinte cronograma por ano de vencimento:

Ano	Valor
2020	54.160
2021	71.532
2022	73.258
2023	68.425
2024	34.876
Após 2024	243.010
Total	545.261

16. DEBÊNTURES

Em 2 de dezembro de 2010, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou a emissão Privada de Debêntures Simples, conforme contratos de cessão fiduciária de direitos creditórios com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES e BNDES Participações S.A. – BNDESPAR.

	Indexador	Taxa de juros anual	Circulante		Não circulante	
			31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
1ª Emissão	TJLP	1,92%	2.099	2.108	2.823	5.129
2ª Emissão	IPCA	1,92%	4.172	4.085	7.910	11.422
3ª Emissão	TJLP	1,92%	2.961	2.953	3.191	6.093
Total			9.232	9.146	13.924	22.644

De acordo com cláusula contratual, a Companhia se obriga a constituir e manter, durante toda a vigência do contrato, uma aplicação vinculada como garantia com saldo mínimo e índices financeiros apurados anualmente com base nas demonstrações financeiras completas anuais.

17. FORNECEDORES

	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores de materiais e serviços	113.736	118.284
Parcelamento - RGE	-	136
	113.736	118.420
Circulante	113.736	118.284
Não circulante	-	136



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

18. PARCELAMENTOS DE IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES

Imposto ou Contribuição	Taxa de juros	Último vencimento	Circulante		Não Circulante	
			31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
COFINS	Selic	12/2022	7.137	6.540	21.414	26.161
PASEP	Selic	12/2022	1.550	1.420	4.649	5.680
Contribuição social	Selic	12/2022	741	679	2.223	2.716
Imposto de renda	Selic	12/2022	5.043	4.621	15.129	18.482
Total			14.471	13.260	43.415	53.039

19. OUTROS DÉBITOS

	31/12/2018	31/12/2017
Consignações a recolher	5.785	5.612
Depósitos e retenções contratuais	4.234	4.255
Convênio Sesi	183	357
Outras contas a pagar	184	1.193
Total	10.386	11.417

20. CONTRATOS DE REPASSE

a) Orçamento Geral da União - OGU

A Corsan assinou contratos junto à União para recebimento de recursos a fundo perdido para aplicação em investimentos de água e esgoto. Até 31 de dezembro de 2018 foi liberado um total de R\$ 318.678, referentes a 52 contratos junto ao Ministério das Cidades e 20 contratos junto à Fundação Nacional de Saúde – FUNASA.

Por força de convênio com o Governo Estadual, a Corsan foi autorizada a proceder aumento de capital, sendo que R\$ 255.306 foram incorporados ao capital social nos anos de 2011 e 2015. Em relação aos R\$ 63.372 que restam, R\$ 16.189 estão inscritos no passivo não circulante em 31 de dezembro de 2018, derivados de 12 contratos que ainda não se encontram finalizados ou possuem possibilidade de sansão até sua prestação de contas final.

b) Agência Nacional das Águas – ANA

Foi assinado contrato 092/ANA/2014 – PRODES entre a Agência Nacional das Águas – ANA e a Companhia, que tem por propósito a transferência de recursos a título de compra de esgoto tratado no município de Erechim. Os valores são transferidos à Companhia de acordo com o cronograma de execução financeira e com o plano de aplicação e montam R\$ 5.142 em 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017.

**21. PROVISÃO PARA RISCOS TRIBUTÁRIOS, CÍVEIS, AMBIENTAIS E TRABALHISTAS**

As provisões para riscos tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas consideram o estágio atual dos processos judiciais em andamento, sendo classificadas no passivo, conforme a expectativa de desembolso, na hipótese de sentença ou decisão desfavorável, e foram contabilizados conforme a expectativa de perda “provável”, com base na opinião dos Administradores e da Superintendência Jurídica da Companhia.

A provisão para riscos tributários, cíveis, ambientais e trabalhistas é composta como segue:

	31/12/2018		31/12/2017	
	Trabalhista	Tributárias, cíveis e ambientais	Trabalhista	Tributárias, cíveis e ambientais
Saldo inicial	553.330	124.768	431.369	118.515
Adições	268.969	38.184	218.686	8.712
Saques/reversões	(165.982)	(11.964)	(121.087)	(6.906)
Despesa financeira	18.994	6.050	24.362	4.447
Saldo final	675.311	157.038	553.330	124.768
Total		832.349		678.098
Circulante		<u>144.596</u>		<u>117.882</u>
Não circulante		<u>687.753</u>		<u>560.216</u>

Os depósitos judiciais efetuados em conexão com as provisões podem ser assim representados:

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	327.629	272.242
Adições	249.338	232.693
Saques/reversões	(188.209)	(177.306)
Saldo final	388.758	327.629
Circulante	<u>129.338</u>	<u>109.135</u>
Não circulante	<u>259.420</u>	<u>218.494</u>

Provisões*Ações trabalhistas*

a) Processo 01292.001/86-0 SINDIÁGUA - A origem do processo decorreu da implantação do Plano Cruzado em 1986, quando houve uma redução nominal dos salários pagos pela Companhia, na ordem de aproximadamente 11%, em virtude do imperativo legal que implantou o plano. O Sindicato entrou com uma ação, como substituto processual, tendo obtido ganho de causa. Foi realizado um acordo parcial em 1989, no qual os valores foram recompostos na folha de pagamento e os atrasados tiveram um acordo parcial, em que foram pagos os valores incontroversos. Para os valores controversos, a Companhia continua discutindo judicialmente. Essa provisão totaliza, em 31 de dezembro de 2018, R\$ 92.609 (R\$ 71.236 em 31 de dezembro 2017).



b) Processo 0114000-44.1996.5.04.0122 ARNO DOS REIS JUNQUEIRA - Trata-se de ação com pedido de suplementação de aposentadoria, ou, sucessivamente, pedido de reintegração no emprego. Após tramitação em todas as instâncias judiciais, a Corsan restou condenada a reintegrar no emprego o Autor, nas mesmas condições (cargo e função) que detinha antes da despedida, com o pagamento, desde o afastamento até a efetiva reintegração, de todas as parcelas salariais postuladas na inicial. O processo encontra-se em fase de liquidação. Essa provisão totaliza, em 31 de dezembro de 2018, R\$ 15.096.

c) Processo 0115900-81.2004.5.04.0122 – SINDIÁGUA - No presente processo, o Sindicato, na qualidade de substituto processual de 146 empregados, postula o pagamento de diferenças salariais de promoções, dentre outros pedidos. A Corsan restou condenada ao pagamento das promoções dos anos de 1992, 1993, 1995, 1996, 1998, 2001, 2003 e 2004 por merecimento e por antiguidade, alternadamente, em parcelas vencidas e vincendas, com reflexos. Até o momento, procedeu-se com a implantação em folha de 34 substituídos. O processo encontra-se em fase de liquidação inicial. Essa provisão totaliza, em 31 de dezembro de 2018, R\$ 13.622.

d) Outras reclamações trabalhistas - Estas se referem a reclamações movidas por empregados, ex-empregados e prestadores de serviços terceirizados da Companhia e totalizam 2.424 ações. Em 31 de dezembro de 2018, a provisão referente a outras reclamações trabalhistas totaliza R\$553.984 (R\$ 482.094 em 31 de dezembro de 2017).

Ações tributárias, cíveis e ambientais

a) Ação ENC Empreiteira de Obras Ltda. (e como solidária Andrade Gutierrez) - No primeiro trimestre de 2013, a Companhia recebeu uma notificação nº 026/1.06.0003391-7 referente a processo movido pela Empreiteira de Obras Ltda. contra a CORSAN e Construtora Andrade Gutierrez S/A, na qual a demandada buscou a condenação da Construtora Andrade Gutierrez S/A ao pagamento de quantia atinente ao desequilíbrio econômico-financeiro do contrato de subempreitada firmado pelas mesmas para a execução da obra de construção do projeto denominado Lago Dourado. A Companhia constituiu provisão para perda em 31 de dezembro de 2018 no montante de R\$ 4.668 (R\$ 4.668 em 31 de dezembro de 2017).

b) Em 29 de agosto de 2012, a Corsan recebeu o Auto de Infração lavrado pela Delegacia da Receita Federal do Brasil, no total de R\$4.648 a título de IRPJ e CSLL sobre exclusões indevidas do lucro líquido, de valores contabilizados devidos à Fundação Corsan, processo nº 11080730926/2012-49. A Companhia protocolou Processo Administrativo de Impugnação, o qual ainda não foi julgado. A Companhia possui provisão para a totalidade do valor questionado, a qual totaliza R\$ 6.335 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 5.890 em 31 de dezembro de 2017).



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

c) Outras reclamatórias - As ações referem-se, em sua maioria, a reclamações de preços e/ou qualidade dos serviços, e transitam tanto no Juizado Especial Cível - JEC quanto na Justiça Comum Estadual. Em um segundo patamar estão ações indenizatórias por danos ao patrimônio, ações de desapropriação, ações civis públicas, ações cominatórias, ações populares, entre outras. As ações fiscais referem-se, principalmente, à cobrança do uso do solo e de ISSQN por parte dos municípios. Ao todo, a Companhia é parte em 1.910 ações para as quais está provisionado em 31 de dezembro de 2018 o montante de R\$ 146.035 (R\$ 114.210 em 31 de dezembro de 2017).

Causas Possíveis

	31/12/2018	31/12/2017
Ações trabalhistas	253.307	264.788
Ações cíveis	252.290	170.464
Ações ambientais	24.240	33.117
Ações tributárias	19.306	11.475
Total	549.143	479.844

22. PROVISÃO PARA BENEFÍCIO PÓS-EMPREGO

	31/12/2018	31/12/2017
Plano de benefício definido	846.752	612.677
Sistema de assistência IPE-SAÚDE	79.022	73.634
Incentivo à demissão voluntária	57.090	242.100
	982.864	928.411

Contribuição esperada para a patrocinadora

	2019	2018
Plano de benefício definido	127.373	115.283
Sistema de assistência IPE-SAÚDE	2.149	2.446
Incentivo à demissão voluntária	42.510	52.718
Total	172.032	170.447

A Companhia reconheceu, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, uma variação líquida de (R\$ 13.865) decorrente da avaliação atuarial do plano de benefício pós-emprego, "IPE SAÚDE" e "PDV". Essa contabilização foi realizada com base no laudo técnico preparado pelo atuário externo da Companhia, atualizado para esta data-base.

a) Plano de benefício definido

O plano de benefício "BD nº 001" é um plano de previdência complementar da modalidade de benefício definido administrado pela Fundação Corsan, destinado aos empregados e ex-empregados da patrocinadora Corsan, tendo como objetivo complementar o salário real médio, sobre o qual incidirá contribuição para o plano, dos últimos anos de atividade em relação ao valor-base do benefício atribuído pelo regulamento à previdência social (teto Fundação Corsan).



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

De acordo com o regulamento do plano, os benefícios oferecidos aos participantes são os seguintes: aposentadoria por invalidez, aposentadoria por idade, aposentadoria por tempo de contribuição, aposentadoria especial, pecúlio por morte, auxílio-doença, pensão, auxílio-reclusão e abono anual.

Os benefícios, calculados com base na média das últimas remunerações dos participantes e no valor de referência do teto Fundação Corsan, são reajustados no mês de maio de cada ano, pelo indexador atuarial do plano (INPC).

Seguem os resultados da avaliação atuarial referentes a apuração do passivo (ativo):

Conciliação dos (ativos) passivos reconhecidos	31/12/2018	31/12/2017
Obrigações atuariais	2.632.015	2.289.511
Valor justo dos ativos do plano	(1.745.017)	(1.591.839)
Passivo (ativo) atuarial líquido total reconhecido	886.998	697.672
Contratos de débitos do empregador com o plano (nota 23.i)	(40.246)	(84.995)
Passivo atuarial provisionado	846.752	612.677

A Companhia possuía contratos de reconhecimento de débitos para com o plano de benefício definido da patrocinada Fundação Corsan no valor de R\$ 40.246 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 84.995 em 31 de dezembro de 2017).

A movimentação do passivo atuarial ocorrida durante os exercícios de 2018 e 2017 foi a seguinte:

Movimentação do passivo (ativo) atuarial	2018	2017
Passivo (ativo) atuarial líquido no início do ano	697.672	466.131
Despesa reconhecida na demonstração do resultado durante o ano	61.823	63.137
Contribuições do empregador vertidas no ano	(82.977)	(83.577)
Outros resultados abrangentes	210.480	251.981
Passivo (ativo) atuarial líquido no final do ano	886.998	697.672

A origem da despesa reconhecida na demonstração do resultado do exercício de 2018, assim como a projeção da despesa a reconhecer no exercício de 2019 são explicadas no quadro a seguir:

	2019	2018
Custo do serviço corrente líquido	3.999	621
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	233.265	210.879
Rendimento esperado dos ativos financeiros do plano	(157.041)	(149.678)
Despesa (receita) a ser reconhecida pelo empregador	80.223	61.822



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

Evolução do valor presente das obrigações atuariais

	2018	2017
Valor das obrigações atuariais no início do ano	2.289.511	1.779.259
Custo do serviço corrente líquido	621	(22.132)
Custo do serviço corrente bruto	46.029	32.416
Contribuições esperadas dos participantes	(45.408)	(54.548)
Contribuições efetivas realizadas pelos participantes	61.817	54.548
Juros sobre obrigação atuarial	210.879	225.719
Benefícios pagos no ano	(158.395)	(83.210)
(Ganhos) perdas atuariais	227.582	335.327
Valor das obrigações atuariais no final do ano	2.632.015	2.289.511

Evolução do valor justo dos ativos

	2018	2017
Valor justo dos ativos no início do ano	(1.591.839)	(1.313.128)
Benefícios pagos durante o exercício	158.395	83.210
Contribuições de participantes vertidas durante o exercício	(61.817)	(54.548)
Contribuições de empregador vertidas durante o exercício	(82.977)	(83.577)
Rendimento esperado dos ativos no ano	(149.677)	(140.450)
(Ganhos) perdas atuariais	(17.102)	(83.346)
Valor justo dos ativos no fim do ano	(1.745.017)	(1.591.839)

Premissas utilizadas para cálculo do passivo e das projeções

Foi adotado o método da unidade de crédito projetada para calcular as obrigações atuariais, de acordo com premissas abaixo indicadas:

Econômicas e financeiras	2018	2017
Taxa real de desconto atuarial	4,92%	5,37%
Retorno real esperado sobre os ativos	4,92%	5,37%
Taxa real de crescimento salarial dos empregados ativos	1,88%	1,88%
Crescimento real dos benefícios do plano durante o recebimento/HCCTR (em Saúde)	0,00%	0,00%
Fator de capacidade sobre os benefícios	98,00%	98,24%
Fator de capacidade sobre os salários	98,00%	98,24%
Inflação esperada	4,01%	3,96%
Taxa de desconto nominal	9,13%	9,54%
Retorno nominal esperado sobre os ativos do plano	9,13%	9,54%
Taxa nominal de crescimento salarial dos empregados ativos	5,97%	5,91%
Crescimento nominal dos benefícios do plano durante o recebimento	4,01%	3,96%
Reajuste salários INPC JUN - OUT	1,03%	0,63%
Reajuste benefícios INPC JUN - OUT	1,03%	0,63%

Demográficas	2018	2017
Mortalidade geral	AT-1983 M&F (IAM)	AT-1983 M&F (IAM)
Mortalidade de inválidos	AT-1949 M&F (A100%)	AT-1949 M&F (A100%)
Entrada em invalidez	MULLER	MULLER
Taxa anual de rotatividade	Gama Exp. Rot. Funcorsan 2015	Gama Exp. Rot. Funcorsan 2015
Composição familiar	Ativos: Família Média / Assistidos: Família Real	Ativos: Família Média / Assistidos: Família Real

**b) Sistema de assistência à saúde IPE-SAÚDE**

A cobertura relativa ao Sistema de assistência é realizada através de contrapartida financeira estabelecida no “Termo de Contrato de Prestação de Serviços”, celebrado entre a patrocinadora CORSAN e o IPE - Instituto de Previdência do Estado do RS.

A contrapartida financeira mensal da Companhia para o IPE-SAÚDE corresponde a 10,44% incidente sobre o salário de contribuição dos servidores vinculados à Corsan. Pelo acordo coletivo da Companhia, fica garantido que 50% desse mesmo percentual serão extensivos aos servidores que estão em gozo de benefício de aposentadoria pela Fundação Corsan.

A movimentação do passivo atuarial ocorrida durante os exercícios de 2018 e 2017 foi a seguinte:

	2018	2017
Passivo (ativo) atuarial líquido no início do ano	73.634	72.871
Despesa reconhecida na demonstração do resultado durante o ano	9.248	9.630
Contribuições do empregador vertidas no ano	(14.979)	(13.127)
Outros resultados abrangentes	11.119	4.260
Passivo (ativo) atuarial líquido no final do ano	79.022	73.634

A origem da despesa reconhecida na demonstração do resultado do exercício de 2018, assim como a projeção da despesa a reconhecer no exercício de 2019, são explicadas no quadro a seguir:

Despesa a reconhecer na Demonstração do Resultado

	2019	2018
Custo do serviço corrente, com juros, da reavaliação atuarial	3.069	2.283
Contribuições esperadas	(2.149)	(2.446)
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	7.141	6.965
Despesa (receita) a ser reconhecida pelo empregador	8.061	6.802

Evolução do valor presente das obrigações atuariais

	2018	2017
Valor das obrigações atuariais no início do ano	73.634	72.871
Custo do serviço corrente bruto	2.283	1.878
Juros sobre obrigação atuarial	6.965	7.751
Benefícios pagos no ano	(14.979)	(13.127)
(Ganhos) perdas atuariais	11.119	4.261
Valor das obrigações atuariais no final do ano	79.022	73.634



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

Premissas utilizadas para cálculo do passivo e das projeções

Econômicas e financeiras	2018	2017
Taxa real de desconto atuarial	4,95%	5,74%
Retorno real esperado sobre os ativos	4,95%	5,74%
Taxa real de crescimento salarial dos empregados ativos	1,88%	2,18%
Crescimento real dos benefícios do plano durante o recebimento/HCCTR (em Saúde)	0,00%	0,00%
Fator de capacidade sobre os benefícios	100,00%	100,00%
Fator de capacidade sobre os salários	100,00%	100,00%
Inflação esperada	4,01%	4,80%
Taxa de desconto nominal	9,16%	10,81%
Retorno nominal esperado sobre os ativos do plano	9,16%	10,81%
Taxa nominal de crescimento salarial dos empregados ativos	5,97%	7,08%
Crescimento nominal dos benefícios do plano durante o recebimento	4,01%	4,80%
Reajuste salários INPC JUN - OUT	1,03%	0,63%
Reajuste benefícios INPC JUN - OUT	1,03%	0,63%

Demográficas	2018	2017
Mortalidade geral	AT-2000(A5%)Basic Male	AT-2000(A5%)Basic Male
Mortalidade de inválidos	AT-1949 M&F (A100%)	AT-1949 M&F (A100%)
Entrada em invalidez	TASA - 1927	TASA - 1927
Taxa anual de rotatividade	Gama Exp. Rot. Funcorsan 2015	Gama Exp. Rot. Funcorsan 2015
Composição familiar	Ativos: Família Média / Assistidos: Família Real	Ativos: Família Média / Assistidos: Família Real

c) Incentivo à demissão voluntária

O prazo para adesões ao Plano de Incentivo à Demissão Voluntária encerrou em 31 de dezembro de 2016, quando 1.590 funcionários aderiram ao plano. No exercício findo em 31 de dezembro de 2018, 79 funcionários já haviam se desligados da Companhia.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 a despesa com desligamentos pelo PDV foi de R\$ 46.920 (R\$ 66.574 em 31 de dezembro de 2017).

Para fins de registro contábil da Corsan, a movimentação do passivo atuarial ocorrida durante os exercícios de 2018 e 2017 foi a seguinte:

	2018	2017
Passivo (ativo) atuarial líquido no início do ano	242.100	266.490
Despesa reconhecida na demonstração do resultado durante o ano	15.191	62.179
Contribuições do empregador vertidas no ano	(46.920)	(66.574)
Outros resultados abrangentes	(153.281)	(19.995)
Passivo (ativo) atuarial líquido no final do ano	57.090	242.100



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017 (Valores expressos em milhares de reais)

A origem da despesa reconhecida durante o exercício de 2018, assim como a projeção da despesa a reconhecer no exercício de 2019, são explicadas no quadro a seguir:

	2019	2018
Contribuições esperadas	(42.510)	(52.718)
Custo de juros sobre as obrigações atuariais	2.585	15.191
Despesa (receita) a ser reconhecida pelo empregador	(39.925)	(37.527)

Evolução do valor presente das obrigações atuariais

	2018	2017
Valor das obrigações atuariais no início do ano	242.100	266.490
Custo do serviço corrente bruto	-	36.561
Juros sobre obrigação atuarial	15.191	25.618
Despesa de juros sobre obrigação atuarial	17.012	29.167
Redução de juros decorrente dos pagamentos esperados de benefícios	(1.821)	(3.549)
Benefícios pagos no ano	(46.920)	(66.574)
(Ganhos) perdas atuariais	(153.281)	(19.995)
Valor das obrigações atuariais no final do ano	57.090	242.100

Premissas utilizadas para cálculo do passivo e das projeções

Econômicas e financeiras	2018	2017
Taxa real de desconto atuarial	3,01%	2,95%
Retorno real esperado sobre os ativos	3,01%	2,95%
Taxa real de crescimento salarial dos empregados ativos	1,88%	1,88%
Crescimento real dos benefícios do plano durante o recebimento/HCCTR (em Saúde)	0,00%	0,00%
Fator de capacidade sobre os benefícios	98,00%	98,24%
Fator de capacidade sobre os salários	98,00%	98,24%
Inflação esperada	4,01%	3,96%
Taxa de desconto nominal	7,14%	7,03%
Retorno nominal esperado sobre os ativos do plano	7,14%	7,03%
Taxa nominal de crescimento salarial dos empregados ativos	5,97%	5,91%
Crescimento nominal dos benefícios do plano durante o recebimento	4,01%	3,96%
Reajuste salários INPC JUN - OUT	1,03%	0,63%
Reajuste benefícios INPC JUN - OUT	1,03%	0,63%

Demográficas	2018	2017
Mortalidade geral	AT-1983 M&F (IAM)	AT-1983 M&F (IAM)
Mortalidade de inválidos	AT-1949 M&F (A100%)	AT-1949 M&F (A100%)
Entrada em invalidez	MULLER	MULLER
Taxa anual de rotatividade	Gama Exp. Rot. Funcorsan 2015	Gama Exp. Rot. Funcorsan 2015
Composição familiar	Ativos: Família Média / Assistidos: Família Real	Ativos: Família Média / Assistidos: Família Real



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

d) Investimentos

O retorno dos investimentos da Fundação Corsan em 2018 foi de R\$ 157.555 (R\$ 151.498 em 2017).

A média ponderada da alocação dos ativos por categoria de ativo é a seguinte:

Segmento	Alocação dos ativos em 31 de dezembro em %		Alocação dos ativos conforme determinação da Lei 3.792/2009 porcentagem ou faixa de porcentagem
	2018	2017	Limite
Renda fixa	78,89%	82,17%	100%
Renda variável	6,77%	5,91%	70%
Investimentos estruturados	6,88%	3,75%	20%
Carteira de imóveis	4,68%	5,24%	8%
Empréstimos	2,77%	2,92%	15%
Disponível	0,01%	0,01%	-
Fundo Garantidor	100%	100%	

e) Fundação Corsan

Estrutura jurídica

A Fundação Corsan caracteriza-se como entidade fechada de previdência complementar multipatrocinada pela Companhia Riograndense de Saneamento – Corsan, constituída sob forma de pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, tendo como objetivo primordial a administração e execução de planos de benefícios de natureza previdenciária.

Gestão de recursos e investimentos

A Fundação Corsan delega a Instituições financeiras, criteriosamente selecionadas, a gestão de seus recursos financeiros, realizando acompanhamento diário destes gestores. A gestão dos fundos de investimentos da Fundação Corsan está estruturada na forma de gestão própria e terceirizada, sendo a gestão dos fundos de investimentos totalmente terceirizada, e a gestão de imóveis e empréstimos realizada pela própria Fundação Corsan.

Política de investimentos

A Fundação Corsan planeja e acompanha seus investimentos, de acordo com as normas estabelecidas na Resolução CMN nº 4661 de 25 de maio de 2018, bem como em conformidade com sua política de investimentos - PI.

O processo de planejamento e revisão da PI é anual, e se inicia no mês de outubro, com reuniões entre a área de investimentos, o Comitê de investimentos, a Consultoria financeira e a Diretoria executiva. Depois de estruturada a PI é submetida pela Diretoria executiva ao Conselho Deliberativo para aprovação.



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

Fontes de recursos

A Fundação Corsan obtém recursos decorrentes de:

- contribuição de participantes ativos e assistidos;
- contribuição mensal das patrocinadoras, principalmente da Companhia Riograndense de Saneamento - Corsan;
- receitas de aplicações do patrimônio.

Custeio administrativo

A definição das fontes de custeio para cobertura das despesas administrativas é de competência do Conselho Deliberativo, e deverão estar expressamente previstas no plano de custeio e no orçamento anual.

Despesas de administração do plano

As despesas de administração do plano de benefício são cobertas, paritariamente, por uma parcela de contribuições dos participantes ativos e patrocinadoras. No exercício de 2018, as despesas de administração somaram 8% sobre a base de contribuições aprovada pelo Conselho Deliberativo.

23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o capital social da Companhia é de R\$ 1.635.145 e R\$ 939.148 respectivamente, estando assim representado:

Acionistas	Ações ordinárias	Ações preferenciais	Total ações	Capital total (%)	Capital votante (%)	Ações preferenciais (%)
Estado do Rio Grande do Sul	306.756.796	306.756.796	613.513.592	99,99999348018	99,99999348018	99,99999348018
Prefeitura Municipal de Estrela	5	5	10	0,00000162996	0,00000162996	0,00000162996
Prefeitura Municipal de Carazinho	3	3	6	0,00000097797	0,00000097797	0,00000097797
Prefeitura Municipal de São Marcos	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198
Prefeitura Municipal de Muçum	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198
Prefeitura Municipal de Rosário do Sul	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198
Prefeitura Municipal de Lajeado	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198
Prefeitura Municipal de Quaraí	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198
Prefeitura Municipal de Cerro Largo	2	2	4	0,00000065198	0,00000065198	0,00000065198
Total	306.756.816	306.756.816	613.513.632	100,00000000000	100,00000000000	100,00000000000

Em 27 de março de 2018 foi destinado o saldo da conta de Reserva de retenção de lucros existente em 31 de dezembro de 2016 no valor de R\$ 695.997 para aumento de capital, em atendimento ao art. 199 da Lei nº 6.404/76.

Dentro do limite do capital autorizado, e de acordo com plano aprovado pela Assembleia Geral, o Conselho de Administração poderá outorgar opção de compra de ações a seus administradores ou empregados, ou a pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou à sociedade sob seu controle, na forma prevista em lei.



Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, não foram outorgados planos de opções de compra de ações.

Os aumentos de capital poderão ser deliberados com a exclusão do direito de preferência dos acionistas à subscrição de novos valores mobiliários emitidos pela Companhia, nas hipóteses previstas no art. 172 da Lei nº 6.404/76.

b) Reservas de capital

As reservas de capital compreendem doações de instalações e equipamentos de particulares e órgãos públicos. De acordo com a Lei nº 11.638/07, a partir de 2008, as referidas doações passaram a ser registradas no resultado do exercício, e após transitarem no resultado, as doações de órgãos públicos são destinadas para reserva de incentivos fiscais.

c) Outros resultados abrangentes

A Companhia procedeu à reavaliação dos bens do ativo imobilizado nos exercícios de 1989, 1990, 1993 e 1994. Em contrapartida, foi constituída reserva de reavaliação no patrimônio líquido, sendo que a realização se dá através de depreciação e baixas dos respectivos bens, cujo total em 31 de dezembro de 2018 monta R\$ 71.010 (R\$ 72.659 em 31 de dezembro de 2017), líquido de efeitos tributários.

Com a aplicação do ICPC 01 – Contratos de concessão, o saldo residual de imobilizado, incluindo os valores de reavaliação, foi considerado como o valor justo do ativo intangível relacionado à concessão na data de transição, 1º de janeiro de 2009, e a reserva de reavaliação, transferida para a conta de “outros resultados abrangentes”.

Esses efeitos são revertidos para lucros acumulados na proporção em que os ativos são depreciados ou somente no caso de alienação ou baixa do ativo. O valor realizado contra lucros acumulados no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, totalizou R\$ 1.649, líquido dos efeitos tributários (R\$ 1.755 em 31 de dezembro de 2017).

Conforme previsto pela Deliberação CVM nº 695/2012, os eventuais ativos ou passivos decorrentes de ganhos ou perdas atuariais passaram a ser reconhecidos nas demonstrações financeiras na conta de outros resultados abrangentes, no Patrimônio líquido. Em 31 de dezembro de 2018 a Companhia possui registrado uma perda atuarial de R\$127.563, líquido dos seus efeitos tributários (R\$ 82.473 registrado como perda atuarial em 31 de dezembro de 2017).

d) Remuneração aos acionistas

O Estatuto Social da Companhia prevê que, do lucro líquido, no mínimo 25% será destinado aos acionistas como dividendo. Para o exercício de 2018, conforme ata de Reunião de Diretoria nº 71, de 10 de dezembro de 2018, ratificado pelo Conselho de Administração em reunião dia 29/01/2019, foi deliberado que será destinado aos acionistas como dividendos o valor de juros sobre capital próprio conforme previsto no art. 9º da Lei 9.249/95 e decreto estadual 48.990/2012 e alterações, na proporção das ações que os mesmos possuírem.



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

	31/12/2018	31/12/2017
Lucro líquido do exercício	292.087	382.678
(-) Reserva legal (5%)	(14.604)	(19.134)
(+) Ajustes lei nº 12.973/14	1.814	(627)
(-) Reserva de incentivos fiscais	(582)	(95)
Base de cálculo para dividendos	278.715	362.822
Dividendos	-	10.270
Juros sobre capital próprio atribuído aos dividendos	133.792	123.974
Total dos juros e dividendos distribuídos	133.792	134.244

As ações preferenciais não terão direito a voto, mas gozarão de todos os demais direitos atribuídos às ações ordinárias em igualdade de condições, mais prioridade no reembolso do capital social, sem prêmio, em caso de liquidação da Companhia e dividendos 10% (dez por cento) superiores aos pagos às ações ordinárias, nos termos do inciso II, § 1º, do Artigo 17 da Lei 6.404/76.

Os dividendos calculados por ação ordinária e preferencial são conforme o demonstrado a seguir:

Dividendos / Juros sobre o capital próprio	Total Dividendos	JSCP - Valor líquido
Ações ordinárias	63.710	63.710
Ações preferenciais	70.082	70.082
Total	133.792	133.792

A Companhia efetuou no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, o registro de juros sobre capital próprio no valor de R\$ 133.792 (R\$ 123.974 no exercício findo em 31 de dezembro de 2017), utilizando como base a taxa de juros de longo prazo – TJLP, aplicada sobre o patrimônio líquido observado o limite de 50% do somatório dos lucros acumulados e reservas de lucros.

Conforme previsto na Lei nº 9.249/95, o valor registrado foi integralmente deduzido na apuração do imposto de renda e contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social do exercício foram reduzidos em R\$45.489 (R\$42.151 em 31 de dezembro de 2017) em decorrência da dedução desses impostos pelos juros sobre o capital próprio creditados aos acionistas.

e) Reservas de lucros

Reserva legal

Conforme a Lei das Sociedades por Ações, é constituída à base de 5% (cinco por cento) do lucro líquido, estando limitada a 20% do capital social.



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

Reserva de incentivos fiscais

A reserva de incentivos fiscais compreende as doações de instalações e equipamentos de órgãos públicos.

Reserva de retenção de lucros

Esse valor corresponde ao lucro remanescente apurado após as destinações para reserva legal, de incentivos fiscais e dividendos, acrescido das contabilizações efetuadas diretamente na conta de lucros acumulados.

Os recursos serão aplicados em projetos de construção e expansão dos sistemas de abastecimento de água, de sistemas de esgoto e desenvolvimento institucional, de forma a atender aos projetos previstos no orçamento da Companhia, com base em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral Ordinária.

Reserva de lucros	31/12/2018	31/12/2017
Reserva legal	121.500	106.896
Reserva de incentivos fiscais	2.336	1.754
Reserva de retenção de lucros	375.718	926.957
Total	499.554	1.035.607

f) Adiantamento para futuro aumento de capital

Com base em faculdade prevista pelo Estatuto Social da Companhia, a Companhia mantém registrado como adiantamento para futuro aumento de capital o montante de R\$ 47.183 em 31 de dezembro de 2018 (R\$ 31.911 em 31 de dezembro de 2017), oriundo de repasse de recursos do Orçamento Geral da União – OGU e da Fundação Nacional da Saúde – FUNASA.

Em 11 de janeiro de 2018 a CORSAN foi comunicada do cancelamento dos Termos de Compromisso OGU PAC 2 - Estudos e Projetos de Água e Esgoto pelo Ministério das Cidades, todos assinados em 31/10/2011 entre o Governo de Estado do Rio Grande do Sul e o Ministério das Cidades.

Em função disso, em 26 de janeiro de 2018, procedeu a devolução de Recursos de Repasse do Orçamento Geral da União no montante de R\$ 387.

Em agosto e setembro de 2018 a Corsan foi comunicada da finalização dos Termos de Compromisso OGU PAC 1 e 2 nº 0350934-85/2011 e 0237831-52/2007 referente as cidades de Venâncio Aires e Cacheira do Sul. Em função disso procedeu a devolução de Recursos de Repasse do Orçamento Geral da União no montante de R\$ 3 e R\$ 183, respectivamente.



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

g) Lucro básico e diluído por ação

O lucro básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro atribuível aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias e preferenciais em circulação durante o exercício.

De acordo com o pronunciamento técnico CPC 41/IAS 33, se o número de ações ordinárias ou ações ordinárias potenciais totais aumentar como resultado de capitalização de reservas, bonificações em ações ou de desdobramento de ações ou diminuir como resultado de grupamento de ações, o cálculo do resultado básico e diluído por ação para todos os períodos apresentados deve ser ajustado retrospectivamente. Se essas alterações ocorrerem após a data do balanço, mas antes da autorização para a emissão das demonstrações contábeis, os cálculos por ação daquelas e de quaisquer demonstrações contábeis de períodos anteriores apresentadas devem ser baseados no novo número de ações. Como a Companhia apresentou aumento de capital, durante o exercício de 2020, referente à capitalização de adiantamentos para futuro aumento de capital, a Companhia considerou, como denominador para o cálculo do lucro por ação, o resultante número de ações ao término do exercício, conforme segue:

Resultado básico e diluído por ação	2018	2017
Numerador		
Lucro líquido do período atribuído aos acionistas da Companhia		
Ações ordinárias	139.089	182.228
Ações preferências	152.998	200.450
Denominador		
Média ponderada de número de ações ordinárias	315.592.525	315.592.525
Média ponderada de número de ações preferenciais	315.592.525	315.592.525
Resultado básico e diluído		
Por ação ordinária	0,44072	0,57741
Por ação preferencial	0,48480	0,63516

24. TRANSAÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas com partes relacionadas são divulgadas em atendimento à deliberação nº 642/10 da CVM.

As partes relacionadas são as seguintes:

Governo do Estado do Rio Grande do Sul, Banco do Estado do Rio Grande do Sul – BANRISUL, Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE, Companhia Estadual Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-d, Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CGTE, Companhia Estadual de Silos e Armazéns – CESA, Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul – PROCERGS, Companhia Riograndense de Mineração - CRM, Fundação Corsan dos Funcionários da Companhia Riograndense de Saneamento – FUNCORSAN, Instituto de Previdência do Estado – IPE.



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

a) Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Os valores a seguir demonstrados evidenciam as transações entre a Corsan e o Estado do Rio Grande do Sul:

	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Contas de água e esgoto - saldo a receber	6.566	18.217
Aplicações no caixa único do Estado	6.915	3.823
Juros sobre o capital próprio a pagar para o Governo do Estado	(222.613)	(230.926)
Dividendos propostos a pagar para o Governo do Estado	-	(10.270)

O valor faturado com o fornecimento de água e tratamento de esgoto para o Estado do Rio Grande do Sul em 2018 foi R\$ 50.852 (R\$ 46.784 em 2017).

Criado pelo Decreto nº 33.959, de 31 de maio de 1991, o Sistema Integrado de Administração de Caixa no Estado – SIAC determina que os órgãos da Administração direta e indireta centralizem no Tesouro Estadual as disponibilidades de recursos em suas contas bancárias. Os recursos depositados são remunerados com base nos rendimentos dos títulos que compõem a Dívida Pública Estadual.

b) Banco do Estado do Rio Grande do Sul – BANRISUL

O valor pago pelo serviço de arrecadação de contas de água, esgoto e serviços e débitos/repasso durante o ano de 2018 foi R\$ 6.407 (R\$ 5.607 em 2017).

O valor faturado com o fornecimento de água e tratamento de esgoto em 2018 foi R\$ 293 (R\$ 276 em 2017). O saldo a receber em 31 de dezembro de 2018 é inferior a R\$ 1 (inferior a R\$ 1 em 31 de dezembro de 2017).

c) Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul – BRDE

O valor faturado com o fornecimento de água e tratamento de esgoto em 2018 foi R\$ 2 (R\$ 4 em 2017). Não há saldo a receber em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

d) Companhia Estadual de Distribuição de Energia Elétrica – CEEE-d

Os valores devidos referem-se a compra de energia elétrica nas áreas de concessão da CEEE-d e da CORSAN. O valor contratado durante o ano de 2018 foi R\$ 53.280 (R\$ 40.013 no ano de 2017).

O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 4.448 (R\$ 3.458 em 31 de dezembro de 2017).

O valor faturado com o fornecimento de água e tratamento de esgoto em 2018 foi R\$ 54 (R\$ 46 em 2017). Não há saldo a receber em 31 de dezembro de 2018 e 2017.



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

e) Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica – CGTE

O valor faturado com o fornecimento de água e tratamento de esgoto em 2018 foi R\$ 157 (R\$ 162 em 2017). Não há saldo a receber em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

f) Companhia Estadual de Silos e Armazéns – CESA

O valor faturado com o fornecimento de água e tratamento de esgoto em 2018 foi R\$ 36 (R\$ 41 em 2017). O saldo a receber em 31 de dezembro de 2018 é inferior a R\$ 1 (inferior a R\$ 1 em 31 de dezembro de 2017).

g) Companhia de Processamento de Dados do Estado do Rio Grande do Sul – PROCERGS

Os valores devidos à PROCERGS referem-se ao contrato de prestação de serviços na área de tecnologia da informação. O valor contratado durante o ano de 2018 foi R\$ 45.181 (R\$ 35.027 no ano de 2017). O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 3.054 (R\$ 3.117 em 31 de dezembro de 2017).

O valor faturado com o fornecimento de água e tratamento de esgoto em 2018 foi R\$ 8 (R\$ 7 em 2017). Não há saldo a receber em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

h) Companhia Riograndense de Mineração – CRM

O valor faturado com o fornecimento de água e tratamento de esgoto em 2018 foi R\$ 18 (R\$ 18 em 2017). Não há saldo a receber em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

i) Fundação Corsan

Composição da dívida	Indexador	Taxa de juros	Último vencimento	Circulante		Não circulante	
				31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Contrato 1298	INPC	6% a.a	31/03/18	-	1.259	-	-
Contrato 122001	Média INPC/IPC/IGP-M e IGP-DI	6% a.a	21/12/20	21.194	19.861	18.914	34.937
Contrato 122005	(*)		01/09/20	138	15.336	-	13.602
				21.332	36.456	18.914	48.539

(*) O contrato 122005 é revisado anualmente através de cálculos atuariais.

Os contratos referem-se a parcelamentos de custo de serviço passado e estão garantidos pela arrecadação da receita tarifária de água e esgoto até o limite das obrigações (principal e encargos).

Em 31 de dezembro de 2018, o montante dos compromissos com a Fundação CORSAN, no não circulante, tem a seguinte composição por ano de vencimento:

Ano	Valor
2020	18.914
Total	18.914



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

j) Instituto de Previdência do Estado do Rio Grande do Sul – IPE

Os valores devidos ao IPE referem-se a contrato de assistência à saúde dos funcionários da Corsan.

O valor pago durante o exercício de 2018 foi R\$ 14.981 (R\$ 13.127 no ano de 2017). O saldo a pagar em 31 de dezembro de 2018 é de R\$ 4.234 (R\$ 3.857 em 31 de dezembro de 2017).

O valor faturado com o fornecimento de água e tratamento de esgoto em 2018 foi R\$ 70 (R\$ 66 em 2017). Não há saldo a receber em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

k) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A remuneração do pessoal-chave da Administração da Companhia, formado pela Diretoria, Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria Estatutário é estabelecida conforme Decreto 45.273/07 e Resolução 04/09 do Comitê de Governança Corporativa das Empresas Estatais. A Corsan não possui política de remuneração através de plano baseado em ações.

	31/12/2018	31/12/2017
Remuneração e benefícios	3.146	3.278
Encargos sociais	430	451
Total	3.576	3.729

25. RECEITA LÍQUIDA

A Corsan opera os serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário. A receita líquida de serviços apresenta a seguinte composição:

	31/12/2018	31/12/2017
Serviços de abastecimento de água	2.519.769	2.407.857
Serviços de esgoto	170.704	158.439
Receitas de construção	252.955	232.328
Impostos sobre receita serviços	(249.828)	(233.443)
	2.693.600	2.565.181



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

26. CUSTOS, DESPESAS E OUTRAS RECEITAS

Conforme requerido pelo CPC 26 (R1) e IAS 1, apresenta, a seguir, o detalhamento da demonstração do resultado por natureza:

Despesas por natureza	31/12/2018	31/12/2017
Pessoal	1.011.070	966.529
Materiais	98.265	96.532
Energia elétrica	256.917	212.477
Serviços de terceiros	299.191	277.519
Gerais	219.390	123.109
Depreciações e amortizações	128.553	118.298
Provisões	154.025	96.194
Custos de construção	249.708	227.837
Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas	(67.545)	(18.773)
	2.349.574	2.099.722
Classificados como:		
Custos dos serviços	1.781.746	1.585.867
Despesas comerciais	131.361	111.940
Despesas administrativas	504.012	420.688
Outras (receitas) despesas operacionais, líquidas	(67.545)	(18.773)
	2.349.574	2.099.722

27. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	31/12/2018	31/12/2017
Receitas financeiras	104.198	116.330
Acréscimos por inadimplementos	31.992	30.012
Variações monetárias ativas	5.284	26.937
Receitas financeiras pela realização de AVP	41.298	42.454
Variações cambiais ativas	5.639	4.600
Outras receitas financeiras	19.985	12.327
Despesas financeiras	(60.552)	(75.870)
Juros e taxas sobre financiamentos	(11.197)	(10.280)
Juros e taxas sobre outras obrigações	(6.237)	(8.332)
Variações monetárias passivas	(32.112)	(52.482)
Variações cambiais passivas	(10.247)	(4.776)
Outras despesas financeiras	(759)	-
Resultado financeiro líquido	43.646	40.460

28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros, cujos riscos são administrados através de estratégias de posições financeiras e sistemas de limite de exposição dos mesmos. Todas as operações são integralmente reconhecidas na contabilidade.



As avaliações de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, bem como gerenciamento de riscos estão relatados a seguir:

a) Instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2018, os principais instrumentos financeiros estão descritos a seguir:

Caixa e equivalentes de caixa (custo amortizado) – está apresentado ao seu valor de mercado, que equivale ao seu valor contábil na data do balanço. As aplicações mantidas pela Companhia como equivalentes de caixa são de liquidez imediata e têm risco insignificante de mudança de seus valores;

Aplicações financeiras (valor justo através do resultado) – referem-se, substancialmente, a fundos de investimento de renda fixa e aplicações junto ao SIAC (Sistema Integrado de Administração de Caixa do Estado), com liquidez diária;

Contas a receber (custo amortizado) – decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registradas pelos seus valores originais, ajustadas por perdas esperadas com clientes;

Ativos financeiros (custo amortizado) – referem-se a valores a serem indenizados pelo poder concedente, relativos aos contratos de programa não renovados;

Contas a pagar (custo amortizado) – decorrem diretamente das operações comerciais da Companhia, estão registrados pelos seus valores originais, sujeitos a atualizações monetárias, quando aplicável;

Empréstimos e financiamentos e debêntures (custo amortizado) – são classificados como passivos financeiros mensurados pelo custo amortizado pelo método de taxa efetiva de juros, e estão contabilizados pelos seus valores contratuais. Os valores de mercado destes empréstimos e financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis na data do balanço;

Dívidas com a Fundação Corsan (custo amortizado) – estão contabilizadas pelos seus valores contratuais, conforme descrito na nota 24.i.

A Companhia adota a técnica de mensuração a valor justo e comparação de preços e valores observados no mercado (nível 2).

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, o valor justo dos instrumentos financeiros se aproxima dos valores registrados contabilmente. Apuração conforme descrito na nota 2.11.



b) Instrumentos financeiros derivativos

A Companhia não celebrou e não tem como política celebrar instrumentos financeiros derivativos, tais como os contratos a termo, *swaps*, opções, futuros, *swaps* com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos, derivativos exóticos e todas as demais operações com derivativos, independentemente da forma como sejam contratados.

c) Gerenciamento de riscos

Fatores de risco que podem afetar os negócios da Companhia

As atividades de gerenciamento de riscos seguem a política de gestão de risco da Companhia, sob a administração dos seus diretores. A administração destes riscos é efetuada com base no sistema de controles internos, a qual estabelece as técnicas de acompanhamento, mensuração e monitoramento contínuo da exposição.

A Companhia está exposta aos seguintes riscos:

i) Risco de crédito:

A Companhia está potencialmente sujeita ao risco de crédito da contraparte em suas operações financeiras e contas a receber. Dentre os procedimentos adotados para minimizar os potenciais riscos financeiros e comerciais, destacamos: a seletividade das instituições financeiras e monitoramento constante dos valores a receber de clientes. Não há clientes que, individualmente, representem mais que 5% do total das contas a receber da Companhia em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

ii) Risco de liquidez:

Risco de liquidez representa o encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas (substancialmente empréstimos e financiamentos). A Companhia tem políticas de monitoramento de caixa para evitar o descasamento de contas a receber e a pagar.

A tabela abaixo demonstra os pagamentos contratuais requeridos pelos passivos financeiros da Companhia:

	Projeção incluindo juros futuros			Total
	Até 1 ano	De 1 a 3 anos	Mais de 3 anos	
Empréstimos e financiamentos	88.870	267.158	478.460	834.488
Parcelamento de impostos	15.340	51.230	-	66.570
Debêntures	9.713	14.744	-	24.457
Fornecedores	113.736	-	-	113.736
Dívidas Fundação CORSAN	22.602	20.050	-	42.652
	250.261	353.182	478.460	1.081.903



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

iii) Risco de mercado:

Risco da taxa de juros: Esse risco advém da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as suas despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos. A Companhia monitora continuamente a volatilidade das taxas de juros do mercado.

Risco de taxas de câmbio: Esse risco está atrelado à possibilidade de alteração nas taxas de câmbio, afetando a despesa financeira e o saldo passivo de contratos de financiamentos com indexador em moeda estrangeira. Não há outros ativos ou passivos indexados a moedas estrangeiras.

A Companhia avalia sua exposição cambial de forma continuada, visando manter os valores contratados em patamares mínimos em relação aos passivos totais.

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros e câmbio

Com a finalidade de verificar a sensibilidade dos indexadores nos empréstimos que a Companhia possui exposição na data-base de 31 de dezembro de 2018, foram definidos 03 cenários diferentes, e preparada uma análise de sensibilidade às oscilações dos indicadores desses instrumentos. Com base na projeção do indexador de cada contrato para o ano de 2019 (cenário provável), sendo que a partir deste foram calculadas variações crescentes de 25% e 50%, respectivamente, para tais empréstimos. Os cenários são elaborados desconsiderando o provável fluxo de caixa de pagamentos de empréstimos.

Operação	Risco	2018	(Perdas) Ganhos financeiros				
			Queda 25%	Queda 50%	Cenário provável	Aumento 25%	Aumento 50%
Empréstimos	TR	(221.554)	-	-	-	-	-
Empréstimos	TJLP	(208.859)	(11.663)	(9.719)	(14.578)	(18.223)	(21.868)
Empréstimos	US Dólar	(28.902)	6.081	9.884	375	(6.756)	(13.888)
Debêntures	TJLP	(23.156)	(1.293)	(1.078)	(1.616)	(2.020)	(2.424)
		(482.471)	(6.875)	(913)	(15.819)	(26.999)	(38.180)
<i>Indexador</i>	TR / UPR		0,00	0,00	0,00 *	0,00	0,00
	TJLP		5,58	4,65	6,98 **	8,73	10,47
	US Dólar	3,85	3,04	2,53	3,80 ***	4,75	5,70

Fontes:

* Portal Brasil

** BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social

*** Focus - Relatório de Mercado

d) Gestão do capital social

O objetivo principal da administração de capital é assegurar que este mantenha uma classificação de crédito forte e uma razão de capital livre de problemas, a fim de apoiar os negócios e maximizar o valor do acionista.



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

A Companhia administra a estrutura de capital e a ajusta considerando as mudanças nas condições econômicas. A estrutura de capital ou o risco financeiro decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital e retenção de lucros) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e a otimização do custo médio ponderado do capital, a Companhia monitora permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos no contrato de debêntures.

Não houve alterações quanto aos objetivos, políticas ou processos durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2018 e 2017.

O capital é administrado por meio do quociente de alavancagem, que é a dívida líquida dividida pelo capital total, acrescido da dívida líquida. A Companhia inclui na dívida líquida os empréstimos e financiamentos com rendimento, fornecedores e outros exigíveis, menos caixa e equivalentes de caixa e aplicações financeiras, como demonstrado abaixo.

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Empréstimos e financiamentos	15	611.072	443.788
Parcelamento de impostos e contribuições	18	57.887	66.299
Debêntures	16	23.156	31.790
Fornecedores	17	113.736	118.420
Dívida Fundação CORSAN	24.i	40.245	84.995
(-) Caixa e equivalentes de caixa	5	(66.164)	(79.703)
(-) Aplicações financeiras	5	(63.555)	(59.968)
Dívida líquida		716.377	605.621
Patrimônio e adiantamentos		2.142.477	2.014.000
Capital social e dívida líquida		2.858.854	2.619.621
Quociente de alavancagem		25,06%	23,12%

29. MUDANÇAS NOS PASSIVOS DE ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO

A seguir, é apresentada a movimentação das mudanças nos passivos de atividades de financiamento para o exercício findo em 31 de dezembro de 2018:

	31/12/2017	Fluxo de caixa	Adições	Variações monetária	Juros	Transferências	31/12/2018
Empréstimos e financiamentos circulante	56.793	(97.178)	-	1.991	36.359	67.846	65.811
Debêntures circulante	9.146	(10.464)	-	-	1.286	9.264	9.232
JSCP e dividendos a pagar	241.196	(152.375)	133.792	-	-	-	222.613
Empréstimos e financiamentos não circulante	386.995	221.108	-	5.004	-	(67.846)	545.261
Debêntures não circulante	22.644	-	-	544	-	(9.264)	13.924
Contratos de repasse (FUNASA, ANA)	9.232	12.099	-	-	-	-	21.331
Adiantamento para futuro aumento de capital	31.911	15.272	-	-	-	-	47.183

30. EVENTOS SUBSEQUENTES

a) Impactos COVID-19 (1º ITR/2020)

As medidas tomadas pela Companhia foram as seguintes:

- *Medidas de preservação de caixa:*

- Solicitação de Standstill, suspensão temporária do pagamento de empréstimos e financiamentos mantidos junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, no período de 15 de abril de 2020 a 15 de setembro de 2020. As parcelas suspensas, no montante de R\$ 30,6 milhões (principal mais juros), foram capitalizadas e diluídas no saldo devedor, conforme regramento proposto pelo Banco, sem alteração no prazo final dos contratos;
- Pagamento da Participação nos Lucros e Resultados parcelada em duas vezes conforme previsto no acordo coletivo;
- Adesão às alternativas de diferimento e postergação de tributos federais:
 - i) suspensão e parcelamento (seis meses), do recolhimento ao FGTS referente às competências de abril e maio de 2020, no montante de R\$ 5,9 milhões, conforme Medida Provisória nº 927/2020;
 - ii) postergação do recolhimento das contribuições de Cofins, Pasep e INSS Patronal referentes às competências de março, abril e maio de 2020, no montante de R\$ 77,6 milhões, para recolhimento cumulativo com as competências de julho, setembro e outubro de 2020, respectivamente, conforme Portarias ME nº 139, nº 150 e nº 245; e
 - iii) redução da contribuição obrigatória ao Sistema “S” referente ao período de abril a junho de 2020, conforme Medida Provisória nº 932/2020;
- Encaminhamento da contratação de seguro garantia;

- *Medidas relacionadas aos clientes:*

- Observou-se um aumento no prazo médio de recebimento das faturas nos primeiros nove meses. Porém, a partir da retomada dos cortes, o índice retornou à normalidade apurada em períodos pré-pandemia;
- Isenção de cobrança de clientes da tarifa social de abril a setembro de 2020, apresentando impacto de R\$ 10,48 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020;
- A Agência Estadual de Regulação dos Serviços Públicos Delegados do Rio Grande do Sul (AGERGS) e a Agência Municipal de Regulação dos Serviços Públicos Delegados de São Borja (AGESB) homologaram o reajuste da tarifa em 4,45% para julho, o que, pelo impacto da pandemia, foi adiado por 90 dias e o índice original recalculado proporcionalmente aos 9 meses restantes do ciclo, o que resultou em 5,93% a partir de outubro de 2020;
- A Agência Reguladora de Serviços Públicos Delegados de Santa Cruz do Sul (AGERST) e a Agência Reguladora Intermunicipal de Saneamento do Rio Grande do Sul (AGESAN) homologaram os reajustes de 4,41% e 4,63% respectivamente, aplicáveis a partir de outubro de 2020.



- *Impactos contábeis:*

A Administração avaliou e concluiu que os ativos atrelados aos sistemas de abastecimento de água e esgoto da Companhia não sofreram impactos pela pandemia e não identificou indicativos de risco de *impairment* para esses ativos;

Foram analisadas as alterações contratuais dos passivos financeiros da Companhia. Essa análise não gerou impactos na liquidez e no resultado.

b) Reconhecimento da Imunidade Tributária (2ºITR/2020)

Em razão da imunidade tributária, obtida a partir da decisão monocrática que reconheceu a imunidade de impostos federais à Corsan, bem como a restituição dos valores pagos nos exercícios de 1988 a 2018, em 2019 a Companhia deixou de apurar e recolher o IRPJ (imposto de renda pessoa jurídica) e o ITR (imposto territorial rural). O trânsito em julgado do RE 342314/RS, que julgou definitivamente a questão envolvendo a imunidade tributária, ocorreu em 28 de maio de 2020.

A Administração realizou o cálculo com base nas guias pagas de impostos federais (IRPJ e ITR) entre 1988 e 2018. O valor atualizado em 30 de setembro de 2021 é de R\$ 1.285.614 registrado na rubrica de IRPJ e CSLL a recuperar no ativo não circulante, sendo R\$ 813.723 referente ao valor principal de impostos pagos e R\$ 471.891 como atualização do valor principal. O índice utilizado foi a taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), índice aplicado para atualização dos tributos federais.

Como impacto da contabilização do ativo, a administração reconheceu R\$ 21.943 referente ao PASEP/COFINS no passivo não circulante.

Em 24 de setembro de 2021, o Supremo Tribunal Federal julgou o RE nº 1.063.187, submetido à sistemática da repercussão geral, e decidiu que é inconstitucional a incidência do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) sobre os valores referentes à taxa SELIC recebidos em decorrência de repetição de indébito tributário. Sendo assim, a Companhia reverteu o valor de R\$ 42.470 contabilizado como CSLL diferida sobre a atualização monetária do ganho da imunidade tributária.

c) PPP da Região Metropolitana de Porto Alegre (3ºITR/2020)

Visando acelerar a universalização do serviço de esgotamento sanitário nos Municípios de Alvorada, Cachoeirinha, Canoas, Eldorado do Sul, Esteio, Gravataí, Guaíba, Sapucaia do Sul e Viamão, a Corsan levou a mercado o projeto de parceria público-privada.

Em 01 de junho de 2021, houve a transferência operacional definitiva à Ambiental Metrosul que passou a operar exclusivamente os sistemas de esgotamento sanitário dos municípios da Região Metropolitana de Porto Alegre, sob fiscalização da Corsan.



d) Emissão de Debêntures (1ºITR/2021)

A Companhia realizou a quarta emissão de debêntures simples em 19 de março de 2021 (não conversíveis em ações, de espécie quirografária, em três séries) para distribuição pública com esforços restritos, conforme aprovado em reunião do Conselho de Administração realizada em 10 de fevereiro de 2021. O montante de R\$ 600 milhões (conforme procedimentos estabelecidos pela Instrução CVM nº 476, Lei federal nº 12.431/2011 e demais regulamentações aplicáveis) foram destinados ao reforço de caixa e à execução do plano de investimentos da Companhia. O custo da captação de recursos relativo à quarta emissão de debêntures simples foi de R\$ 21.906.

A segunda série possui prazo de 5 anos e amortização com parcelas anuais iniciando em 15 de fevereiro de 2023. A terceira Série possui prazo de 7 anos e amortização com parcelas anuais iniciando em 15 de fevereiro de 2025. A quarta série possui prazo de 10 anos e amortização com parcelas anuais iniciando em 15 de fevereiro de 2025.

e) Assinatura de Contrato com IFC (2ºITR/2021)

Em 30 de junho de 2021 a Companhia assinou contrato de R\$ 300.000, para financiar investimentos na redução das perdas de água e em melhorias na eficiência energética, junto à International Finance Corporation - IFC. O prazo para amortização será de oito anos, com dois anos de carência e pagamentos trimestrais. A taxa de juros é resultante de uma combinação de CDI + 2,58 % (R\$ 123.000) e CDI + 3,33% (R\$ 177.000).

f) Distribuição de Dividendos Extraordinários (3ºITR/2021)

Em 15 de outubro de 2021, em reunião extraordinária do Conselho de Administração, foi aprovada a proposta de distribuição de dividendos extraordinários, encaminhada pela Administração, à conta de reservas de lucros no valor de R\$ 1.285.614, nos termos do artigo 61, inciso II, b, do Estatuto Social da Companhia. O valor corresponde à parcela controversa (que ainda pende de expedição de precatório) do ativo reconhecido a partir do trânsito em julgado do Processo nº 93.0015146-0, movido pela Corsan em desfavor da União, referente à imunidade de recolhimento de tributos federais (IRPJ e ITR). A liquidação dos dividendos a pagar dar-se-á por meio de cessão da posição processual ao Acionista Controlador, isto é, a transferência do direito ao recebimento do crédito decorrente da ação judicial, e em espécie para os acionistas minoritários, de forma proporcional à sua participação no capital.



COMPANHIA RIOGRANDENSE DE SANEAMENTO

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Valores expressos em milhares de reais)

Diretoria

ROBERTO CORREA BARBUTI

Presidente

ANDRÉ BELTRÃO FINAMOR
ANDRÉ GUTTERRES BORGES
DOUGLAS RONAN CASAGRANDE DA SILVA
JEAN CARLO FLORES BORDIN
LILIANI ADAMI CAFRUNI

Diretores

Conselho de Administração

MARIO ENGLER PINTO JUNIOR

Presidente

GIOVANNI FIORESE
HENRIQUE ZANDONÁ
JULIANO HEINEN
KARLA BERTOCCO TRINDADE
LUIZ GUSTAVO DE SOUZA
PAULO ROBERTO MONSCHAU BERTA
ROBERTO CORREA BARBUTI
THOMAS DANIEL BRULL

Conselheiros

Conselho Fiscal

FELIPE HENRIQUE GIARETTA
KEVIN CHAVES KRIEGER
MARIA BETÂNIA BRAUN

Conselheiros

GRAZIELA BOHN FLORES
Contadora CRC/RS nº 070280/O-7